

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROGRAMA DE EXTENSÃO PÉ-DE-PINCHA: NAS TEIAS DA
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS

Bolsista: Mara Talita Pereira de Sousa, CNPq

MANAUS
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-AS/008/2009

PROGRAMA DE EXTENSÃO PÉ-DE-PINCHA: NAS TEIAS DA
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS

Bolsista: Mara Talita Pereira de Sousa, CNPq

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Perales Mendes Silva

Co-orientadoras: Ivamar Moreira
Márcia Irene Pereira

MANAUS
2009

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Grupo de Estudos e Pesquisas Contemporâneas sobre processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia que se caracteriza na Linha de Avaliação de programa Social.

RESUMO

A Amazônia destaca-se em nível mundial por possuir a maior massa florestal contínua, o maior estoque de biodiversidade do planeta, contudo devido à exploração desordenada desses elementos tem-se a necessidade urgente do estabelecimento de um modelo de desenvolvimento que considere as potencialidades da região, bem como de sua população (NEDER, 2007). A região amazônica deve ser compreendida, segundo os dizeres de Capra (1982), como uma imensa teia interligada e relacionada entre si e com vários elementos. Nesse, sentido o discurso acerca do meio ambiente ganha vigor, à medida que tendência da nova concepção de meio ambiente deve prever que novos paradigmas de desenvolvimento contemplem a equidade política, econômica e social. Deste modo, são necessárias estratégias legais para preservação e conservação dos recursos naturais, para que se possa encontrar o caminho para o desenvolvimento sustentável (LEFF, 2001). É neste contexto que se insere a ação de extensão intitulada Programa de Manejo e Conservação de Quelônios (Pé-de-Pincha). O programa é desenvolvido pela Faculdade de Ciências Agrárias, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), conta com a participação de discentes, bolsistas e voluntários, além de docentes, o mesmo atua em comunidades do Médio e Baixo Amazonas. Avaliar os seus impactos junto às comunidades amazônicas foi o objetivo central do referido projeto, com vistas ao aperfeiçoamento e aprimoramento de suas ações. Para tanto, a metodologia utilizada abarcou as abordagens quanti-qualitativa, com questões abertas e fechadas em todos os instrumentos utilizados, a saber: formulário padrão-aplicado junto ao coordenador do programa, formulário semi- estruturado aplicado junto à equipe técnica do programa, questionário semi-estruturado aplicado junto aos comunitários que participam das ações desenvolvidas pelo programa. A coleta de dados foi realizada no período de abril a maio de 2009, nos municípios de Parintins e Barreirinha, e posteriormente junto à equipe do programa, em Manaus. Dos resultados obtidos algumas considerações merecem destaque, como a insuficiência de recursos estruturais (equipamentos) e financeiros, as quais têm limitado, por vezes as ações do programa etc. Mas, mesmo diante de algumas limitações, o programa tem fomentado mudanças significativas e duradouras na vida das comunidades, favorecendo a melhoria da qualidade de vida e possibilitando a capacitação de acadêmicos da UFAM na área ambiental. O programa Pé-de-Pincha, como uma ação consolidada de extensão, efetiva e fortalece o compromisso social da UFAM por meio de suas atividades-fim, tendo como pano de fundo seu potencial transformador. Entretanto, para potencializar seus impactos do Programa, faz-se mister: infra-estrutura mais adequada, sistematização e organização das avaliações de atividades; ampliação das áreas de conhecimento para realizar as atividades do mesmo, exercendo de fato a interdisciplinaridade necessária a extensão universitária. Assim, conclui-se que, as potencialidades do Programa ficam confirmadas, contudo, devem, ainda ser adotadas estratégias pontuais para potencializar a execução plena dos objetivos propostos, condição para fortalecê-lo e consolidá-lo como um programa de extensão da UFAM.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Extensão, Avaliação de Impactos, Pé-de-Pincha.

ABSTRACT

The Amazon is noted worldwide for having the largest continuous forest mass, the largest inventory of biodiversity of the planet, but due to disorderly exploitation of these elements has been the urgent need for establishment of a development model that considers the potential of the region and of its population (Neder, 2007). The Amazon region is to be understood, in the words of Capra (1982), as a vast interconnected web and connected with each other and with several elements. In this, sense the discourse about the environment gains force as the trend of the new design of the environment that should provide new paradigms of development policy covering the equity, economic and social. Thus, legal strategies are necessary for preservation and conservation of natural resources in order to find the path to sustainable development (Leff, 2001). In this context, the action is part of extension program on the Management and Conservation of turtle (Pé-de-Pincha). The program is developed by the Faculty of Agricultural Sciences, linked to the Pro-Dean for Extension and internalization (PROEXTI), Federal University of Amazonas (UFAM), with the participation of students, fellows and volunteers, and teachers, it serves communities in the Middle and Lower Amazonas. Assess their impacts in the communities Amazon was the central objective of the project, with a view to improvement and enhancement of their actions. Thus, the methods include the quantitative-qualitative approaches, with open and closed questions on all instruments used, namely: form-pattern applied with the coordinator of the program, semi-structured form applied to the technical team from the program, questionnaire semi-structured-applied with the community to participate in actions undertaken by the program. Data collection was conducted during April-May of 2009, the municipalities and Parintins Barreirinha and then the team with the program, in Manaus. Results of some considerations deserve emphasis, as the lack of structural resources (equipment) and financial, which have limited, sometimes the actions of program etc. But, despite some limitations, the program has fostered significant and lasting changes in the lives of communities, promoting a better quality of life and enabling the training of scholars in the field of environmental UFAM. The program Pé-de-Pinchas, consolidated action as a long, effective and strengthen the social commitment of UFAM through their activities-end, with the bottom of Pano potential transformer. However, to maximize its impact in the program, it is mixed: better infrastructure, organization and systematization of the evaluation of activities; expansion of areas of knowledge to perform the same activities, acting in fact necessary to extend the interdisciplinary university. It is therefore concluded that the potential of the program are confirmed, however, should be adopted specific strategies to enhance the full implementation of the proposed objectives, essential to strengthen it and consolidate it as a program to extend the UFAM.

Keywords: Sustainable Development, Extension, Impact Assessment, Pé-de-Pincha.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 01	I Seminário sobre Manejo Sustentável de Tracajás – 1999	89
------------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	O apoio da UFAM, por meio da PROEXTI, ao Programa é:	96
Gráfico 02	Suficiência dos profissionais para desenvolver as atividades do programa, na visão dos comunitários.	98
Gráfico 03	Importância do monitoramento e da avaliação do Programa.	117
Gráfico 04	O Programa alcança seus objetivos? .	119
Gráfico 05	Os limites do Programa.	122
Gráfico 06	As potencialidades do Programa.	124
Gráfico 07	Participação das famílias nas atividades desenvolvidas.	128
Gráfico 08	Mudanças no aspecto cultural.	130
Gráfico 09	Mudanças no aspecto social	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Historicidade do Meio Ambiente do Pós-Guerra a 2006	20
Quadro 02	A Questão Ambiental e a Proteção Legal	23
Quadro 03	A Extensão Universitária e Breves Aspectos Históricos Conceituais	32
Quadro 04	Diretrizes para Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras	36
Quadro 05	Ações de Extensão	42
Quadro 06	Os Programas de Extensão da UFAM	44
Quadro 07	Linha do Tempo do Programa Pé-de-Pincha	64
Quadro 08	Equipe Técnica do Programa de Extensão Pé-de-Pincha	65
Quadro 09	Objetivos Específicos e Atividades Fins	66
Quadro 10	Etapas da Educação Ambiental	69
Quadro 11	Sujeitos em Potenciais da Pesquisa	78
Quadro 12	Municípios e comunidades: sujeitos de pesquisa	79
Quadro 13	Indicadores e Variáveis da Pesquisa.	81
Quadro 14	Equipe técnica do programa: coordenadores, bolsistas e voluntários.	82
Quadro 15	Perfil da Equipe entrevistada	83
Quadro 16	Perfil sócio-econômico dos beneficiários do programa	84
Quadro 17	Perfil sócio-econômico dos beneficiários do programa	84
Quadro 18	Suficiência de recursos físicos e financeiros	94
Quadro 19	Participação das comunidades no planejamento das atividades do programa	103
Quadro 20	Categorização das atividades desenvolvidas na comunidade	104
Quadro 21	Atividades de Educação Ambiental desenvolvidas na comunidade.	106
Quadro 22	Entendimento acerca da extensão universitária.	109
Quadro 23	Resultados alcançados pelo programa na formação profissional	113
Quadro 24	Metodologia e critérios utilizados para avaliar as atividades do programa	115
Quadro 25	Pontos fracos do programa.	123
Quadro 26	Os pontos positivos do Programa, a partir da percepção das comunidades.	125
Quadro 27	Resultados alcançados pelo programa na vida das comunidades	129
Quadro 28	Mudanças sociais e culturais a partir das ações do programa.	131
Quadro 29	Produções científicas do Pé-de-Pincha	132

LISTA DE TABELA

Tabela 01	Suficiência de recursos físicos, humanos e financeiros.	93
Tabela 02	Participação da comunidade no planejamento das atividades	102
Tabela 03	Conceitos dados as atividades do Programa	105
Tabela 04	Desejo de continuar nas atividades do Programa	105
Tabela 05	Realização de capacitações junto à equipe do programa.	108
Tabela 06	A equipe do é preparada para desenvolver as atividades do Programa	108
Tabela 07	O Programa contribui para compreender a realidade dos usuários?	111

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AM	Amazonas
FAPEAM	Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras
GETRA	Grupo de Estudos e Pesquisas em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
PA	Para
PACE	Programa Atividade Curricular de Extensão
PROEXTI	Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização
PROAMDE	Programa de Atividades Motoras para Deficientes
PROASI	Programa de Atenção a Saúde do Idoso
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E MEIO AMBIENTE: UMA EQUAÇÃO SUSTENTÁVEL	16
1.1 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: desafios, alternativas e estratégias possíveis	16
1.2 Extensão Universitária: Um caminho para a transformação	30
1.3 Avaliação de Políticas Públicas: possibilidades de consolidação	45
1.4 Programa de Extensão Pé-de-Pincha: descortinando sua constituição, forma e estrutura	60
CAPÍTULO II: TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: NÃO APENAS UM MODO DE IR, MAS UM CAMINHO DE DESCOBERTAS	72
2.1 Fase da Pré-Implementação	74
2.2 Fase da Implementação	81
2.3 Pós-Implementação	85
CAPÍTULO III: O PROGRAMA DE EXTENSÃO PÉ-DE-PINCHA: AS DIVERSAS FACES DE UMA AÇÃO DE IMPACTO	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	139
CRONOGRAMA	145
APÊNDICES	146

INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, a questão ambiental tem sido compreendida como um entorno vital, um conjunto de fatores físico-naturais, estéticos, culturais, sociais e econômicos que interagem intrinsecamente com os sujeitos sociais que vivem neste ecossistema. Neste sentido, deve ser entendido como o conjunto de condições naturais e sociais que resultam das relações de troca entre sociedade e natureza em espaço e tempo concretos.

A noção de desenvolvimento sustentável e sua aplicabilidade vêm se construindo a partir da década de 70, pois após a inclusão deste tema na pauta de discussões dos fóruns mundiais, o desenvolvimento sustentável passa a ser compreendido como uma composição das dimensões econômicas, sociais e ambientais e, posteriormente a década de 80, conforme pontua Sachs (1986), as dimensões espaciais e culturas ganham visibilidade na discussão acerca do referido tema.

Deste modo, entende-se por sustentabilidade a relação entre sistemas econômicos, históricos, dotados de alto dinamismo temporal e espacial para mudanças, e sistemas ecológicos, igualmente dinâmicos, mas regidos por uma cadeia cíclica natural. (SACHS, 1986)

Aprender o homem, nesse contexto mais amplo, e sua interação histórica com o processo de desenvolvimento, tornou-se condição *sine qua non* para compreender as transformações da sociedade, segundo Silva (2006).

As ações de caráter econômico, científico e técnico, reorganizam e reconduzem o meio ambiente, segundo Leff (2001), o que pode apresentar a reflexão sobre as ações voltadas para a educação ambiental, esta como uma alternativa de construção de caminhos para superação de necessidades atuais e futuras.

Sociedade e meio ambiente são partes integradas de uma mesma totalidade. A sociedade existe num meio ambiente e este só ganha sentido quando é integrado no

desenvolvimento social. Assim, a questão da preservação ambiental, que é um aspecto fundamental, passa a ser tratada a partir do conceito de sustentabilidade. O ser humano precisa dos recursos que encontra no meio ambiente, por isso mesmo deve utilizá-los de maneira não-predatória. Daí a importância de alternativas viáveis para a humanidade.

Em meio à discussão acerca do desenvolvimento sustentável e possibilidades de transformação social e econômica, é que se insere o Programa Pé-de-Pincha, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização da Universidade Federal do Amazonas/PROEXTI, desde 1999.

O programa desenvolve suas ações junto às populações rurais das comunidades do Médio e Baixo Amazonas, compreendendo os municípios de Parintins, Barcelos, Barrerinha, Terra Santa, Oriximiná e Juriti, objetivando de conservar populações de quelônios, de forma participativa, envolvendo comunidades e instituições locais, através da capacitação e acompanhamento da Universidade Federal do Amazonas, além do estímulo à produção de conhecimento científico através de pesquisas desenvolvidas no programa.

O Pé-de-Pincha constitui-se como instrumento de intensificação do vínculo que une universidade e sociedade, através de ações que ofereçam condições de fortalecer a cidadania e as funções essenciais da universidade são ensino, pesquisa e extensão, preconizado pelo artigo 207 da Constituição.

O Programa Pé-de-Pincha tem possibilitado a execução das atividades-fim da Universidade, sendo a extensão universitária um momento indescartável durante a formação acadêmica, ratificando um compromisso social e científico da universidade, de modo que as atividades de ensino e pesquisa dêem suporte para o desenvolvimento da extensão no contexto social.

A extensão universitária deve ser amparada por dimensões teórico-metodológicas, éticas e transparentes, por isso torna-se imperioso monitorar e avaliar os programas

desenvolvidos, como um importante exercício pedagógico que permite, ao mesmo tempo, o controle social e o aprimoramento das ações desenvolvidas.

Os processos avaliativos constituem-se em instrumentais de visibilidade acerca de programas executados, a partir de incentivos públicos, além de ser uma das Diretrizes da Extensão da UFAM, viabilizando caminhos possíveis para a consolidação de ações, como as realizadas pelo Programa Pé-de-Pincha.

Como toda ação planejada e executada, as ações de extensão precisam ser avaliadas de forma sistemática e rigorosa, com vistas a detectar os reais impactos gerados junto à sociedade. Portanto, é objetivo geral desta pesquisa foi investigar os impactos sociais do “Programa Pé-de-Pincha”, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI) e desenvolvido pela Faculdade de Ciências Agrárias. Para atender ao referido fim delinear-se os seguintes objetivos específicos, a saber: 1. Contextualizar historicamente a emergência e implementação do programa, além de conhecer a natureza, os objetivos, a metodologia, bem como a equipe profissional envolvida no programa; 2. Construir o perfil sócio-econômico do público atendido pelo programa; 3. Identificar as atividades desenvolvidas pelo Programa, a fim de analisar a compatibilidade dessas atividades com as ações e objetivos propostos pelo mesmo; 4. Verificar se o programa coaduna-se com o que é preconizado pela Política de Extensão da UFAM e; 5. Analisar os desdobramentos do programa na vida de seu público-alvo.

Esta pesquisa integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA), vinculado ao CNPq desde 2001, situando-se na linha temática *Avaliação de Impactos*.

A estrutura deste Relatório Final de Pesquisa está organizada conforme o detalhamento a seguir:

Capítulo I: aborda-se a questão ambiental, destacando a noção de desenvolvimento sustentável e educação ambiental; a Extensão Universitária de forma contextualizada, pontuando a importância das suas ações na transformação da sociedade; por fim, discutem-se concepções sobre a avaliação de programas sociais, e ainda, faz-se uma apresentação do Programa Pé-de-Pincha, destacando-se os avanços e desafios para o trabalho em comunidades.

Capítulo II: explicita-se detalhadamente a metodologia da pesquisa, apresentando-se todos os passos através de aproximações sucessivas do real de forma dinâmica numa perspectiva da totalidade em constantes transformações; detalham-se as abordagens quanti-qualitativas, as quais nortearam a presente pesquisa, bem como os instrumentais construídos e aplicados.

Capítulo III: foram analisados, alicerçados no referencial teórico selecionado, os resultados obtidos ao longo do processo de investigação, os quais subsidiaram a construção de algumas considerações acerca do programa.

São apresentadas, ainda, as referências utilizadas, o cronograma de pesquisa e, a posteriori, os apêndices.

CAPITULO I

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E MEIO AMBIENTE: UMA EQUAÇÃO SUSTENTÁVEL

A abertura ao outro é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam-se em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrantes das atividades de investigação e de ensino.

Boa Ventura de Souza Santos

Inicia-se esta viagem caminhando pelas sendas dos seguintes conceitos: meio ambiente e desenvolvimento sustentável, para posteriormente adentrar ao conceito de extensão universitária e de avaliação de impactos, para com isso demonstrar a importância de se avaliar o programa de extensão da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, intitulado “Pé-de-Pincha”.

Assevera-se que a arquitetura do presente capítulo visa propiciar ao leitor uma viagem segura, coerente, lógica, sistematizada e organizada, com vista a erigir um elaborado e acurado constructo teórico-metodológico que possibilite apoiar os resultados e conclusões provenientes deste estudo, visando produzir um conhecimento acerca do tema em questão que se configure em um bailar de múltiplas possibilidades.

1.1 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: desafios, alternativas e estratégias possíveis

Em face dos crescentes problemas ambientais nos anos 60, no período pós-guerra eclodiram vários movimentos sociais, em nível mundial, questionando valores e comportamentos da sociedade moderna. Frente a isso, a perene inquietação com a manutenção dos recursos naturais para a própria perpetuação das espécies foi um fator que

estimulou calorosos debates na sociedade contemporânea, dada a necessidade do envolvimento dos governos e da própria sensibilização da sociedade.

Mediante um quadro de marcantes problemas a serem enfrentados neste século e as inúmeras questões que devem orientar a conduta intelectual dos pesquisadores destaca-se a questão ambiental. Objeto de alarme há décadas, a questão ambiental vem sendo considerada como cada vez mais urgente e importante para a sociedade, haja vista a fundamental relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis nesta.

Objetivando ventilar algumas das questões relativas ao meio ambiente - seus elementos físicos, biológicos, sociais e os modos de interação do homem e da natureza, por meio do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia - considera-se essencial apreciar a questão ambiental a partir de um breve histórico. O patamar de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea ampliou a capacidade humana de intervir na natureza para satisfação de suas necessidades e desejos.

Com o advento da industrialização, a exploração dos recursos naturais passou a ser feita de forma intensiva e/ou predatória, o que levar a seguinte reflexão:

Se há algo facilmente constatável na realidade atual é a transformação pela qual o mundo passou no último século. Os progressos alcançados pela sociedade do conhecimento, o esgotamento de recursos e os danos provocados ao meio ambiente pela legitimação dada ao processo produtivo, na busca de enriquecimento independente do aumento nos desequilíbrios que este processo estivesse ocasionando, tais como, acentuação da exclusão social e a concentração de riquezas, fizeram no mínimo questionar os modelos econômicos atualmente empregados. (SILVA, 2006, p. 101)

Portanto, a dimensão da questão ambiental diz respeito às classes sociais, as relações de poder e as condições a que são submetidas às populações carentes em função dos processos de acumulação do capital.

A luz dos dizeres de Leff (2008), a questão ambiental emerge como uma crise de civilização, caracterizada por três aspectos fundamentais de ruptura e renovação:

- 1) Os limites do crescimento e a construção de novo paradigma de produção sustentável;
- 2) O fracionamento do conhecimento e a emergência da teoria de sistemas e o pensamento da complexidade;
- 3) O questionamento a concentração do poder do Estado e do mercado, e as reivindicações da cidadania por democracia, equidade, justiça, participação e autonomia. (2008, p. 96)

Ademais, em nome do desenvolvimento era preciso sacrificar ‘todos e tudo’, levando utilização dos recursos naturais, finitos e esgotáveis de forma insustentável. Portanto, dentre os resultados dessa busca desenfreada destacam-se alguns problemas ambientais:

- Alterações climáticas;
- Assoreamento dos rios e lagos;
- Desflorestamento;
- Erosão da diversidade cultural;
- Erosão ética;
- Escassez de água potável;
- Exclusão social;
- Perda da biodiversidade;
- X - desconhecidos, mas em curso. (DIAS, 2003, p. 11)

A experiência ambiental contemporânea encontra-se balizada pelo pensamento racional cartesiano, em que sua característica principal é a exacerbação do uso da ciência e da razão para orientar a ação humana frente aos fenômenos da natureza e da vida em sociedade (CASTRO E SPAZZIANI, 2008).

A constatação das inflexões que o modelo de desenvolvimento acarretou historicamente, provocou manifestações e movimentos sobre os riscos aos quais a humanidade está sujeita ao afetar de forma tão violenta o seu meio ambiente. Em especial após a Segunda Guerra Mundial, as evidências de que a humanidade pode caminhar para o desenho do esgotamento ou da inviabilização de recursos indispensáveis à sua própria sobrevivência intensificaram-se.

A apreensão em torno de tais questões dá origem a movimentos de defesa do meio ambiente. A fim de diminuir o acelerado ritmo de destruição dos recursos naturais e de buscar alternativas que harmonizem a conservação da natureza com a qualidade de vida das

populações muitos apregoavam o culto a natureza, outros que a degradação da natureza seria também a degradação da vida humana.

É neste mosaico que começam a emergir momentos de avanço, os quais tinham como referência o processo de mudança presente na sociedade capitalista, como evidencia o quadro que segue:

TEMPO	SIGNIFICADO
PÓS-GUERRA / DÉCADA DE 50	Surge a preocupação ambiental acerca do crescimento mundial, devido ao acentuado desenvolvimento econômico e industrial.
1968	Clube de Roma – cientistas dos países desenvolvidos reuniram-se para discutir o consumo de reservas dos recursos naturais renováveis e o crescimento da população mundial.
1970	Emergem questões centrais no contexto internacional que dizem respeito à compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Neste momento, o conceito de ecodesenvolvimento ecoava com bastante vigor, pois visava transformar o desenvolvimento numa soma positiva com a natureza, propondo o tripé: justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo. A Conferência tinha como proposta o “desenvolvimento zero”, o qual diminuía o desenvolvimento industrial em nome preservação do meio ambiente. Contudo, tal desenvolvimento não foi aceito, principalmente nos países menos industrializados.
1974	Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
1976	O meio ambiente reflete as condições, influências ou forças que envolvem ou modificam a humanidade (fenômenos climáticos)
1978	Conferência de Tbilisi- O conjunto de sistemas naturais e sociais que vivem o homem e os demais organismos e de onde obtém sua subsistência
1980	A expressão Desenvolvimento Sustentável passar a ganhar visibilidade pela primeira vez no documento produzido pela Word Wide Fund. Of Nature.
1983	A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMA), divulga o conceito de desenvolvimento sustentável, onde a meta era a cooperação entre os países.
1987	O Relatório Nosso Futuro Comum, resultado da Comissão, estabelece princípios e orientações para o desenvolvimento sustentável.
1988	Constituição Federal de 1988 – 1. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; 2. O poder público e a coletividade têm o dever de preservar e proteger o meio ambiente.
1992	É realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUMDA), em que a mesma ficou conhecida como ECO-Rio 92. A Rio 92 tinha como objetivo a discutir a crise ambiental do planeta. Além de objetivar: examinar a situação ambiental global;

	recomendar medidas de proteção ambiental; e identificar estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável.
1997	Rio+5, realizado no Rio de Janeiro, vislumbrava mudanças na relação entre o homem e a natureza.
2000	Rio+10, realizado na África do Sul, em que foram discutidos os problemas ambientais existentes nos países que participaram do encontro.
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – discutiu os desafios ambientais do planeta, principalmente relacionados à água.
2006	Convenção sobre Diversidade Biológica – estabeleceu normas e princípios que devem reger o uso e a proteção da diversidade biológica.

Quadro 01: Historicidade do Meio Ambiente do Pós-Guerra a 2006

FONTE: Pesquisa documental, MACIEL (2007), BARBIERI (2001).

O quadro anterior deslinda um breve contexto acerca dos movimentos que perpassaram a questão ambiental no Brasil e no mundo. Na década de 1970 o termo “ecologia” passa a ser conhecido pela grande massa, ampliando-se a preocupação com o uso dos recursos, emergindo os movimentos ambientalistas, os quais se posicionavam frente à complexidade dos problemas ambientais. As críticas ao uso inadequado dos recursos eram fundamentadas na modernidade e no questionamento da necessidade de se configurar um novo tipo de desenvolvimento. Para Reigota (2004) esse pensamento se expandiu nas últimas décadas e ganhou proporções em nível planetário trazendo contribuições ao debate atual.

A confluência dos vários movimentos em defesa do meio ambiente e, por conseguinte o acúmulo teórico adquirido sobre a temática abre um diálogo inevitável entre a realidade antropológica e a realidade natural, ou seja, emerge a certeza de que “[...] a natureza deve ser dirigida pelo homem, mas este, por sua vez, deve ser dirigido pela natureza”. (MORIN apud CASTRO, 1997, p. 66). Esta perspectiva evidencia a alteração substancialmente o papel do homem neste contexto. Em particular no que concerne a ilusão do progresso incessante frente à clareza de que um desenvolvimento tecnológico inumano tende a torna-se destruidor da natureza e da própria humanidade.

Diante disso, fica claro que refletir acerca da problemática ambiental demanda um olhar sob a perspectiva de totalidade, a partir da compreensão de sua complexidade, (LEFF,

2001), ou seja, a questão ambiental sugere pensar não somente aparência biológica, mas também os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, descortinando a relação que existe entre sociedade e natureza. A visão da plena propriedade da sociedade sobre a natureza adveio a partir da concepção de que o desenvolvimento econômico seria a base do desenvolvimento humano e social e, que a fonte irradiadora desse seria a grande indústria.

O que leva ao seguinte entendimento: os caminhos hoje trilhados por um novo paradigma devem prever que novos paradigmas de desenvolvimento contemplem a equidade política, econômica e social, com vistas a conciliar as necessidades econômicas com a disponibilidade limitada dos recursos naturais e sua proteção.

A noção de desenvolvimento ‘encanta’ muitos há décadas, porém, historicamente, em nome do desenvolvimento social e humano tem-se feito a partir de uma concepção simplificadora, mecânica. Ultrapassar esta visão simplista do desenvolvimento requer que tais questões sejam colocadas em termos planetários. Note-se que o problema planetário é o problema da dialética da relação econômica, política, social e cultural (PEÑA – VEJA apud CASTRO, 1997).

Nessa lógica, emerge a perspectiva de um desenvolvimento alternativo, um desenvolvimento sustentável. Ao pensar em desenvolvimento regional é fundamental compreender o que seja o desenvolvimento sustentável, à medida que este tem sua origem mais remota no debate internacional sobre o conceito de desenvolvimento. Tal debate assenta-se, historicamente, na noção do desenvolvimento essencialmente ligado à idéia de crescimento, até o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável.

A relação entre desenvolvimento e meio ambiente é considerada, nos dias atuais, um ponto central na compreensão dos problemas ecológicos. Pois, o conceito de desenvolvimento sustentável aborda, especificamente, uma nova maneira de a sociedade se relacionar com seu

ambiente, de forma a garantir a sua própria continuidade, além de se reduzir a poluição ambiental, eliminar os desperdícios e diminuir o índice de pobreza.

Com a confrontação inevitável entre o atual modelo de desenvolvimento econômico, que aprecia o aumento de riqueza em detrimento da conservação dos recursos naturais, e a necessidade essencial de conservação do meio ambiente, brota a discussão sobre como promover o desenvolvimento das nações de forma a gerar o crescimento econômico, todavia explorando os recursos naturais de forma racional.

O desenvolvimento sustentável, em seu conceito, desvenda uma nova atitude necessária, a qual deve preconizar a necessidade de se construir um tipo de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras, mas sem comprometer e/ou destruir sua base de sustentação, que é o meio ambiente.

O Desenvolvimento sustentável foi definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. (DIAS, 1992)

A partir da Rio-92, a difusão políticas de desenvolvimento sustentável ganham um novo marco legal, abalizados na afirmação de normas que vislumbram limitar e reverter os impactos dos processos econômicos e tecnológicos sobre o meio ambiente. No que tange as normas ambientais estabelecidas historicamente, pode-se elencar as que se seguem:

LEI	OBJETIVO
Lei 4.771 de 15/09/1965 – Florestas	Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente
Lei 5.197 de 03/01/1967 – Fauna Silvestre	Classifica como crime o uso, perseguição, caça profissional, comércio de espécimes da fauna silvestre e produtos que derivam de sua caça.
Lei 6.453 de 17/10/1977 – Atividades Nucleares	Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com as atividades nucleares.

Lei 6.938 de 17/01/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente	Possibilitou criação de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental
Lei 6.902 de 27/04/1981 – Proteção Ambiental	Criou as “Estações Ecológicas” e as “Áreas de Proteção Ambiental”
Lei 7.347 de 24/07/1985 – Ação Civil Pública	Responsabilização por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico.
Lei 7.735 de 22/02/1989 – IBAMA	Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que objetiva executar a Política Nacional do Meio Ambiente.
Lei 7.802 de 11/07/1989 – Agrotóxicos	Regulamenta desde a pesquisa e fabricação dos agrotóxicos até sua comercialização e também destino da embalagem.
Lei 8.974 de 05/01/1995 – Engenharia Genética	Estabelece normas para aplicação de engenharia genética, desde o cultivo, manipulação e transporte de organismos geneticamente modificados.
Lei 9.605 de 12/02/1998 – Crimes Ambientais	Reordena a legislação ambiental, no que concerne as infrações e punições. A Lei ainda criminaliza os atos de pinchar edificações urbanas.

Quadro 02: A Questão Ambiental e a Proteção Legal

FONTE: Pesquisa Documental, MACIEL (2007) *apud* www.portaldomeioambiente.org.br, acesso em 20 de janeiro de 2009.

Sinaliza-se que é condição necessária, para efetivação da legislação anteriormente referendada, que o homem seja sujeito desse processo, vislumbrando uma mudança não somente legal, mas também cultural e social, em prol de uma preservação de algo que finito.

Assim, postula-se que a construção de um novo caminho para o desenvolvimento, baseado nos limites impostos pela natureza. Leff (2000, p. 261), pontua que “[...] a crise ambiental veio questionar as bases conceituais que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza”. Torna-se necessário a construção de novas formas de uso dos recursos, onde o conceito de desenvolvimento sustentável emerge por intermédio do “[...] reconhecimento da natureza como suporte, condição e potencial do processo de produção” (LEFF, 2000, p. 261).

É frente ao contexto delineado que desenvolvimento sustentável força e vigor, inserindo-se no discurso político, à medida que possibilita uma nova organização social do desenvolvimento, abalizados em critérios sociais, econômicos, culturais e ambientais mais sustentáveis.

O desenvolvimento que busca, deve ter um intenso número de alternativas, estas capazes de enfrentar a crise social e ambiental, que cresce cada vez mais na contemporaneidade. É preciso imaginar um desenvolvimento que priorize as questões sociais, transformando através da participação política, os indivíduos que se encontram excluídos, ou ainda marginalizados, em cidadãos de direitos.

Diante disso, prevalece a necessidade de se pensar o problema da questão ambiental sob parâmetros fundamentado nos valores de cada sociedade, em que as ações a serem desenvolvidas, levem em consideração as especificidades de cada área, incorporando assim, suas tradições culturais, suas próprias necessidades e suas potencialidades (DIEGUES, 1992).

Segundo este autor, o desenvolvimento sustentável possibilita a cada sociedade definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de qualidade de vida a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural.

O desafio do desenvolvimento sustentável consiste na redefinição das formas e usos do crescimento, por isso há a necessidade das soluções empreendidas estarem pautadas no conceito de igualdade e sustentabilidade. Para Sachs (1986, p. 71) “[...] o problema, portanto, não consiste na escolha entre crescimento e qualidade do ambiente, mas sim em tentar harmonizar objetivos sócio-econômicos e ambientais, mediante a redefinição de padrões de uso de recursos e das finalidades do crescimento”.

As dimensões apontadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável contemplam cálculo econômico, aspecto biofísico e componente sociopolítico, como referenciais para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica predatória prevalecente. O

desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica. Em um sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável reporta-se à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório.

O desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo no qual, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o marco institucional e de outro, o crescimento deve enfatizar os aspectos qualitativos, notadamente os relacionados com a equidade, o uso de recursos – em particular da energia – e a geração de resíduos e contaminantes (JACOBI, 2003).

Assim, a idéia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos, pois tal processo também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento. (JACOBI, 2003).

Num contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente um conjunto de sujeitos do universo educativo mobilizam-se, potencializando a produção de conhecimento sobre esta problemática, a capacitação profissional e universitária numa perspectiva interdisciplinar. Este redirecionamento objetiva a formação de novas mentalidades,

conhecimentos e comportamentos (LEFF, 1994), uma reforma do pensamento (MORIN, 2003).

Ratificando tal assertiva, Reigota (2007, p. 29) pontua que:

Esse novo paradigma para orientar a sociedade não deixa de ser uma formulação teórica cuja concretização exige muitos e variados esforços. Qualquer realização prática na construção de um modelo sustentável de sociedade precisa ser construída e fundamentada a partir de conceitos como solidariedade intergeracional e intraterritorial, otimização do aproveitamento dos recursos naturais, produção limpa, internalização dos custos ambientais, e de valores como: respeito por todo ser vivo, respeito à natureza, equidade, prudência, austeridade e sobriedade, co-responsabilidade individual e coletiva.

Neste sentido, tornar-se efetivo, para o desenvolvimento sustentável, é um desafio, pois exige o estabelecimento de inúmeras possibilidades de ação em diferentes espaços. Para tanto se evidencia o papel da ação educativa dirigida para o ambiental. Tal propositura é reafirmada por Carvalho (2008), quando alude sobre a educação ambiental:

É neste ponto dilemático que se inscreve o espaço privilegiado de uma educação ambiental cidadã, entendida como intervenção político-pedagógica que tem como ideário a afirmação de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa. (2008, p. 58)

Ainda sobre a educação ambiental Reigota (1998), aponta para esta enquanto propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam.

As políticas ambientais relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis.

É instigante pensar na formulação de uma educação ambiental que seja crítica e inovadora. Considera-se que a educação ambiental possui dois níveis operacionais, que correspondem aos diferentes âmbitos nos quais os processos educativos são efetivados, refletindo em termos de uma pedagogia ambiental: Formal e Não-Formal.

Conforme, aponta Santos, (2007, p.126-128)

Formal: é aquela que se realiza por intermédio de instituições e planos de estudos que configuram a ação educativa; Não-Formal: é realizado por meio de ações como: - uma extensão ou complemento de sua atividade principal; - orientada ao trabalho extra-escolar, quer dizer, em atividades de apoio ou reforço à ação educativa formal, devendo ser mais estimulados, considerando a complexidade deste tipo de trabalho em uma comunidade como um todo.

Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem.

Portanto, a educação ambiental deve operar no alcance pleno da cidadania, tornando os sujeitos capazes de escolher um projeto político, social, educacional, ecológico e econômico que contemple as suas necessidades reais e que atue na busca de soluções permanentes voltadas para o bem-estar e para uma vida digna, em todo e qualquer espaço onde as relações acontecem. (SANTOS, 2007).

Consubstanciando esta assertiva, Sato (2002) afirma que:

[...] a educação reafirma valores e ações que contribuem para a transformação humana, social e ecológica, incluindo neste processo a responsabilidade, não somente individual, mas coletiva, tanto em nível local como nacional e planetário. (*apud Santos 2007, p.18*)

Nesse sentido a educação ambiental está vinculada não somente à transmissão de conhecimento sobre a natureza, mas sim à possibilidade de ampliação da participação política dos cidadãos. (REIGOTA, 2004)

Expõe-se que todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre o tema evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para tanto.

Ademais, quando se fala em educação no contexto da questão ambiental devemos pensar num conjunto de temáticas relativas não só à proteção da vida no planeta, mas também à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida das comunidades. Situa-se, assim, a educação ambiental no contexto de uma educação para a cidadania. Esta deve ser capaz de formar um pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global, respeitando as diversidades sócio-culturais. (LEFF, 2001)

Desta forma, o envolvimento das populações locais na busca do desenvolvimento sustentável exerce grande importância. Os espaços para a realização da participação no plano de tomada de decisão devem ser abertos, respeitando sempre a contribuição dos atores envolvidos, onde se deve partir do reconhecimento dos seus saberes, da sua cultura e da sua organização. Segundo CASTRO (1997), se outrora o conhecimento tradicional era desqualificado e/ou desvalorizado, hoje há um movimento de reconhecimento dos saberes, práticas, formas de manejo e representações das comunidades.

Portanto, o novo paradigma que se vislumbra, baseia-se na capacitação, na sensibilização e na conscientização da população, elementos estes que desempenham um papel fundamental nesta construção de um novo paradigma, pois “[...]exige empreender uma aprendizagem social com a qual a população adquira uma visão global, integrada, sensibilizada pelo meio ambiente e cujos critérios de atuação individual, ou coletiva, na intervenção profissional, sejam coerentes com o novo paradigma da sustentabilidade.” (REIGOTA, 2007, p.29)

A afirmação do poder da ciência, sua organização (MORIN, 2001) e a apropriação do conhecimento e técnicas tradicionais passa a ser revisto. Nesse contexto, a universidade tem papel fundante, uma vez que esta constitui um espaço privilegiado de produção de saberes e práticas que podem alterar substancialmente a direção de tais questões não apenas refletindo, mas, sobretudo fermentando as contradições inerentes a sociedade contemporânea. É nesse sentido que a universidade é chamada a ‘tomar partido’, a não ficar indiferente em face das alternativas sociais, participar e produzir em relação com toda a vida civil e social (HELLER, 1982).

Pensar a universidade nesse contexto remete as relações que a instituição estabelece com a sociedade e com o Estado, em especial nas funções atribuídas a mesma. É preciso reconhecer que em tempos pretéritos a instituição deveria adequar-se as necessidades do processo de industrialização, formando recursos humanos para o mercado de trabalho, nas últimas décadas esta é atrelada à lógica do mercado, devendo, portanto, buscar a qualidade total, a eficácia. Entretanto, é preciso reconhecer, que o espaço da universidade se constitui, também, em um espaço que expressa uma multiplicidade de pensamentos que quer revitalizar seus processos de ensino, pesquisa e extensão,

Articular esses processos implica uma ação da universidade para além do trabalho que historicamente a consagrou – a produção de novos conhecimentos. É preciso que esta esteja

imbuída na busca de soluções para os problemas sociais e com o desenvolvimento regional e local. Ou seja, é preciso reconhecer que a educação, em especial a universitária possui uma função técnica, porém, é preciso reconhecer também que esta função liga-se indissolavelmente a uma função política, e é por esta envolvida e assumida (CURY, 1985).

É nesse cenário em que a universidade amplia seus parâmetros impregnando o trabalho científico com relevância social que verticalizaremos esta reflexão sobre a extensão universitária, locus privilegiado de articulação de saberes e praticas e de comprometimento com as demandas sociais.

1.2 Extensão Universitária: Um caminho para a transformação

A entrada do ensino superior no Brasil, data do início do século XIX, onde o modelo francês, então vigente, foi adotado pelas "grandes escolas" e não ainda universidades. A partir da fundação de universidades públicas, isto na década de 1930, os moldes das universidades italianas e alemãs passaram então a nortear as ações que eram desenvolvidas pelas instituições de ensino superior, recebendo depois, na reforma de 1968, influencias do modelo americano.

Os processos de mudança que a universidade vivenciou perpassam desde a institucionalização da pesquisa, a qual veio se constituir em mais uma das funções da instituição universitária, da extensão até afirmação do compromisso social da universidade com a sociedade.

A pesquisa, no processo histórico da universidade, introduzindo-se como condição de necessária para superar a especificidade da função do ensino, como também para assumir a tarefa de socializar o conhecimento gerado a partir da pesquisa, imprimindo uma conotação intrínseca com o meio, compreendendo-o como fonte de estudos ou sujeito das informações científicas produzidas, conforme pontua Fagundes (1986).

Vislumbrado a integração/relação com a sociedade foi criada a extensão universitária, cuja finalidade entrelaça-se com a expectativa de realizar o compromisso social da universidade, compreendendo que o compromisso social da universidade precisa ser realizado por todas as atividades-fins da mesma, e não ser privilégio de uma delas, haja vista que a pesquisa e o ensino constituem-se nos elementos naturais por onde deve se realizar a contribuição social da universidade.

É oportuno sinalizar que historicamente a extensão universitária, redimensionou-se, reconfigurando-se à medida que as discussões acerca do processo político e econômico multifacetavam-se, o que pode ser visualizado no quadro a seguir:

PERÍODO	CONCEITO
A Extensão na Universidade Medieval	O extensionismo: de cunho religioso, e as ações desenvolvidas tinham caráter de missão ou ação filantrópica. O atendimento era voltado aos mais pobres e aos que estavam em processo de formação.
A Extensão no Período das Luzes	A extensão universitária: prestação de serviços técnicos, difusão técnico-científica, realização de cursos profissionalizantes, educação a distancia e educação permanente. Neste período a extensão esteve associada aos programas de desenvolvimento.
Tempos de Institucionalização do Extensionismo Universitário, a partir da década de 60.	Criação de Pró-Reitorias, Decanatos, Departamentos de Extensão etc. Foram tempos de extensão universitária centrada em programas e projetos, como o Rondon.
Construção e Reconstrução das Concepções do Extensionismo Universitário, meados da década de 70	A extensão como componente de um processo de mudança social e difusão cultural. A extensão passa então a ser visualizada como uma missão social, ou ainda um instrumento de política social, contudo, coordenado pelo Estado.
Autonomia da Universidade, década de 80	Os programas, projetos e ações passam a ser pensados como práticas diferenciadas, respeitando as peculiaridades de cada público-beneficiado. O que veio a propiciar a formação de práticas extensionistas em diferentes dimensões.
Atuação em Rede, idos da década de 90	Lançamento do Plano Nacional de Extensão Universitária, o qual alude um conceito de extensionismo ampliado, permitindo um bailar entre o conhecimento científico e o conhecimento da

	comunidade/sociedade.
--	-----------------------

Quadro 03: A Extensão Universitária e Breves Aspectos Históricos Conceituais
 FONTE: Pesquisa Bibliográfica, Faria (2001).

Conforme salienta as linhas anteriormente descritas, a extensão universitária no seu processo de desenvolvimento histórico, encontra-se atrelada a ação do Estado e sociedade, pois a partir dos movimentos democráticos, a mesma passou a ganhar novos olhares, novos rumos.

Hoje, a extensão é concebida essencialmente como “[...] um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 1987), ratificando seu potencial como instrumento de transferência de conhecimento, instrumento de produção de conhecimento e instrumento de desenvolvimento econômico-político-social-cultural, conforme sinaliza Silva (2007).

A extensão, a luz dos dizeres do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (2001, p.29-30), é sobretudo:

[...] uma via de mão dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará na Sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento científico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que submetido a reflexão teórica será acrescido aquele conhecimento. Este fluxo, que se estabelece a troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade...; democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade... Além de instrumentalizar deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Visualiza-se, a partir das linhas traçadas acima, a extensão, segundo o FORPROEX (2001), como um processo educativo, instrumento articulador/viabilizador do ensino e da pesquisa, além de consistir em um trabalho que deve ser essencialmente interdisciplinar.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207¹, a extensão universitária é um momento indispensável da realização das atividades-fim da Universidade, em as atividades de extensão são formas de confirmar o compromisso social e científico da universidade, de modo que as atividades de ensino e pesquisa dêem suporte para o desenvolvimento da extensão no contexto social (SILVA, 2007)

A autora continua, ainda, tais relações interagem organicamente a formação acadêmica, permitindo que os alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática.

A Extensão Universitária, bem como o ensino e a pesquisa, é parte integrante de uma formação profissional que vislumbre formar técnicos, não meramente mecânicos, mas sujeitos conscientes de seus deveres enquanto cidadão. Portanto, ensino, pesquisa e extensão são atividades interdependentes, complementares e precisam ser equivalentes no sistema universitário. A qualidade e o sucesso dos profissionais formados pelas universidades dependem, diretamente, do nível de desenvolvimento, equilíbrio e harmonia entre essas três áreas da Universidade.

A relação orgânica entre ensino-pesquisa-extensão possibilita formar sujeitos sociais competentes e comprometidos com a sociedade. No entanto, tal relação não ocorria de forma intrínseca, mas de maneira hierarquizada e desarticulada do ensino e da pesquisa.

O Estatuto da Universidade Brasileira, Decreto nº19. 851, de 11/04/1987 referencia a extensão como realização de cursos e conferências que “objetivavam a difusão de conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, à apresentação de soluções para os compromissos sociais e à propagação de idéias e princípios de interesse nacional”.² Esta

¹ Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

² A EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. www.ucb.br/extensãocomunitárias/docgoiania.doc

propagação do conhecimento dirigido à classe hegemônica, mesmo com a mobilização popular no início dos anos 60 com vistas a reformas sociais no Brasil, perpetuou até os primeiros anos da década de 80. “Mas a viabilidade de articulação entre universidade e sociedade se rompe notoriamente com a reforma universitária de 1968, quando naquela época de terror político, o regime militar reduziu a extensão a um componente de segurança nacional.”

Retomando alguns aspectos históricos acerca da extensão universitária, é importante sinalizar que os primeiros registros oficiais de Extensão Universitária no Brasil datam da década de 30, com o Decreto-Lei nº19.851, e, *a posteriori*, da década de 60, já com a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional nº4.024, centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência, conforme assinala Barabozza (2008).

A Extensão passa a ser obrigatória em todos os estabelecimentos de Ensino Superior e nas Universidades, especialmente após a reforma Universitária de 1968, onde passam a ser oferecidos cursos e serviços especiais estendidos à comunidade (FORPROEX, 1987).

Então, a relação com a população, que precisa ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica, é tomada pela classe política, sustentada na força militar, que “submetia a universidade brasileira a um processo de coerção e persuasão”³, incentivando o assistencialismo como instrumento de manipulação.

Em meados dos anos 80, emerge um novo paradigma para a Universidade Brasileira em a relação da sociedade, e o papel da extensão ganha maior visibilidade, ganhando força e corpo com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (1987), e em seguida, com a promulgação da Constituição de 1988.

O quadro começa a ganhar novos rumos no encadeamento da redemocratização. O cenário político tornou-se plural e aberto, o que contribuiu para alicerçar a parceria entre

³ A EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. <www.ucb.br/extensãocomunitárias/docgoiania.doc> acesso em 20 de janeiro de 2009.

universidade e sociedade, favorecendo o amadurecimento da extensão como prática acadêmica, que está associada com o ensino e pesquisa.

Além do foi exposto até o momento, diversos progressos também foram essenciais para a solidificação do ensino, da pesquisa e da extensão, como, por exemplo:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996);
- Documento Universidade Cidadã (1999): documento que constitui o Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- Plano Nacional de Extensão Universitária (1999).
- Plano Nacional de Educação de (2001);

Assim a extensão universitária amplia a sua área de ação e volta-se ao atendimento dos interesses da maioria da população, reafirmando o seu caráter público:

“Compreendida nestes termos, a universidade não busca um sentido em si mesma; sua referência é a sociedade e precisa, para tanto, estar alicerçada nas prioridades local, regional e nacional, contextualizadas e dimensionadas nas tendências e desafios da sociedade mundializada. Essas prioridades emergem das necessidades derivadas das relações de produção e reprodução do homem em seu meio ambiente, em um determinado contexto histórico. A extensão, como instrumento de mediação, concretiza-se por meio da investigação e a intervenção frente a estas necessidades. Essa intervenção concretiza-se, também, na prestação de serviços, implementados a partir da perspectiva da ação comunitária. (EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA. www.ucb.br/extensãocomunitarias/docgoiania.doc)

A produção do conhecimento através da extensão universitária, a partir do exposto, concretiza-se na troca de saberes sistematizados, aglutinando o acadêmico e o popular, democratizando o conhecimento, propiciando a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade e uma produção resultante no confronto com a realidade (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001, p. 25).

A mudança de paradigma vem modificar a visão dicotômica entre a Universidade e a sociedade, ou seja, romper com a separação entre conhecimento acadêmico do saber popular, hierarquizando o primeiro sobre o segundo. Pois,

“[...] o compromisso da universidade é com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia... e que a extensão universitária é a atividade capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir para a mudança da sociedade.” (www.renex.org.br, acesso em 20/01/2009)

A Extensão Universitária constitui, de acordo com o FORPROEX (1987), uma prática acadêmica que tem como ênfase o cotidiano do indivíduo comum.

Com vistas a corroborar com as mudanças nas Universidades Públicas Brasileiras, o Fórum de Pró-Reitores, através do Plano Nacional de Extensão Universitária – o qual faz alusão aos objetivos, ações e metas a serem desenvolvidas, visando atingir duas áreas fundamentais para institucionalização da extensão, que são: da organização da extensão universitária e da articulação com a sociedade, define Diretrizes para Extensão Universitária que devem orientar todas as ações de Extensão:

AS DIRETRIZES PARA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Impacto e transformação	Consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para mudança social.
Interação diálogo;	Diálogo entre a Universidade e à sociedade através da troca de saberes.
Interdisciplinaridade	Interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.
Indissociabilidade- pesquisa- extensão	Reafirmar a extensão como processo acadêmico.

Quadro 04: Diretrizes para Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras

FONTE: Extensão Universitária: Organização e sistematização/ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

Em consonância com a Política Nacional de Extensão, a Política de Extensão e Interiorização da UFAM é integrada por onze Diretrizes Conceituais, Institucionais e Políticas, sinalizados por Silva (2007), a saber:

1. Institucionalização das Ações de Extensão:

Compete à Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização - PROEXTI regulamentar os trâmites relativos a todas as ações de extensão da instituição, bem como a ela compete à destinação dos respectivos recursos orçamentários.

2. Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão:

O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações: a) relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à universidade reelaborado e enriquecido; b) relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir para, de forma significativa, alterar as relações sociais.

3. Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas:

A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais.

4. Compromisso Social da Universidade na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população:

A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior Públicas seja cumprida, visto que, em sendo a Universidade concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica,

para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo.

5. Reconhecimento do Saber Popular e da Importância da Troca entre Este e o Saber Acadêmico:

A troca entre o saber acadêmico e o saber popular potencializa a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à sistematização do conhecimento e transmissão dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação da comunidade em face da atuação da universidade. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabilizar uma relação transformadora entre universidade e sociedade.

6. Financiamento Majoritário da Extensão como Responsabilidade Governamental:

As ações de extensão devem ser majoritariamente desenvolvidas em articulação com as administrações públicas (municipal, estadual e federal), ratificando-se de forma clara que a universidade não pode substituir o poder público em suas funções constitucionais.

7. Avaliação das Ações de Extensão:

Com o propósito de monitorar e analisar as potencialidades e distorções das ações de extensão, de forma sistemática, participativa e quanti-qualitativa, a avaliação é concebida como um instrumento pedagógico que, ao avaliar o mérito, os efeitos e resultados concretos das ações, possibilita também a identificação das fragilidades, cujos mecanismos de avaliação devem estar associados ao desenvolvimento e conclusão das mesmas. Daí porque a avaliação das ações de extensão deve ser inerente à rotina acadêmica da instituição, visto que

ela própria objetiva nortear as políticas institucionais, democratizar informações e aprimorar ações.

8. Programa Institucional de Bolsas de Extensão:

Deve-se assegurar o apoio aos participantes de ações de extensão, através de duas modalidades de bolsas, a serem oferecidas de forma regular e por via de edital. Dentre o oferecimento de bolsas, destacam-se aquelas destinadas aos discentes que participam de ações de extensão e para as atividades relacionadas a projetos desenvolvidos através do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), conforme prevê o planejamento orçamentário institucional.

9. Programa de Difusão e Publicação das Ações Extensionistas:

A socialização dos resultados que envolvem o conjunto de ações de extensão, desenvolvido por docentes, discentes, técnico-administrativos e colaboradores, e, principalmente quando se trata de ações implementadas junto aos beneficiados, tais procedimentos devem efetivar-se através da utilização de diferentes formas de divulgação, inclusive quando se tratar da mídia escrita e/ou falada, como: anais, revistas, jornais, programas de TV etc., conforme demanda planejamento sistemático e qualitativo.

10. Incentivo à Flexibilização Curricular:

Além de medidas implementadas no âmbito da PROEXTI é importante o apoio à flexibilização curricular. Dada a sua importância, é necessário adotar estratégias, cujos procedimentos envolvam vários setores acadêmicos e administrativos, como colegiados de cursos, pró-reitorias de graduação e pós-graduação, no sentido de sensibilizar discentes, docentes e técnico-administrativos, de tal forma que as ações de extensão sejam incorporadas

à própria estrutura dos projetos pedagógicos, o que exige ações de impacto político que promovam a conscientização e motivação da comunidade acadêmica.

11. Apoio Sistemático à Implementação e Ampliação de todas as Ações Extensionistas Institucionalizadas, especialmente as do Interior do Estado.

Apoio técnico e financeiro da PROEXTI às ações de extensão institucionalizadas deve ser concebido como forma de estímulo à proposição de novas ações e como incentivo à ampliação e consolidação de ações já desenvolvidas, levando-se em consideração a necessidade de intensificação desse apoio às novas Unidades Acadêmicas Permanentes da UFAM no interior, sobretudo se analisadas as inúmeras dificuldades inerentes aos processos iniciais de implantação do PROGRAMA UFAM MULTICAMPI.

Pautando-se nas diretrizes delineadas anteriormente, a Política de Extensão e Interiorização da UFAM vislumbra conceber a extensão como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilitando o diálogo e a integração de áreas distintas do conhecimento, bem como o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais, (POLÍTICA DE EXTENSÃO E INTERIORIZAÇÃO, 2007).

Destarte, a extensão torna-se um locus privilegiado que busca legitimar e institucionalizar as ações das diversas áreas do conhecimento, possibilitando um maior envolvimento e comprometimento com a sociedade. Além disso, permite:

1. Difusão e socialização do conhecimento detido pela área de ensino;
2. Difusão e socialização dos novos conhecimentos produzidos pela área de pesquisa;
3. Conhecimento da realidade da comunidade em que a universidade está inserida;
4. Possibilidade de diagnosticar necessidades de pesquisas e outras ações;
5. Prestação de serviços e assistência à comunidade;
6. Fornecimento de subsídios para o aprimoramento curricular e criação de novos cursos;
7. Fornecimento de subsídios para o aprimoramento da estrutura e diretrizes da própria universidade na busca da qualidade;
8. Facilita a integração ensino-pesquisa-extensão;
9. Possibilita a integração universidade-comunidade;

10. Possibilita a comunidade universitária conhecer a problemática nacional e atuar na busca de soluções plausíveis. (www.economicocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html, acesso em 20/01/2009)

Considerada como ferramenta de mudança, não só acadêmica, mas social, a extensão universitária objetiva buscar o equilíbrio entre a demanda (comunidade), o saber e o trabalho que envolve professor, aluno e funcionários. As ações de extensão são realizadas sob forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e difusão de publicações. As ações, em cada área temática, serão executadas na valorização da multidisciplinaridade, permitindo assim a agregação de cursos, disciplinas com o objetivo de elaborar e programar políticas públicas voltadas à maioria da população, proporcionando o acesso da sociedade à universidade.

Ao definir que a Extensão Universitária é uma ação indispensável do pensar e fazer acadêmico é fundamental para desenvolver parceiras que contribuam para o equacionamento de problemas sociais, econômicos e políticos que afligem o cidadão, independente da sua condição social, o Fórum elaborou oito áreas temáticas, tendo como referências políticas públicas, cidadania e cidadão, as quais estão elencadas a seguir:

1. Comunicação
2. Cultura
3. Direitos Humanos e Justiça (Cidadão e Cidadania)
4. Educação
5. Meio Ambiente
6. Saúde
7. Tecnologia e Produção
8. Trabalho

Em conformidade com o Plano Nacional de Extensão, as ações de extensão da UFAM são classificadas segundo a sua área temática estabelecida pelo referido plano.

A extensão universitária da UFAM divide suas ações de extensão conforme as seguintes modalidades:

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO
Programa	Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestações de serviço), preferencialmente integrado as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
Projeto	Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnologia, com objetivo e prazo determinado.
Curso	Ação pedagógica, de caráter teórico/ou prático, presencial ou à distância, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definida.
Evento	Ação que implica na apresentação e/ ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.
Prestação de serviços	Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

Quadro 05: Ações de Extensão

FONTE: Barboza (2008) apud Extensão Universitária: Organização e sistematização/ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

Hoje, a Universidade tem 17 Programas de Extensão vinculados à PROEXTI, os quais estão dispostos a seguir:

PROGRAMA	OBJETIVOS
PROGRAMA “UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS”	Fortalecer – em sintonia com a Política de Extensão da UFAM e do Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX e SESU/MEC-2001) –, as ações extensionistas cuja interlocução, aberta e sistemática entre a universidade e sociedade, permita articular o saber acadêmico com outras práticas oriundas da vida social.
PROGRAMA INTER-AÇÃO	Implementar atividades de extensão por meio de ações sócio-educativas, visando o desenvolvimento social, econômico e cultural dos moradores do Complexo Colônia Antonio Aleixo.
PROGRAMA PURAQUEQUARA	Identificar as práticas de conservação dos recursos naturais através das seguintes ações: preservação do lago; organização de campanhas e palestras sobre a problemática do lixo.
PROGRAMA “PYRÁ”	Capacitar agentes sociais para o monitoramento dos acordos de uso integrado dos recursos naturais do município de Manacapuru, área piloto do programa PYRÁ.
PROGRAMA “TUPÉ”	Assessorar as comunidades do Tupé, contribuindo com políticas de defesa ambiental, inclusão social e desenvolvimento sustentável.
PROGRAMA “COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE BENJAMIN CONSTANT”	Especializar professores e formar agricultores familiares para a identificação e utilização manejada das potencialidades de produtos agro-florestais regionais, visando organizar suas formas de produção.
PROGRAMA “ENCONTRO”	Desenvolver ações junto aos usuários residentes do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro (CPER), objetivando prepará-los para vivenciar serviços residenciais terapêuticos.
PROGRAMA “PÉ-DE- PINCHA”	Promover a sustentabilidade das populações rurais através da conservação e manejo participativo, incentivando a criação de quelônios em cativeiro, a produção de artesanato, o ecoturismo e o beneficiamento de polpas de frutas, produtos lácteos e de pescado.
PROGRAMA “ATIVIDADES MOTORAS PARA DEFICIENTES”	Realizar um programa de atividades motoras para deficientes físicos, visando efetivar ações sociabilizadoras dos participantes, fomentadas pela formação de grupos de estudo e publicação dos resultados obtidos.

UNIVERSIDADE NA 3ª IDADE ADULTA”	Educar para o envelhecimento. Trazer o idoso para a Universidade na condição de Universitário. Desenvolver a prática motora em gerontes facilitando sua nova identidade.
PROGRAMA “ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO (PROASI)”	Realizar ações educativas que vise zelar pela preservação da qualidade de vida, autonomia, independência e dignidade do idoso, estimulando o estudo da Gerontologia no âmbito da pesquisa científica: TCC, PIBIC etc.
PROGRAMA “UNIVERSIDADE CAMPEÃ”	Melhorar, pela prática do desporto futsal, o nível de conhecimento dos filhos de servidores da UFAM, em face dos benefícios da atividade física e de um saudável estilo de vida.
PROGRAMA “TALENTOS UFAM NO MERCADO DE TRABALHO”	Oportunizar aos discentes do Curso de Administração o conhecimento prático necessário, visando destacá-los no âmbito do desenvolvimento de suas atribuições como administrador de empresa.
PROGRAMA “ESTAÇÃO CASA DA FÍSICA”	Tornar o Estado do Amazonas referência regional no ensino de física nos níveis fundamental e médio de alunos da escola pública e privada, primando tanto pelos bons resultados obtidos em competições regionais, nacionais e internacionais quanto pela capacitação de professores nos respectivos níveis e escolas.
PROGRAMA “CONEXÕES DE SABERES: diálogos entre a universidade e as comunidades populares”	Desenvolver ações inovadoras que ampliem a troca de saberes entre as comunidades populares a universidade, valorizando o protagonismo dos estudantes universitários de origem popular, e contribuam para a democratização do acesso e permanência no ensino superior público.
PROGRAMA “UNITRABALHO”	Atuar na elaboração de estudos, pesquisas, consultorias, debates, publicações e programas de formação profissional relacionados às atividades do mundo do trabalho.

Quadro 06: Os Programas de Extensão da Ufam

FONTE: Pesquisa documental, Barboza (2008).

Considerando o compromisso da universidade, em especial da extensão universitária em comprometer a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com os impactos de suas ações em relação a tais demandas, bem como seguindo as orientações previstas no Plano Nacional de Extensão (2001) tem havido um esforço no sentido de tornar permanente a avaliação das atividades extensionistas.

Partindo desse pressuposto o Fórum de Pró-Reitores tem investido no Programa Nacional de Avaliação da Extensão das Universidades Brasileiras, considerando que: “A avaliação da extensão deve estar inserida na avaliação institucional das Instituições de Ensino Superior, integrada com as demais aéreas do fazer acadêmico”. (FORPROEX, Avaliação Nacional da Extensão Universitária, 2001, p. 35)

A avaliação da extensão universitária pretende essencialmente sistematizar e reafirmar princípios e diretrizes políticas, considerando três níveis inter-relacionados, quais sejam: o compromisso institucional para estruturação e efetivação das atividades de extensão; o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvo ou parceiros dessas atividades e os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão. (idem, 2001)

O que se anseia é captar dimensões de investigação que possam dar conta de interferências da universidade na sociedade a partir de suas políticas de ação e gestão, considerando a realidade que circunda a ação, bem como a metodologia própria empregada na mesma.

É oportuno trazer a reflexão que Belloni (2003, p. 09) faz acerca da avaliação institucional, pois tanto avaliação institucional como a de políticas torna-se mais relevante quando se podem oferecer informações não apenas sobre impacto, mas resultados ou conseqüências mais amplas e difusas das ações desenvolvidas. Neste sentido, abordaremos o processo de avaliação, sua complexidade e importância para a formulação e consolidação de políticas públicas no item que segue.

1.3 Avaliação de Políticas Públicas: possibilidades de consolidação

O processo de avaliação de políticas públicas na realidade brasileira é relevante para que se possa identificar as várias limitações no que refere a mecanismos de fortalecimento da

consciência crítica, da democracia e da cidadania. A avaliação de programas e políticas, especialmente de seus impactos, consiste num instrumento capaz de proporcionar a compreensão das efetivas modificações ocorridas no contexto onde as mesmas operam. Pois conforme assegura Carvalho (2001, p. 88), “[...] é preciso uma visão totalizante da avaliação que busque apreender desde a sua formulação, implementação, execução, resultados e impactos.”

A partir dos anos 60, nos Estados Unidos, há a emergência da avaliação de políticas públicas relativas a programas de combate à pobreza, conforme estabelece Silva (2001). Este modelo prioriza a análise e mensuração dos objetivos previstos - dentro da tradição tecnocrática - e se preocupa excessivamente com os instrumentais técnicos e metodológicos, desconsiderando os aspectos políticos envolvidos na questão. Tal modelo de avaliação desenvolveu-se como disciplina e como profissão, formando avaliadores/auditores de políticas públicas.

Tal perspectiva, edificada no positivismo e dirigida pelo racionalismo clássico, tem uma perspectiva quantitativista e possui fragilidades metodológicas pela sua preocupação excessiva com a eficácia, a eficiência, bem como com a adequação dos programas sociais. (SILVA *apud* CARVALHO, 2001).

Esse tipo de avaliação se limita a analisar se os recursos destinados à política avaliada foram utilizados de forma otimizada, verificando apenas se os objetivos previamente estabelecidos foram alcançados.

Na perspectiva do modelo funcionalista clássico, a avaliação não releva o contexto sociopolítico e histórico, fundamentais para uma avaliação de políticas sociais, ou seja, trata-se de uma concepção de avaliação pautada numa análise burocrática e superficial. Neste processo a avaliação era visualizada, principalmente, como uma ferramenta de planejamento destinada aos formuladores de políticas e aos gerentes de mais alto escalão, em que se

vivencia um contexto de expansão dos gastos públicos no país, e de pouco conhecimento acerca dos resultados e impactos das ações governamentais.

Barreira (2000) nos informa que os idos da década de 70, cresceram o número de ações de caráter avaliativo acerca dos programas implementados pelo Estado, haja vista o exercício da avaliação de forma instrumentalizada, possibilitando o surgimento de abordagens e metodologias diferenciadas a partir o contexto avaliado. Neste período a avaliação é conceituada como um mecanismo que permite mensurar resultados, correlacionando-os com os objetivos, metas e padrões estabelecidos para a ação avaliada.

Já nos anos 80, no Brasil, no momento do processo de redemocratização da sociedade brasileira, a avaliação de políticas sociais se legitima, embora sua expansão esteja relacionada em grande parte às exigências dos financiamentos provenientes de organismos internacionais, assim buscam-se modelos alternativos de avaliação, que possam diminuir os limites do modelo tradicional, contemplando as várias dimensões e complexidade da questão social e do próprio processo avaliativo (SILVA, 2001).

Diante de várias mudanças, às políticas sociais receberam um novo enfoque, o qual repercutiu, substancialmente, no processo avaliativo, através de um a mudança no paradigma do processo de avaliação, deslocando-se de uma perspectiva técnico-econômica e racionalista, para uma racionalidade crítica que requer uma contextualização do processo.

A avaliação enquanto instrumento político teve seu desenvolvimento intrinsecamente ligado “progresso” das estruturas políticas, além de sofrer forte influência da lógica econômica e, por conseguinte dos processos sociais resultantes da transformação dialética da sociedade.

Portanto, a avaliação, nos moldes atuais, é um processo sistemático de análise de uma política, atividade, fatos, ou coisas que admitam compreender, de forma contextualizada, as

dimensões e implicações, e tem como intento estimular o aperfeiçoamento dos objetivos e metas das políticas e de ações avaliadas (AGUILAR E ANDER-EGG, 1994).

Consubstanciando essa assertiva Belloni (2003, p.26), sinaliza que a avaliação:

Trata-se de um processo sistêmico, isto é, envolve múltiplas observações, não sendo aceitável uma única observação no tempo ou um único instrumento de avaliação. Envolve a utilização de instrumentos e critérios, coerentes com o objetivo de avaliação, ao longo do processo. Significa, ainda, uma clara definição de um objeto de avaliação, suas características e particularidades [...] A avaliação é um processo que permite compreender, de forma contextualizada; isto é, visa uma compreensão global do objeto e não apenas uma visão diagnóstica ou comparação entre previsto (metas) e realizado (resultados), ou ainda o estabelecimento ranking

Portanto, a avaliação transcende a concepção de fiscalização, esta contribui na perspectiva de aprendizagem individual e coletiva, aperfeiçoamento e fortalecimento de ações de intervenção. Esta ventila, ainda, a geração de novos conhecimentos sobre as estratégias de intervenção adotadas em determinados contextos sociais e, a partir desse conhecimento, ampliar a compreensão acerca da realidade.

Destarte, avaliação pode ser visualizada sob duas concepções, segundo a mesma autora, as quais são apresentadas a seguir:

- Avaliação informal – “[...] é um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos ou grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente sempre com vistas ao futuro” (Belloni, 2003, p.14). Esse tipo de avaliação tem caráter de uso pessoal, faz parte da vida do sujeito visando manter sua sobrevivência em sociedade, e por isso, esta forma de avaliação não pode ser usada na avaliação de programas e políticas, haja vista que não compreende/envolve impacto social.

- Avaliação formal ou sistemática – “[...] processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações com vistas a estimular seu aperfeiçoamento” (Belloni, 2003, p.15). Este processo avaliativo permite compreender o objeto avaliado de maneira plena, “[...] em que os processos de formulação, desenvolvimento, ações implementadas ou fatos ocorridos,

assim como os resultados alcançados, histórica e socialmente contextualizados” são levados em consideração durante o processo de avaliação do mesmo.

Compreende-se que a avaliação é um instrumento de análise que exige rigor técnico, teórico e científico, para que, de fato, seja possível aferir com consistência e consequência as dimensões, implicações, limites e potencialidades de um programa, por meio de proposição de estratégias para a solução dos problemas encontrados e, conseqüentemente, o seu aperfeiçoamento. Portanto, Belloni (2003, p. 14) ensina que:

A avaliação de política pública é um dos instrumentos de aperfeiçoamento da gestão do Estado que visam o desenvolvimento de ações eficientes e eficazes em face das necessidades da população.

Corroborando com tal assertiva Aguilar & Ander-Egg (1994), propõem que a avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada sistematicamente, a qual pode ser delineada e administrada, tendo como designo identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável os dados e as informações que podem ser consideradas relevantes. Desta forma, a avaliação permite sustentar um juízo sobre a importância dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação e execução) ou de um conjunto de atividades que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com a finalidade de produzir efeitos e resultados concretos.

Assim, a avaliação vislumbra ratificar a extensão e o grau em que produziram esses resultados, de forma que sirva de fundamento para adotar decisões entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados. (AGUILAR & ANDER-EGG, 1994).

Dessa forma, o processo avaliativo abrange um conjunto de concepções e procedimentos, de múltiplas observações, utilizando-se de instrumentos, indicadores e critérios coerentes com o objetivo da avaliação, remetendo ao pesquisador a necessidade de

uma clara apropriação do objeto da avaliação, suas características, particularidades e complexidades para que, posteriormente, o conteúdo da investigação avaliativa apresente consistência, coerência e confiabilidade (BARBOZA, 2008).

Para tanto, faz-se referência ao processo metodológico de realização da avaliação, em que para concretização da mesma são necessários que alguns procedimentos a sejam seguidos. E ainda em relação à metodologia da avaliação, explicita-se que da esfera da avaliação de políticas e programas sociais esta:

Trata-se da concepção metodológica, não entendida como um conjunto de procedimentos e técnicas, mas constituindo um corpo teórico de explicação da própria avaliação e de seu objeto; da compreensão de método como todo raciocínio empregado para aceitar ou rechaçar um fato como verdadeiro e técnica concebida como instrumento utilizado para coletar dados ou para analisá-los. (SILVA, 2001, p. 64)

Aguilar e Ander-Egg (1994) afirmam que definir a avaliação, demanda que sejam compreendidas suas características principais, enquanto processo sistemático, de formação de valores e julgamentos. Portanto, as características levantadas pelos autores, podem ser elencadas da seguinte forma:

- Processo sistemático: estabelecimento de procedimentos e estratégias, baseados nas exigências do método científico, visando o direcionamento dos objetivos e atividades que envolverão a avaliação;
- Validade e Confiabilidade: durante o processo de coleta e sistematização dos dados, é fundamental que alguns requisitos de validade e confiabilidade sejam seguidos, os quais devem estar presentes durante o delineamento da metodologia e das técnicas de coletas de dados;
- Informações suficientes e relevantes: é necessária a observação da relevância/pertinência dos dados recolhidos, bem como de sua suficiência, com vistas ao cuidado na formação de valores e julgamento acerca das informações que se tem do objeto avaliado;

- Tempo do programa: diz respeito à caracterização do programa, levantando o diagnóstico, programação, execução, e se for necessário, a conclusão do mesmo;
- Tomada de decisão: a partir da concretização da avaliação, os resultados e inferências construídas acerca do objeto avaliado sirvam de subsídios para o fortalecimento potencialidade, e aperfeiçoamento e redimensionamento, se necessário, das fragilidades identificadas.

Diante disso, é fundamental que se assente a tipificação da avaliação, elencando-se as mais comumente adotadas, a saber:

a) *Avaliação ex- ante*, ou antes, visa antecipar os resultados e impactos que o projeto pode gerar, também pode ser considerada um bom recurso quanto à identificação, se o projeto ou programa foi delineado de forma a proporcionar resultados concretos, e se os objetivos e metas estão claramente definidos e dimensionados. Este tipo de avaliação pode ser melhor compreendido, como sendo:

[...] feita na fase de planejar o programa ou projeto, ou de aprovar sua realização.

Aspectos principais:

- pertinência do projeto com a realidade;
 - coerência e congruência internas (meios/recursos e objetivos; objetivos gerais, especiais e metas; diagnóstico e proposições)
 - rentabilidade econômica das diferentes ações para alcançar os objetivos propostos.
- (AGUILLAR & ANDER-EGG, 1994, p.40-41)

b) *Avaliação durante a execução*, que também pode ser denominada de avaliação da gestão, avaliação contínua, avaliação concorrente, monitoração ou avaliação concomitante: pode ser entendida como um misto de monitoramento e avaliação, uma vez que, por meio dessa modalidade, a causalidade entre as atividades realizadas e os resultados gerados é continuamente acompanhada e analisada. Também permite:

[...] fornece informação sobre o andamento do projeto com uma ponderação dos resultados.

[...] objetivo básico é estabelecer até que ponto se está cumprindo e realizando o programa ou prestando um serviço de acordo com a proposta inicial.

[...] permite adotar dois tipos de decisão:

- continuar ou não com o programa
 - no caso de continuidade, estabelecer se deve ser mantida a formulação inicial ou se devem ser redefinidos os objetivos, metas e procedimentos operativos propostos.
- (AGUILAR & ANDER-EGG, 1994, p.41-42)

c) *Avaliação Periódica*: fornece informações sobre como está o projeto, em momentos diferenciados, e pode ser um valioso recurso para tomadas de decisões em momentos críticos do desenvolvimento do projeto.

d) *Avaliação da implementação*: esta avaliação significa que se tenham previsto os instrumentos necessários para traduzir operativamente o que se pretendia realizar num determinado espaço e tempo, pois,

[...] Para isso é necessário constatar se estes meios e instrumentos são:

- *Necessários*: quando não se pode prescindir deles porque contribuem significativamente para o êxito do programa.
- *Suficientes*, no sentido de que bastam para alcançar as metas e objetivos propostos
- *Idôneos*, isto é, têm a capacidade de cumprir as metas estabelecidas (obter resultados em quantidade e qualidade dentro dos prazos fixados)
- *Potentes*: têm a capacidade de atacar a situação-problema e de vencer obstáculos e dificuldades.
- *Efícazes*, visto que os meios utilizados são os mais idôneos em relação aos objetivos e propósitos que se buscam. (AGUILAR & ANDER-EGG, 1994, p.53)

e) *Avaliação ex-post*, ou posterior, privilegia a análise dos resultados alcançados, confrontando-os com aqueles que eram esperados e explicando-os à luz de teorias ou de experiências acumuladas em intervenções similares. Sua principal utilidade é aprender com a experiência passada, a fim de validar as estratégias adotadas ou de fornecer subsídios ao replanejamento do projeto ou programa.

Destaca-se que a avaliação *ex-post* pode-se ser:

1. Avaliação de Processo: tal método é utilizado durante a implementação do programa, e tem como finalidade principal aferir a eficiência da ação, com vistas a realizar redimensionamentos e adequações se necessárias;

2. Avaliação de Impacto: é realizada após o término das atividades e/ou ações do projeto, programa ou política, objetiva medir se houve alcance dos objetivos, identificado os efeitos/mudanças, previstas ou não, ocasionadas pela ação.

Nessa linha de raciocínio, Aguilar & Ander-Egg (1994, p. 42-43) sinalizam, de forma sintética e brilhante que a avaliação:

[...] é levada a cabo quando o programa ou projeto alcançou seu pleno desenvolvimento (meses ou até anos depois de finalizada a execução [...]) a dupla finalidade destas avaliações (tanto a durante como a ex-post): Avaliar o ganho dos resultados gerais, em termos de: **eficiência, produtos, efeitos e impacto**; e Adquirir conhecimento e experiências para outros programas ou projetos futuros.

É oportuno pontuar que a avaliação de programas e projetos sociais é condição *sine qua non* para que se possa aferir o grau de eficiência, eficácia e efetividade que os serviços e ações realizadas proporcionam, e em vista disso realimentar decisões e ações no campo da política social, além de possibilitar aos sujeitos envolvidos, executores e beneficiados, o fortalecimento da análise e criticidade acerca do programa, nos dizeres de Barreira (2000, p. 13)

A autora continua destacando que por vezes, os conceitos de eficiência, eficácia e efetividades – necessários para avaliação de quaisquer políticas, programa ou estratégia – são utilizados como conceitos iguais, contudo, os referidos critérios possuem significados diferenciados. Tal diferenciação é assinalada por vários autores como Belloni *et al* (2003), Melo (2001), Silva(2001), e que pode ser visualizada da seguinte forma:

Eficiência:

Quando se pensa na eficiência de um programa ou projeto social situa-se uma correlação entre os efeitos (benefícios) e os custos empreendidos para alcançar os primeiros. Desta forma, o que se pretende é realizar uma análise de como os recursos públicos são utilizados, através da responsabilidade na gestão. Engloba, ainda, a comparação das necessidades para atuar na realidade com as diretrizes e os objetivos propostos, e com o instrumental disponibilizado para nele intervir, pressupondo organização, estratégias e planejamento, a fim de que as proposições metodológicas - operacionais tenham base nas demandas impostas pela realidade.

É importante fazer referência a dois fatores que desempenham grande relevância na avaliação da eficiência de programas sociais, segundo Barreira (2000, p.31)

- a escassez de recursos públicos que exigem uma racionalização dos gastos;
- as enormes proporções dos universos populacionais a serem cobertos pelos programas sociais.

Frente a isso o monitoramento do uso de recursos é uma ferramenta essencial para a execução do planejamento e alcance dos objetivos e metas propostas por programas e projetos sociais.

Eficácia:

Refere-se ao resultado de objetivos e diretrizes propostas na política pública e ao grau de qualidade investigado, através do processo avaliativo. Ao investigar a eficácia de uma política, é necessário considerar os efeitos diretos e indiretos daquela intervenção. Devido a sua complexidade, a análise da eficácia deve ocorrer através de uma pesquisa própria com construção de instrumentos que permitam acompanhar o desempenho e rendimento do trabalho, incidindo também sobre as mudanças na realidade em questão.

A luz dos dizeres de Baptista (2000), a eficácia é ponderada a partir da adequação da ação para o alcance dos objetivos e das metas previstas no planejamento, bem como do nível/grau em que esses objetivos e metas foram alcançados. Tal movimento permite vislumbrar em que medida os objetivos foram alcançados, identificando os limites e potencialidades presentes durante todo o processo.

Efetividade Social:

Verifica se os objetivos do programa social avaliado atingiram a dimensão social, de modo a responder às reais necessidades sociais do público alvo, para que disso decorra a mensuração do grau de impacto social alcançado. Ou seja, a avaliação de efetividade considera o impacto da ação sobre o objeto de intervenção, “a efetiva mudança nas condições prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação” (MELO, 2001, p.32). Entretanto, ao avaliar a efetividade de uma determinada política deve-se considerar as múltiplas dimensões da intervenção - objeto, objetivos e metodologia - com vistas a aferir a capacidade daquela proposta em responder aos desafios que a realidade apresenta.

Mensurar a efetividade de um programa significar perceber o impacto que a intervenção social apresentou sobre a vida do público-beneficiado, em que a efetividade pode ser apreendida, destaca Barreira (2000, p.32), como:

Efetividade objetiva é o critério de aferição da mudança quantitativa entre o antes e o depois da execução do programa;
Efetividade subjetiva refere-se às mudanças comportamentais, nas crenças e valores da população-alvo;
Efetividade subjetiva é o critério da avaliação das mudanças qualitativas significativas e duradouras nas condições sociais de vida dos beneficiados da política ou programa social.

Na avaliação da efetividade é possível identificar se os objetivos e metas executadas pelo projeto/programa causaram mudanças qualitativas na vida dos beneficiados, e se estas se perpetuam mesmo com o término das ações interventivas naquela dada realidade.

Torna-se imperioso compreender a dinâmica desses três critérios, os quais são essenciais durante a avaliação, e elementos fundamentais para o êxito na concretização de um planejamento.

Silva (2001) destaca que, além dos tipos já sinalizados, existem outros modelos de avaliação, tais como: monitoramento, avaliação política da política, avaliação de processos e avaliação de resultados/impactos.

No que se refere ao monitoramento, esta autora salienta, este tem como inquietação central o funcionamento do programa/projeto, constituindo-se como fonte de informação o planejamento e a execução das atividades. Neste contexto, o monitoramento permite que as ações feitas de forma equivocada sejam reorganizadas ou alteradas sem que acarretem prejuízos ao desenvolvimento do programa/projeto, assegurando sua eficiência.

A avaliação política da política enuncia um juízo de valor em relação à política ou programa/projeto, busca atribuir valores aos resultados alcançados e aos atos ou mecanismos utilizados para modificação da realidade social sob intervenção. Esta avaliação envolve princípios políticos fundamentais em relação ao bem-estar humano com princípios de igualdade e democracia e a concepção de cidadania.

Avaliação de processo volta-se a aferição da eficácia do programa, ou seja, desvelar em que medida o programa está sendo implementado e quais as relações entre o produto e as metas previstas ou desejadas.

No que concerne a avaliação de impactos tem como foco central as mudanças quantitativas e qualitativas decorrentes de determinadas ações, tendo como critério a efetividade. É uma medida desempenho da ação de um programa que tem como objeto de estudo o efeito ou resultado de um programa, determinando se houve mudanças e qual a magnitude dessa mudança. A avaliação de impactos objetiva, ainda, medir o resultado dos

efeitos de uma intervenção, estabelecendo a relação de causalidade entre a intervenção e as alterações sociais do cotidiano dos atores envolvidos (SILVA, 2001).

A avaliação de impactos pode ser realizada, durante ou depois da implementação de um programa, para que, ao analisar todas as práticas passadas, possa-se verificar se foram obtidos ou não os resultados previstos, e identificar as suas causas.

Segundo Roche (2002, p.36), a avaliação de impactos pressupõe identificar:

“[...] mudanças sustentadas nas vidas das pessoas provocadas por uma determinada intervenção... refere a qualquer mudança duradoura e sustentada que tenha ocorrido – positivas ou negativas, planejadas ou não... é uma estimativa de como, e até que ponto, a mudança ocorreu [...] levando em consideração a compreensão das perspectivas das várias partes interessadas numa intervenção de desenvolvimento, bem como do contexto social, econômico e político no qual ela acontece”.

O impacto, cerne da questão, é avaliado ao se compreender e analisar a que medida o resultado de uma intervenção conduziu a mudanças duradouras, quer seja na vida do beneficiado pela ação, quer seja vida de outras pessoas.

Frente ao exposto, a avaliação torna-se um mecanismo necessário na sociedade contemporânea, pois embora seja uma ferramenta considerada de controle social das ações do Estado, esta permite aferir, medir e julgar os impactos gerados na vida dos beneficiados de uma política pública ou programa social, pois conforme acena Brant e Carvalho (*apud* Barreira, 2002, p.47),

Há hoje uma tendência em se valorizar concepções mais abrangentes e totalizantes de avaliação no campo social, sua formulação, sua implementação, sua execução, processos, resultados e impactos. Uma avaliação que busque a inter-relação entre sistemas de ação e lógica dos atores. Não mais uma avaliação apenas de resultados, mas também de processos. Não mais uma avaliação que apenas mensure quantitativamente os benefícios ou malefícios de uma política ou programa, mas que qualifique decisões, processos, resultados e impactos.

Após se definir quais as informações necessárias e que níveis de avaliação são apropriados, Roche (2002) sinaliza que urge desvelar se as informações necessárias já existem ou se há sistemas no local para a sua coleta.

O autor ressalta importância da coleta de dados secundários que poupam tempo, bem como podem expor contradições entre as estatísticas oficiais e as descobertas do estudo.

Como fonte de dados secundários o autor explicita as seguintes fontes:

- 1) Revisões literárias;
- 2) Registro e pesquisas oficiais;
- 3) Documento do projeto e revisões de registros.

Roche (2002) continua acenando que no processo de elaboração de uma avaliação de impacto deve-se ter clareza de algumas questões são centrais para realização de tais atividades, a saber:

- 1) Clareza sobre a finalidade da avaliação;
- 2) Para quem se destina;
- 3) Quem deve se envolver;
- 4) E, quais recursos se acham disponíveis.

Partindo do entendimento que a “[...] finalidade da maioria das avaliações é demonstrar o impacto ocorrido e melhorar práticas futuras” (ROCHE, 2002, p.58), e no entendimento de que a universidade interfere na sociedade em função da qualificação de recursos humanos, por meio de suas ações de ensino, pesquisa e extensão que se ressalta a importância do duplo objetivo da avaliação - autoconhecimento e formulação de subsídios para a tomada de decisão institucional.

Assim, com a finalidade de promover o aprimoramento da política implementada e a concretização dos objetivos da extensão universitária no Amazonas que se almejou na investigação apresentada avaliar o Programa Pé- de- Pincha.

Ora, sabe-se que a extensão universitária, como ação que proporciona a influência mútua entre universidade e sociedade, constitui-se como componente capaz de operacionalizar a relação teoria/prática (AVALIAÇÃO NACIONAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001), promovendo a troca de saberes acadêmico e popular. Deste modo, é primordial a presença da avaliação da sociedade sobre o papel da universidade, bem como análise de impactos das ações extensionistas.

Ao se considerar as peculiaridades de cada instituição, segundo o documento de Avaliação Nacional da Extensão Universitária (2001, p.28), a avaliação da extensão deve abordar três níveis inter-relacionais, a saber:

- o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão;
- o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvo ou parceiros dessas atividades;
- os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão.

Tendo como referência o nível de impacto das atividades de extensão na vida dos segmentos sociais envolvidos na ação extensionista, selecionou-se para esta investigação o Programa de Extensão Manejo Sustentável de Quelônios por Comunidades do Médio e Baixo Amazonas - Pé-de-Pincha, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização – PROEXTI, sendo um programa desenvolvido pela Faculdade de Ciências Agrárias da UFAM.

Para seleção do referido programa considerou-se o destaque dado a sua área de atuação – meio ambiente – e o fato de que o mesmo já existe desde 1999, período no qual busca conservar populações de quelônios em municípios do Amazonas – Barreirinhas, Barcelos, Parintins e Nhamundá – e do Pará – Oriximiná, Faro, Terra Santa e Juriti, conforme será detalhado posteriormente.

1.4 Programa de Extensão Pé-de-Pincha: descortinando sua constituição, forma e estrutura.

Durante a formação acadêmica, a universidade para além de introdução de temáticas pontuais e novas especialidades, deve priorizar a implementação de ações que tenham como pano de fundo a complexidade ambiental, em que a mesma deve participar de forma ativa nas transformações do conhecimento e na atualização dos programas curriculares, visando dar visibilidade aos novos paradigmas do saber ambiental.

Frente a isso a Universidade Federal do Amazonas, via Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização, desenvolve a ação extensionista denominada “Manejo Sustentável de Quelônios por Comunidades do Médio e Baixo Amazonas – Programa Pé-de-Pincha”, a qual é executada pela Faculdade de Ciências Agrárias, desde 1999, estimulando a conservação de quelônios através de seu manejo participativo nos municípios de Barrerinha, Barcelos, Parintins e Nhamundá no Estado do Amazonas e Faro, Oriximiná, Terra Santa e Juriti no Estado do Pará.

A UFAM e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, deram início, em 1997, a um projeto que visava o estudo direcionado aos animais silvestres da região amazônica, e partir de 1998 foi iniciado outro projeto que se intitulava “Diagnóstico da Criação de Silvestres no Estado do Amazonas”, o qual contou com o apoio do Programa Trópico Úmido, financiado pelo CNPq. Através dessa parceria, muitos estudos foram realizados acerca dos criatórios da região amazônica, tais estudos ganharam grande visibilidade na mídia, suscitando a busca, por parte de comunidades, por implantação de projetos e cursos direcionados a criação e manejo de animais silvestres.

É neste mosaico que surge o Programa Pé-de-Pincha, em 1999, a partir da demanda de comunitários do município de Terra Santa (PA), os quais solicitaram o apoio da UFAM para realização de ações que conduzissem ao uso racional da fauna, especialmente dos quelônios

presentes na região. Destaca-se que devido ao consumo exploratório dos quelônios na região Amazônica, naquele momento o quantitativo desses animais havia reduzido significativamente, podendo ser considerado até mesmo quase escasso. (ANDRADE, 2009).

O Pé-de-Pincha surgiu a partir de uma parceria firmada entre técnicos e professores da UFAM, além de contar com parceiros fundamentais para concretização das ações, que foram: o IBAMA, as prefeituras locais e principalmente as comunidades.

Ressalta-se que cada localidade que se incorporou ao programa representou uma experiência singular em que foram testadas, avaliadas e quando necessário as metodologias e práticas do programa foram redimensionadas, desta forma o mesmo foi se moldando as peculiaridades de cada grupo social local, conforme sinaliza o Relatório de Atividades do Programa Pé-de-Pincha dos anos de 2007 e 2008.

O programa objetiva conservar as populações de quelônios dos municípios supracitados, de forma participativa, envolvendo comunidades e instituições locais, através da capacitação e acompanhamento da Universidade Federal do Amazonas. Somam-se a isso as atividades de Educação Ambiental com temas diversos, dentre os quais se destacam: ecoturismo, potencial da região, organização comunitária etc.

No que concerne aos objetivos específicos, o Programa definiu os que se seguem:

1. Introduzir práticas de conservação e manejo participativo de quelônios, através de seminários e reuniões nas comunidades envolvidas para determinar áreas de manejo e as estratégias a serem utilizadas nos trabalhos de campo a cada ano;
2. Promover a educação ambiental nas áreas de abrangência do Programa, através de palestras sobre ecologia, quelônios, agropecuária, educação patrimonial/valorização das origens aos alunos da rede municipal de ensino e nas comunidades, durante o período de permanência do Programa nos municípios;
3. Divulgar e incentivar a criação de quelônios em cativeiro, através de Implantação de Unidades Demonstrativas de criação de quelônios, como alternativa de emprego e renda;
4. Apoiar iniciativas e promover a capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável das populações rurais, através de reuniões (oficinas de trabalho) nas comunidades para debater e desenvolver propostas de alternativas de geração de renda e desenvolvimento. (Pesquisa documental, 2009)

Como um programa de extensão universitária, o Pé-de-Pincha tem ganhado grande visibilidade, o que tem proporcionado a extensão maior divulgação. Diante desta ótica, avaliar o programa em questão torna-se imperioso, pois a avaliação é um mecanismo legítimo para controlar, qualificar e aprimorar um programa social, identificando suas fragilidades e potencialidades, e subsidiariamente, colaborando para sua concretude e crescente aperfeiçoamento.

O programa recebeu o apelido de “Pé-de-Pincha”, devido às pegadas deste animal na areia das praias, que se parecerem com tampinhas de refrigerante, chamadas de "pincha" na região. Segundo o Relatório de Atividades do Programa, o mesmo vem trabalhando junto a comunidades do Médio e Baixo Amazonas, nos municípios de Parintins, Barreirinha, e Barcelos/AM, Terra Santa, Juruti, Oriximiná/PA, com o apoio da Universidade e de outros parceiros, como:

- IBAMA – AM e PA;
- MINERAÇÃO RIO DO NORTE;
- PREFEITURAS MUNICIPAIS;
- ASSOCIAÇÕES E AGRICULTORES.

É oportuno sinalizar a historicidade do Programa Pé-de-Pincha, para compreendermos a dinâmica que o mesmo vem atuando ao longo de seus dez anos de atuação nas comunidades da região amazônica.

ANO	MOMENTOS IMPORTANTES
1999	Moradores de Terra Santa (PA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o IBAMA e varias prefeituras da região, criaram, com apoio do CNPq e com recursos do Programa de Apoio e Desenvolvimento de Comunidades, o projeto “Pé-de-Pincha”, inicialmente nos municípios de Terra Santa e Nhamundá, atingindo depois Oriximiná, Juruti, Parintins, Boa Vista do Ramos e Barreirinha, com o objetivo de conservar as populações de quelônios de forma participativa, envolvendo comunidades e instituições locais.

2000	Foram soltos 29.476 filhotes na natureza. Em 2001, foram coletados 24.134 ovos em Terra Santa, 28.820 ovos em Oriximiná e 14.187 ovos em Parintins e Barreirinha, sendo soltos, aproximadamente, 53.000 filhotes. Em 2002, foram soltos 71.725 filhotes, em 2003, 81.612 animais.
2003-2004	Foram transferidos 3.517 ninhos de quelônios pelas equipes do projeto, somando um total de 72.675 ovos. IBAMA e UFAM através do Projeto Pé-de-Pincha realizaram em abril/ 2004 a soltura de 60.099 mil filhotes de quelônios
2004	O Projeto Pé-de-Pincha entra definitivamente no imaginário popular do caboclo do Baixo Amazonas, sendo cantado por milhares de pessoas na maior festa folclórica da Amazônia, em pleno Bumbódromo de Parintins, graças à toada de Geandro Pantoja e Demetrius. “Pé-de-Pincha... Pé-de-Pincha...!!!”, refrão da música que homenageou a vida dos ribeirinhos e o seu trabalho em defesa dos quelônios. O Projeto Pé-de-Pincha passa a ser um Programa de Extensão.
2004-2005	A equipe foi formada por 32 acadêmicos voluntários dos cursos de agronomia, engenharia de pesca, engenharia florestal, Ciências, Medicina e Zootecnia da UFAM e de engenharia florestal e biologia da UTAM/UEA, 04 professores e 12 técnicos da UFAM, IBAMA e Prefeituras.
2004-2005	Nas comunidades e municípios foram realizadas 40 reuniões, envolvendo cerca de 944 pessoas. Foram ministrados 3 cursos: 2 de Criação de capivaras/PIN (18) e criação de abelhas nativas (23). Realizaram-se amostras de vídeo sobre conservação e sobre o projeto, apresentações teatrais e de marionetes, gincana cultural, e as festividades de soltura com um público de 1.506 pessoas. Ministramos 11 palestras sobre conservação de quelônios e meio ambiente com um público de 407 pessoas.
2005	Apoio de outras instituições de fomento (FAPEAM e PROVÁRZEA/KFW), em projetos que nos permitiram realizar atividades de pesquisa para implantação de um plano de manejo de quelônio (Programa Jovem Cientista Amazônico) e levar as comunidades envolvidas no projeto, alternativas reais de geração de renda com a implantação de 14 unidades demonstrativas de criação comercial de quelônios, capacitação de professores e alunos da zona rural para o trabalho científico e formação de recursos humanos locais para o trabalho de criação de animais silvestres, ecoturismo e guias arqueológicos (Piraruacá/TS e Valéria/PIN).
2006	Foram produzidos 12.569 tracajás, 2.584 pitiús, 272 calalumãs e 297 tartarugas, totalizando 15.722 filhotes somente no município de Terra Santa. O projeto também atuou nas escolas do município realizando palestras para alunos de 1ª a 8ª série, realizou gincanas culturais com a participação de crianças, jovens e idosos e realizou treinamento de professores para educação ambiental, também promoveu um concurso de “história em quadrinhos”, acordos de pesca nas comunidades, cursos de criação de galinha caipira, horta comunitária e agentes ambientais voluntários, atendendo ao todo 1.849 pessoas.
2007	Foram devolvidos para a natureza 68.319 filhotes de quelônios encerrando assim mais um ano de atividades do Projeto
2008	Foram devolvidos a natureza 11.100 filhotes de quelônios somente no Município de Terra Santa
2009	Lançamento do Livro: Criação e Manejo de Quelônios no Amazonas. O Livro representa uma possibilidade reaplicação das atividades desenvolvidas pelo Pé-de-Pincha em outras comunidades, haja vista que o mesmo apresenta todo processo de criação e manejo de quelônios, de maneira que as comunidades que demandem esse tipo

	de ação possa ter uma espécie de guia para implementação das ações desenvolvidas pelo programa.
--	---

Quadro 07: Linha do Tempo do Programa Pé-de-Pincha

FONTE: Relatório de Atividades 2007/2008 do Programa Pé-de-Pincha e participação em eventos em 2009.

Segundo o Relatório de Atividades 2008/2009,

“[...] Os avanços destes 10 anos de programa conferem à certeza de que a multidisciplinaridade deste trabalho, o engajamento da equipe e o trabalho comunitário garantirão a continuidade dos ideais iniciais do projeto e, sobretudo, já têm assegurado na história e na memória daquele povo, de que a UFAM, através deste programa de extensão, lhes permitiu vislumbrar e, principalmente, conseguiu modificar a sua realidade presente e suas perspectivas de futuro, garantindo um ambiente conservado e sustentável. (p. 92)

O trabalho desenvolvido pelo programa visa, essencialmente, o manejo racional e sustentável de quelônios pelas próprias comunidades. O programa realizou, ainda, treinamento de agentes ambientais voluntários, capacitação de professores da rede municipal e estadual de ensino, treinamento de alunos e comunitários, dando ênfase não só as atividades de fiscalização, mas, principalmente, a conscientização através da educação ambiental que atinge escolas e comunidade em geral dos municípios envolvidos.

Desde 2004, o Pé-de-Pincha passou a ser um PROGRAMA DE EXTENSÃO da UFAM, articulando-se com outras instituições como o PRÓ-VÁRZEA e a Mineração Rio do Norte. A parceira com o PRÓ-ÁRZEA objetivava o “[...] apoio a projetos que desenvolvam sistemas inovadores de manejo dos recursos naturais, que sejam sustentáveis dos pontos de vista social, econômico e ambiental, e que possam ser multiplicáveis não somente em outras áreas da várzea amazônica, mas também em outras regiões do país.” (ANDRADE, 2009, p. 13)

O público beneficiado pelo programa são comunitários, acadêmicos da UFAM, alunos das escolas dos municípios, técnicos do setor rural e de órgãos ambientais, haja vista que o trabalho não se restringe a intervenção na comunidade, mas também de educação e capacitação de todos os sujeitos envolvidos no Programa.

No que se refere à origem da equipe técnica que compõe o Programa, está pode ser visualizada a partir do quadro a seguir:

UNIDADE	TIPO
Faculdade de Ciências Agrárias - FCA	01 Docente
Instituto de Ciências Biológicas - ICB	01 Docente
Faculdade de Ciências Agrárias	14 Voluntários
Faculdade de Ciências Agrárias	10 Bolsista
TOTAL	18

Quadro 08: Equipe Técnica do Programa de Extensão Pé-de-Pincha

FONTE: Pesquisa documental, Projeto de Pesquisa do Programa Pé-de-Pincha, 2008.

O quadro acima permite visualizar que a equipe técnica do Programa é formada essencialmente por estagiários de nível superior da Faculdade de Ciências Agrárias, cabendo a um coordenador e um sub-coordenador gestar as atividades e/ou ações a serem desenvolvidas nas localidades atingidas pelo Programa.

No que concerne aos objetivos específicos, estes podem ser visualizados no quadro que se segue, fazendo referencia também como estes objetivos vão ser alcançados:

OBJETIVO	ATIVIDADES
Introduzir práticas de conservação e manejo participativo de quelônios	Seminários e reuniões nas comunidades envolvidas para determinar áreas de manejo e as estratégias a serem utilizadas nos trabalhos de campo a cada ano; Treinamento de pessoal selecionado nas comunidades para a identificação e técnicas de transferência de ninhos de quelônios; Acompanhamento técnico durante a transferência de ninhos de quelônios pelos comunitários, de áreas ameaçadas para áreas protegidas, identificando as covas para posterior soltura dos filhotes em seus locais de origem, bem como, para o registro de dados específicos que serão utilizados como indicadores de desempenho da atividade e, futuramente, como, embasamento, técnico-científico para um plano de manejo; Monitoramento e Apoio ao trabalho de agentes ambientais das comunidades na organização de reuniões, educação ambiental e na

	Fiscalização; Acompanhamento técnico da eclosão dos filhotes de quelônios e realização da marcação; Treinar e acompanhar os comunitários na manutenção dos filhotes de quelônios em cativeiro, durante dois meses, para posterior soltura; Monitorar a soltura dos filhotes de quelônios pelos comunitários na natureza; Tabular e analisar os dados de produção e das populações de quelônios das áreas protegidas.
Promover a educação ambiental nas áreas de abrangência do projeto	Palestras sobre ecologia, quelônios, agropecuária, educação patrimonial/valorização das origens aos alunos da rede municipal de ensino e nas comunidades, durante os períodos de permanência do projeto nos municípios; Capacitação e reciclagem de professores da rede pública de ensino em Educação ambiental, avaliar e apoiar atividades nas escolas, bem como, auxiliar na confecção de material didático relacionados à conservação do meio ambiente; Cursos de reciclagem dos agentes ambientais e capacitação de novos agentes; Treinamento de produtores rurais, de técnicos, de professores e de alunos na transferência de covas de quelônios, cuidados com os filhotes e criação destes em cativeiro; Divulgação do projeto nos municípios e região através de folders, elaboração/distribuição de cartilhas e nos meios de comunicação locais. Realizar atividades de educação ambiental e sócio-recreativas com idosos/terceira idade; Gincanas Ecológico-culturais envolvendo comunitários das áreas rurais e urbanas.
Divulgar e incentivar a criação de quelônios em cativeiro	Implantação de Unidades Demonstrativas de criação de quelônios, como alternativa de emprego e renda
Apoiar iniciativas e promover a capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável das populações rurais	Reuniões (oficinas de trabalho) nas comunidades para debater e desenvolver propostas de alternativas de geração de renda e desenvolvimento; - Prestação de assistência técnica na elaboração de projetos específicos de desenvolvimento alternativo para cada comunidade; - Cursos e treinamentos em artesanato, ecoturismo, beneficiamento de polpas de frutas, produtos lácteos e de pescado; criação caipira de galinhas; criação de animais silvestres, piscicultura e plantio de hortas comunitárias; - Assessoria aos processos de organização de novas associações comunitárias e fortalecimento das já existentes.

Quadro 09: Objetivos Específicos e Atividades Fins

FONTE: Pesquisa documental, Projeto de Pesquisa do Programa Pé-de-Pincha, 2008.

No tocante a metodologia do programa esta é concebida da seguinte forma:

FASE 1 – Esta fase compreende a implementação e condução das atividades do projeto nas comunidades, onde o mesmo atua. A Fase 1 é composta por 5 etapas, as quais são repetidas ano a ano, as mesmas podem ser visualizadas a seguir:

ETAPA I: Reuniões/seminários nas comunidades, de maio a junho de cada ano, para avaliar os resultados obtidos ou iniciar o treinamento de técnicas de manejo de quelônios; planejamento das atividades para as escolas e a capacitação em Educação Ambiental. Em julho, cursos de reciclagem e formação de agentes ambientais.

ETAPA II: A cada ano, em agosto, são identificadas e preparadas as áreas de manejo de quelônios, onde cada comunidade construirá sua “chocadeira”.

ETAPA III: De setembro a outubro, é feito o manejo das áreas de desova dos quelônios e seus ninhos. Neste período, a equipe da UFAM/RAN, recebe alunos do município para capacitação no trabalho de campo; realiza palestras sob temas diversos (quelônios, ecologia, horticultura, organização social, avicultura, pecuária, criação de animais silvestres e parasitismo e profilaxia, etc.) e encerra as atividades de educação ambiental com a realização de eventos Ecológico-Culturais. Neste período, são realizados, ainda, minicursos sobre ecoturismo, artesanato, beneficiamento de alimentos, hortas comunitárias, piscicultura, avicultura, e temas de interesse, em quatro comunidades/ano.

ETAPA IV: Em novembro, quando iniciam as eclosões, com o nascimento dos filhotes de quelônios, a equipe da UFAM/RAN retorna para a construção dos berçários, treinamento do pessoal local no manejo dos filhotes, coleta de dados de biometria, genética e parasitologia e marcação dos filhotes. Neste período alunos são levados para acompanharem estas atividades.

ETAPA V: A soltura é feita em fevereiro de cada ano. Os filhotes são destinados aos seus locais de origem em proporção semelhante aos ovos coletados, o que é acompanhado pelos comunitários, alunos e equipe UFAM/IBAMA. Hoje, soltamos anualmente, cerca de 100.000 filhotes, com a confraternização em todas as comunidades através da “Festa da Soltura”, que passou a fazer parte do calendário de eventos dos municípios. Todas as etapas são registradas, com o objetivo de, ao final, produzir-se um documentário em vídeo que servirá de material de divulgação. (Projeto de Pesquisa do Programa Pé-de-Pincha, 2008)

FASE 2: Esse é o momento de coleta e análise dos dados, em que o acompanhamento das atividades de manejo é realizado por meio de indicadores de desempenho – taxa de eclosão, número de ovos coletados, densidade de covas/praias/ano etc. , e pelo monitoramento das áreas protegidas – mapeamento das praias de desova, levantamento da produção anual e estimativa populacionais, permitindo que o programa avalie o progresso das atividades desenvolvidas pelo programa, além de permitir a proposição de sugestões para um plano de manejo de quelônios/área.

FASE 3: Durante esta fase há a estruturação da organização comunitária, pois a partir do segundo ano do projeto, pautando-se nas experiências com cada comunidade e na avaliação sócio-econômica das mesmas, a equipe do programa iniciou um processo de discussões para com vistas a estruturação de organizações comunitárias juridicamente reconhecidas, ou seja a formação de associações, com a finalidade de auxiliar aquelas que já estejam funcionando. São realizados, ainda nesta fase, reuniões e treinamentos voltados para organização social e administração.

FASE 4: Esta fase compreende a elaboração e implementação do Plano de Manejo. O referido plano executa-se por meio de seminários, realizados em cada município, os quais possibilitam a apresentação dos resultados alcançados pelo Pé-de-Pincha. A partir destes seminários são elaborados os planos de manejo finais, que serão levados ao IBAMA, a fim de se obter autorização para sua implementação. Os últimos seis meses serão destinados, após a autorização do IBAMA, à implantação dos planos de manejo.

Além das fases delineadas anteriormente, a metodologia do Programa Pé-de-Pincha aporta-se também na perspectiva da educação ambiental em que alguns dos procedimentos adotados podem ser observados no quadro que se segue:

ETAPA	ATIVIDADE
Planejamento	<p><i>Realização de seminários/reuniões:</i> estratégia utilizada para apresentação dos resultados alcançados durante a execução do programa, além de serem apresentadas as atividades para o próximo ano de execução do programa, as quais são construídas a partir de sugestões da própria comunidade. As reuniões ocorrem de maio a julho.</p> <p><i>Curso de formação:</i> é organizada em conjunto com os professores das escolas das comunidades e os agentes das comunidades, objetivando proporcionar aos participantes adquirir conhecimentos, sentido de valores, interesses e atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente.</p>

<p>Processo</p>	<p><i>Comunicação geral:</i> informar sobre as atividades gerais do projeto transmitindo a sociedade local o conhecimento adquirido na universidade, por meio de palestras nas escolas e na comunidade.</p> <p><i>Treinamento de campo:</i> ações voltadas ao treinamento de pessoas envolvidas no Manejo de Quelônios, além de difundir e instrumentalizar a participação da sociedade nas referidas atividades.</p> <p><i>Integração comunitária:</i> proporciona as comunidades alternativas de construção de atividades, tais como: gincanas ecológicas e culturais; shows musicais; concurso de desenho, poesia e música; atividades com crianças etc.</p> <p><i>Soltura dos quelônios:</i> concretização dos resultados, são evidenciados a participação da comunidade, via ação comunitária.</p>
-----------------	---

Quadro 10: Etapas da Educação Ambiental

FONTE: Relatório de Atividades 2007/2008 do Programa Pé-de-Pincha.

No que concerne aos resultados alcançados pelo programa, estes podem ser visualizados a seguir:

- O programa alcança 86 comunidades de 8 municípios do Médio Amazonas;
- Realização de Seminários sobre Manejo Sustentável de Tracajás (255 participantes em média, por seminário);
- Capacitação de agentes ambientais (101 cursos e 405 professores capacitados);
- Cursos e Reciclagem em Educação Ambiental para 405 professores
- Foram realizadas 421 atividades de educação ambiental (cursos, palestras, apresentações artísticas, cinema, marionetes, gincanas);
- Instalação de 31 unidades de criação com 12.963 quelônios (2003-2007).
- Contato entre as instituições para planejamento/financiamento do projeto;
- Preparação de Material e Divulgação das reuniões/seminários;
- Reuniões/seminários nas comunidades em que o projeto atua;

- Fiscalização das áreas protegidas e conscientização ambiental (850 famílias/3.450 pessoas);
- Transferência de Ninhos de tracajás, iaçás, irapucas e tartarugas;
- Construção de cercados nas áreas protegidas e dos Berçários;
- Coleta de dados sobre os ninhos;
- Manejo dos filhotes nos berçários;
- Acompanhamento do nascimento dos filhotes de quelônios;
- Visita e acompanhamento de alunos dos municípios no projeto;
- Palestras nas comunidades e escolas sobre o projeto e temas diversos ligados ao meio ambiente e alternativas de desenvolvimento;
- Realização de Minicursos: tecnologia do pescado, criação de galinha caipira, plantas medicinais, hortas comunitárias, manejo de quelônios etc.;
- Treinamento de campo para 86 professores, 684 alunos e 238 comunitários;

Avaliar os impactos sociais do Programa de Extensão Pé-de-Pincha constitui-se em uma matriz de potencialidades, em um mecanismo de cidadania, organização e participação social e comunitária, já que a Universidade, para concretizar o seu compromisso social, deve fomentar propostas que promovam a construção de valores, de gestão democrática, de inclusão e desenvolvimento social e sustentável.

Andrade (2009, p.17) faz alusão aos impactos ambientais que o programa tem alcançado ao longo de seus dez anos de trabalho, em que:

Devido às ações desenvolvidas pelo projeto, é provável que o número de filhotes produzidos pelo Pé-de-Pincha seja superior em relação ao que poderia ser produzido em ambiente natural. Isso é ainda reforçado, segundo os comunitários, pela maior quantidade de indivíduos que vem sendo observado nas áreas manejadas, o que há muito tempo não acontecia.

Ainda com relação aos impactos que o programa tem alcançado, o autor continua pontuando que:

Um fator de sucesso do Pé-de-Pincha é o excelente trabalho de educação ambiental desenvolvido nas instituições de ensino dos municípios abrangidos. O projeto consegue mobilizar professores, técnicos e alunos de escolas municipais e estaduais, e os professores tem se mostrado extremamente satisfeitos com os conhecimentos adquiridos e materiais didáticos utilizados. (ANDRADE, 2009, p. 19)

Frente à engenharia desenhada acerca da ação extensionista Programa Pé-de-Pincha, é possível inferir que a por meio do programa de conservação e manejo de recursos naturais, a UFAM tem sensibilizado comunidades do Amazonas e do Pará para o manejo racional de quelônios, fazendo uso de metodologias participativas, em que os resultados alcançados por essa intervenção, apontam que trabalhar a questão ambiental, firmando parcerias com as comunidades, tem produzido impactos na redução de alguns problemas ambientais e melhoria na qualidade de vida das comunidades atingidas pelo mesmo.

Mas quais são os impactos sociais gerados a partir dessa intervenção? São somente ambientais? Eles são planejados ou não? De que forma a comunidade participa? Ela também avalia as ações do programa? O programa contribui para que mudanças significativas, planejadas ou não ocorram nas comunidades?

Assevera-se que esses são questionamentos que nortearam o processo de investigação do Programa Pé-de-Pincha, e que serão elucidados de forma minuciosa no decorrer deste trabalho, com vistas a desvendar os limites e possibilidades da atuação do programa, identificados durante todo o caminhar da pesquisa.

CAPITULO II

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: NÃO APENAS UM MODO DE IR, MAS UM CAMINHO DE DESCOBERTAS

Não tenho um caminho novo. O que trago é um jeito
novo de caminhar...

Thiago de Melo

Neste momento pretende-se apresentar os procedimentos metodológicos adotados para a investigação acerca da temática em destaque, bem como o percurso das descobertas no decorrer da coleta e análise de dados. Destaca-se que este estudo, teve sua dinâmica previamente estruturada e estabelecida, contudo, a realidade é dialética e perpassada por caminhos imprevisíveis, por isso novos caminhos foram trilhados, possibilitando um constante movimento de descobertas durante a pesquisa, já que este estudo ampara-se na busca por aproximações sucessivas com a realidade, de modo a propiciar apreensão da dinâmica social numa perspectiva de totalidade em permanente transformação.

A referida investigação tem como ponto de partida a convicção de que o processo de avaliação de programas e projetos sociais geralmente tem como sentido mais nobre, fortalecer o movimento de transformação da sociedade em prol da cidadania e dos direitos humanos, (MINAYO, 2005, p. 19). Assim, a importância da avaliação está não apenas em prestar conta aos financiadores, mas a sociedade em geral acerca das práticas desenvolvidas pela Universidade Federal do Amazonas, em especial as práticas extensionistas. Destaca-se que a mesma integra um conjunto de outras investigações envidadas pelo GETRA em seu eixo de avaliação de políticas sociais, bem como se coaduna com a diretriz da extensão universitária – Avaliação das ações extensionistas. Já foram avaliados numa primeira fase - via projetos de Iniciação Científica - os Programas DIMINUINDO CONTRASTES, PROAMDE, e

ENCONTROS. Nesta etapa serão avaliados os Programas Pé – de – Pincha, PROASI e Casa da Física.

Para Silva (2001, p. 64) a metodologia de avaliação de um programa social apresenta assertivas conceituais importantíssimas para produção do conhecimento. Segundo a mesma para metodologia de avaliação deve-se construir um *corpo teórico*, apresentar o *método* como “todo raciocínio empregado para aceitar ou rechaçar um fato como verdadeiro” e expor uma *técnica* engendrada nas ferramentas empregadas para obtenção de dados ou para sua análise.

Considerando que “[...] a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas; metodologia e teoria caminham intrinsecamente juntas, confirmando que a práxis é real e deve ser aplicada”, segundo Minayo (1994, p. 16), a mesma pauta-se numa visão que busca analisar a totalidade do objeto, assumindo o aporte teórico metodológico das ciências sociais aplicadas. Durante o período de qualificação do projeto, vários foram os autores que nos subsidiaram a construir uma visão não fragmentada, a qual buscou compreender a temática posta em tela, desta forma pudemos perceber a dinâmica que o referido programa tem enquanto política pública.

Esta investigação debruçou-se sob o Programa de Extensão Pé- de- Pincha, caracterizando-se pela utilização da abordagem quantitativa e qualitativa, a partir de uma visão complementaridade. A estrutura da pesquisa foi didaticamente construída em momentos distintos, contudo, estão interligados e convergem para um caminho comum, em que os mesmos não são estáticos nem fragmentados, mas complementados pela dinamicidade inerente ao processo de pesquisa.

Na abordagem qualitativa realizaram-se entrevistas do tipo Semi-Estruturada, que segundo Pádua (2002, p.67), nesse tipo de entrevista “o pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre o assunto que vão surgindo como desdobramentos do tema

principal”. Na abordagem quantitativa, além de informações advindas das entrevistas, realizou-se uma minuciosa pesquisa documental junto aos Relatórios de Atividades Anuais do Programa, desde sua implantação.

As fases existentes na pesquisa são distintas, porém interligadas entre si, a saber: pré-implantação, implementação e pós-implantação, as quais serão detalhadas a seguir:

2.1 Fase da Pré-Implementação

A pesquisa teórica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse, (NETO *apud* MINAYO 1994, p. 53).

Para implementar de uma avaliação, é essencial estabelecer o contato com as partes que estarão envolvidas durante o processo avaliativo, elencando os meios para realização, a clareza do que pretende avaliar, com vistas a embasamento da avaliação (SILVA, 2001). A partir disso é possível desenhar o plano de pesquisa, o qual deve projetar: a definição do marco teórico de referência, o universo do programa, caracterização do objeto da avaliação e os pontos centrais a serem apreciados (variáveis, indicadores ou hipóteses), escolha da metodologia, além da definição da amostragem.

Assim, a primeira fase foi reservada ao estudo com revisão bibliográfica, seleção e discussão de textos e livros com fichamentos, além de resumos para a construção do marco teórico. A fase de leitura de obras e documentos a respeito do tema em tela foi fundamental para que fosse possível o delineamento dos caminhos da pesquisa, além de permitir enriquecer nossos saberes e adquirir os pontos decisivos ao embasamento teórico.

Referente aos autores que contribuíram para a qualificação do referencial teórico da pesquisa destacam-se: Cavalcante(2002), Leff(2001), Silva(2001), Belloni (1997), dentre outros, foram chamados para dar suporte às discussões da pesquisa. As discussões teórico-metodológicas direcionaram a discussão de temas como, meio ambiente, desenvolvimento

sustentável, extensão universitária, avaliação de programas sociais etc. Foram elaborados fichamentos das referências e do material selecionado, bem como o aprimoramento das categoriais centrais de análise.

É oportuno sinalizar que para alcançar os objetivos propostos foram formuladas variáveis e indicadores de análise, em que a construção das variáveis e seus respectivos indicadores pautaram-se na observação dos objetivos específicos do programa, uma vez que o bom desenvolvimento destes apontaria o grau de *eficácia, eficiência e efetividade* do programa. Houve, ainda, cuidado tentar apreender e perceber os impactos qualitativos, o qual seria possível visualizar a partir da subjetividade dos entrevistados – entrevistas semi-estruturadas.

Faz-se necessário sinalizar que os indicadores, este enquanto uma das medidas essenciais da arte de avaliação de impacto, estabelecidos para esta pesquisa foi pensados a partir do processo de revisão bibliográfica e desenvolvimento da investigação científica

Apresenta-se, assim, de forma preliminar um quadro de indicadores, que nortearam a pesquisa como um todo, a saber:

INDICADORES DA PESQUISA	
✓	Perfil sócio-econômico dos beneficiados do programa;
✓	Educação Ambiental;
✓	Extensão;
✓	Planejamento e Monitoramento;

Quadro 08: Indicadores que vão contribuir para a pesquisa avaliativa.

FONTE: Estudo documental e bibliográfico, 2009.

Estabelecer os indicadores que orientaram a pesquisa é tarefa necessária para o alcance dos objetivos propostos pela mesma, pois,

Um indicador permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade, podendo sintetizar um conjunto complexo de informações e servir como um instrumento de previsão... Os indicadores podem agregar conjuntamente características qualitativas, quantitativas, estatísticas, gráficas, buscando apresentar a realidade de uma sistemática. (SILVA, 2006, p. 146-147)

O autor ainda pontua que,

O processo de seleção dos indicadores deve seguir um conjunto de critérios objetivos, exequíveis e verificáveis que justifiquem a escola efetuada. Os indicadores escolhidos devem refletir o significado dos dados na forma original, satisfazendo, a precisão (*quando possível*) e relevância dos resultados [...] Para determinação dos indicadores que serão utilizados no processo de avaliação, é importante levar em conta a possibilidade de se obterem dados confiáveis para apurá-los e sua capacidade de fornecer informações realmente relevantes. (Silva, 2006, p.148-151)

Destarte, os indicadores sociais constituem-se como pontos cruciais de uma pesquisa avaliativa, uma vez que por meio destes pode-se aferir se os impactos sociais de uma política ou programa, e se estes aconteceram de forma positiva ou negativa. Assim, destaca-se a importância dos indicadores em uma pesquisa, pois permitem ao pesquisador a aproximação com a realidade dos sujeitos envolvidos na investigação científica.

A respeito disso, Jannuzzi (2004) convida a conhecer os vários critérios que são imperiosos na construção de um indicador social, os quais são elencados a seguir:

“A *validade* de um indicador corresponde ao grau de proximidade entre o conceito e a medida, isto é, a sua capacidade de refletir, de fato, o conceito abstrato a que o indicador se propõe a ‘substituir’ ou ‘operacionalizar’”. (p.26)

A *confiabilidade* trata-se de “[...] uma propriedade relacionada à qualidade do levantamento dos dados usados no seu cômputo [...] um indicador confiável sempre exibirá a mesma cifra se a dimensão da realidade empírica a que ele se refere permaneceu estática [...] o cuidado com a qualidade da informação, em todos os estágios pelos quais ela passa, é que pode garantir que as mudanças observadas no indicador ao longo do tempo possam ser analisadas de forma consistente” (p.27)

A *sensibilidade* do indicador trata-se da “[...] sua (do indicador) capacidade de refletir as mudanças significativas se as condições que afetam a dimensão social referida se alteram [...] é uma propriedade que está intimamente relacionada à validade e confiabilidade do Indicador Social”. (p. 28)

Especificidade do indicador, “[...] corresponde a sua propriedade de refletir alterações estritamente ligadas às mudanças relacionadas à dimensão social de interesse”. (p. 29)

A *inteligibilidade* é outra propriedade relevante no momento de se construir os Indicadores Sociais. “Um bom indicador deveria ser, tanto quanto possível, facilmente ‘comunicável’, compreensível aos demais”. (p.29)

A *periodicidade* de atualização do indicador e a *factibilidade* de sua obtenção são, outros aspectos cruciais na construção e seleção de indicadores sociais para uma dada temática. (p. 30)

A *historicidade* de um indicador é a propriedade de se dispor de series históricas extensas e comparáveis do mesmo, de modo a poder cotejar o valor presente com situações do passo, inferir tendências e avaliar efeitos de eventuais políticas sociais implementadas”.(2004, p. 31)

Deste modo, os indicadores sociais permitem uma maior apropriação da realidade que está sendo investigada, dando suporte para penetrarmos na realidade de forma mais segura e legítima.

Para materialização da pesquisa ora apresentada, foram construídos os instrumentais de investigação, a saber:

a) Formulário Padrão (Apêndice A) – o mesmo foi aplicado junto ao coordenador do programa, com o objetivo de verificar informações sobre: o início do programa, o público alvo, a natureza e os objetivos do programa, os técnicos envolvidos. A aplicação deste formulário possibilitou foi contemplação o seguinte objetivo específico: Contextualizar historicamente a emergência e implementação do programa, além de conhecer a natureza, os objetivos, a metodologia, bem como a equipe profissional envolvida no mesmo.

b) Entrevista semi-estruturada (Apêndice B): foi realizada com a equipe de bolsistas e voluntários do programa, em que a partir do mapeamento realizado acerca do quantitativo que compõe a equipe do Pé-de-Pincha, chegou-se a um número de aproximadamente 20 voluntários e bolsistas fixos, ou seja, há um número maior que este, porém são alunos que participam somente no período de viagens, e esporadicamente, não participando cotidianamente das atividades desenvolvidas pelo programa. Deste quantitativo acenado, foram entrevistados 10 voluntários e bolsistas, isto é, 50% da equipe fixa do programa.

Na elaboração da entrevista foram analisados e contemplados os seguintes objetivos específicos: Identificar as atividades desenvolvidas pelo Programa, a fim de analisar a compatibilidade dessas atividades com as ações e objetivos propostos pelo mesmo e; Verificar se o programa coaduna-se com o que é preconizado pela Política de Extensão da UFAM.

c) Entrevista semi-estruturado (Apêndice C) – foi aplicado junto aos beneficiados pelo programa. Segundo o Relatório Semestral de Atividades do Programa 2008/2009, o número de participantes das atividades neste último ano totalizam um quantitativo de 821, e destaca-se que faz-se referência ao número de participantes diretos nas atividades, e não ao público que o programa pode atingir durante a execução de suas ações. Em que tais informações podem ser observadas no quadro a seguir:

Estado	Municípios atingidos	População beneficiada (aproximadamente)
AM	Barreirinha	159
	Barcelos	-
	Parintins	161
PA	Juriti	309
	Terra Santa	29
	Oriximiná	163
Total		821

Quadro 11: Sujeitos em Potenciais da Pesquisa

FONTE: Relatório Semestral de Ações de Extensão e Interiorização, 2008/2009

O quadro acima permite visualizar que o programa, objeto da investigação científica, executou suas atividades no ano referente à extensão 2008/2009 em 06 municípios, atingindo um público de 821 pessoas aproximadamente, segundo o Relatório de Atividades Semestral referente aos anos de 2008/2009. Destaca-se que no Relatório não foi possível identificar o número de participantes nas atividades do programa no município de Barcelos.

Considerando os limites de um Projeto de Iniciação Científica delimitou-se como lócus de coleta de informações junto aos beneficiados do programa os municípios de Parintins e Barreirinhas, em que juntos totalizam 25 comunidades, visto que estes são próximos geograficamente, o que facilitou a coleta de dados.

Referente aos municípios selecionados para o lócus da pesquisa, foi possível realizar entrevistas junto a 10 comunitários, de 10 famílias diferentes, sendo que deste total, para o município de Barreirinha 6 famílias foram entrevistadas e para o município de Parintins 04 famílias.

Das comunidades compreendidas pela pesquisa, e das famílias entrevistadas, estas podem ser visualizadas o quadro que se segue:

Município	Comunidades	Número de Famílias entrevistadas
Barreirinha	Granja Ceres	2
	Ituquara	2
	Tucumanduba	4
Parintins	Aninga	2
	Maximo	1
	Parananema	1
Total		10

Quadro 12: Municípios e comunidades: sujeitos de pesquisa
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

É oportuno esclarecer que de cada família foi entrevistado um comunitário, com vistas a ter ‘olhares’ diferentes dentro de uma mesma comunidade.

Do quantitativo de sujeito a serem entrevistados, a pesquisa adotou um amostra aleatória, haja vista que dos sujeitos em potencial existiam, jovens, adultos e idosos.

Segundo Neto (*apud* Minayo, 1994, p. 51), “o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo”. Portanto, este sinaliza que a pesquisa de campo, enquanto recorte que o pesquisador faz em termos de espaços e tempo, representa uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que abalizam o objeto da investigação.

Na aplicação do questionário semi- estruturado foi analisado e contemplado o seguinte objetivo específico: Construir o perfil sócio-econômico do público atendido pelo programa e; Analisar os desdobramentos do programa na vida de seu público-alvo.

Para elaboração dos instrumentais foi necessária a construção de indicadores e variáveis de impactos, a saber:

INDICADORES	VARIÁVEIS
PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> → Sexo; → Idade; → Escolaridade; → Data de ingresso no Programa; → Comunidade/ zona que mora; → Participação em algum benefício do governo; → Origem de renda; → Tipo de residência; → Números de pessoas moram na mesma casa;
INFRA-ESTRUTURA, PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> → Suficiência de Equipamentos, Recursos Humanos e Financeiros; → Local onde são realizadas; → Participação no planejamento das atividades do Programa; → Periodicidade do planejamento; → Plano de trabalho; → Capacitação dos profissionais para desenvolverem as atividades; → Suficiência dos profissionais para desenvolverem as atividades propostas; → Pontos positivos e negativos do programa; → Desejo de continuar no programa; → Monitoramento das ações; → Limites das ações; → Avaliação do programa;
EXTENSÃO	<ul style="list-style-type: none"> → Entendimento sobre extensão universitária; → Mudou de vida depois que começou a participar do programa; → Surgimento de novas iniciativas; → Participação nas atividades; → Parcerias com outras ações; → Interdisciplinaridade nas ações; → Compromisso da universidade; → Importância do trabalho da Universidade para a sociedade; → Contribuição da extensão na formação docência/acadêmica; → Participação em espaços de debate; → Apoio da instituição na concretização das ações;
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> → Repercussão/mudança de atitude/comportamento; → Mudança em relação a questões sociais e culturais; → Potencial do programa; → Atividades que promovam a sustentabilidade;

	→ Atividades que promovam a sensibilização em relação as questões ambientais; → Resultados alcançados na vida dos beneficiados;
--	--

Quadro 13: Indicadores e Variáveis da Pesquisa.

FONTE: Elaborado pela discente Mara T. P. Sousa, 2009.

Os indicadores e variáveis apresentados pautaram todo o percurso de construção dos instrumentais utilizados para coletar os dados e informações necessárias para aferir os impactos sociais do programa, bem como a eficácia e eficiência do mesmo na execução de suas ações.

2.2 Fase de Implementação

Nesse momento foi realizado a pesquisa de campo. Tratou-se da consecução da pesquisa quanti-qualitativa, onde foram coletados através dos instrumentais construídos, os dados e informações concernentes ao programa.

Para abordagem dos sujeitos, equipe técnica e beneficiados, utilizaram-se entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas e fechadas, visando coletar o maior número de informações possíveis. Fez-se uso de gravadores de voz, para que posteriormente este discurso pudesse ser transcrito e minuciosamente analisado.

A entrevista, para Gil (1999), é “uma forma de interação social”, que permite um diálogo, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

No que tange aos dados referentes à estrutura do programa, após contato com o coordenador, foram registradas as informações pertinentes ao programa, o que permitiu conhecer a equipe técnica envolvida, atualmente na execução das atividades. O quadro a seguir foi construído a partir das informações concebidas, a saber:

FUNÇÃO	Quantidade
Coordenador	01
Vice-coordenadora	01
Bolsistas e Voluntários	20
Total da equipe técnica	22

Quadro 14: Equipe técnica do programa: coordenadores, bolsistas e voluntários.

FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

Para realização das entrevistas entrou-se previamente em contato com a equipe técnica e foram marcados dia e hora para concretude das mesmas. Todas as entrevistas foram escritas nos formulários e gravadas, e posteriormente, transcritas. Foram entrevistados 10 (dez) bolsistas e voluntários, sendo 05 bolsistas e 05 voluntários, além do coordenador do programa. O perfil dos mesmos foi construído conforme as informações concebidas por esta equipe, o qual pode ser visualizado através do quadro a seguir:

Denominação	Sexo	Tempo no Programa	Escolaridade	Unidade	Tipo
Coordenação	Masculino	10 anos	Mestrado	Ciências Agrárias	-
Entrevistado 01	Masculino	4 anos	Graduando	Ciências Agrárias	Bolsista - IC
Entrevistado 02	Masculino	5 anos	Graduando	Ciências Agrárias	Bolsista - PIPT
Entrevistado 03	Masculino	4 anos	Graduado	Ciências Agrárias	Voluntário
Entrevistado 04	Masculino	6 anos	Graduando	Ciências Agrárias	Bolsista - IC
Entrevistado 05	Masculino	4 anos	Graduando	Ciências Agrárias	Bolsista Extensão
Entrevistado 06	Masculino	5 anos	Graduando	Ciências Agrárias	Bolsista Extensão
Entrevistado 07	Masculino	6 anos	Graduado	Ciências Agrárias	Voluntário
Entrevistado 08	Masculino	6 anos	Graduando	Ciências Agrárias	Bolsista
Entrevistado 09	Masculino	1 ano	Graduando	Ciências Agrárias	Voluntário
Entrevistado 10	Feminino	6 anos	Graduando	Ciências Agrárias	Voluntária

Quadro 15: Perfil da equipe entrevistada.

FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

É importante ressaltar que a caracterização da falas de cada entrevistado foi identificada com sua respectiva numeração, com vistas a preservar o anonimato da equipe que foi resguardado através de um Termo de Consentimento Livre Esclarecido- TCLE.

Ressalta-se que a realização da coleta de campo junto aos beneficiários da ação

extensionista, demandou o deslocamento da pesquisadora até a cidade de Parintins, onde foram visitadas 2 comunidades, e posteriormente, houve a visita ao município de Barrerinha, onde foram visitadas outras 3 comunidades.

Buscou-se através do questionário semi-estruturado coletar dados sobre a funcionalidade do programa, bem como os impactos sociais gerados na vida dos usuários através de indicadores e variáveis construídos para esta pesquisa.

Os entrevistados responderam 24 questões que se dividiam entre questões abertas e fechadas, o que possibilitou a construção do perfil destes usuários, a saber:

Beneficiário	01	02	03	04	05
Sexo	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Idade anos	34	67	27	52	76
Escolaridade	Ens. Fund. Inc.	Ens. Fund. Inc.	Ens. Fund. Inc.	Ens. Sup. Com.	Ens. Méd. Com.
Comunidade	Aninga	Aninga	Parananema	Máximo	Granja Ceres
Tempo no programa	09 anos	08 anos	08 anos	03 anos	08 anos
Benefício do Governo	Bolsa Escola	Aposentado	Bolsa Escola	Não	Bolsa Família
Tipo de Moradia	Mista	Alvenaria	Mista	Mista	Mista
Com quem vive	Filhos e Netos	Cônjuge, Filhos e Netos	Filhos	Cônjuge, Filhos e Netos	Filhos e Netos
Origem da renda	Cultura de Subsistência	Cultura de Subsistência, pequeno agricultor	Cultura de Subsistência	Emprego Fixo	Cultura de Subsistência

Quadro 16: Perfil sócio-econômico dos beneficiários do programa.

FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

Continuando com o perfil dos comunitários entrevistados:

Beneficiário	06	07	08	09	10
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino
Idade anos	47	54 anos	18 anos	38 anos	47 anos
Escolaridade	Ens. Méd. Com.	Ens. Fund. Inc.	Ens. Fund. Inc.	Ens. Fund. Inc.	Ens. Fund. Inc.
Comunidade	Granja Ceres	Tucumanduba	Tucumanduba	Ituquara	Ituquara
Tempo no programa	08 anos	08 anos	08 anos	02 anos	02 anos
Benefício do Governo	Bolsa Família	Bolsa Escola	Não	Bolsa Família	Não
Tipo de Moradia	Mista	Mista	Mista	Madeira	Madeira
Com quem vive	Filhos e Netos	Cônjuge, Filhos e Netos	Pais, irmãos e filhos	Cônjuge e Filhos	Cônjuge, Filhos e Netos

Origem da renda	Cultura de Subsistência, pequeno agricultor	Cultura de Subsistência, pequeno agricultor	Cultura de Subsistência	-	Cultura de Subsistência, pequeno agricultor
------------------------	---	---	-------------------------	---	---

Quadro 17: Perfil sócio-econômico dos beneficiários do programa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

É importante frisar que os comunitários 01, 02, 03, 04 são do município de Parintins e os comunitários 05, 06, 07, 08, 09, 10 são do município de Barreirinha.

Os dados apresentados permitem inferir que, quando pensamos em perfil, 70% das famílias entrevistadas recebem algum tipo de benefício do governo – bolsa família, bolsa escola, aposentadoria, o que pode representar que a renda familiar das mesmas está abaixo de um salário mínimo, haja vista que os benefícios, hoje, “concedidos” pelo governo têm como critério básico que a renda da mesma seja inferior ao salário mínimo vigente – R\$ 465.

As rendas das famílias entrevistadas, majoritariamente, advêm da cultura de subsistência, ou ainda, da pequena revenda de animais, frutas e verduras para a Sede dos municípios. A moradia em sua grande maioria é do tipo mista, em que os mesmos residem em áreas de terra firme.

Diante destes dados, inferimos que a população atingida pelas ações do programa advém de um segmento social que vive uma realidade marcada pela crescente desigualdade social e pelas diversas manifestações da questão social.

Outro ponto importante a ser destacado é que 100%, do público entrevistado são alfabetizados. Oportuna-se dizer, que tal fato não foi induzido, durante a coleta de dados não se optou induzir a escolaridade dos sujeitos em potenciais a serem entrevistados.

Concernente a composição familiar, esta é ainda do tipo patriarcal, apesar das novas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais que ocorrem na sociedade. A família nas comunidades que a família é percebida como fruto de uma construção sócio-histórica, conforme explicita Freire (1988), o conceito de família, *a priori*, é um sinônimo de família patriarcal e extensa, a qual é típica do período colonial. Também é uma instituição vertical

baseada no parentesco, lealdades pessoais e territorialidade. Holanda (1986) ainda afirma que, a família são as pessoas aparentadas, as quais vivem geralmente na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos: pessoas do mesmo sangue, ascendência, linhagem e estirpe.

Pelo exposto acima, pode-se inferir que seja qual for à configuração que tenham, as estruturas familiares produzem e reproduzem as relações pessoais e interpessoais que desenham seu dinamismo, bem como as dinâmicas sócio-históricas existentes.

É neste desenho é que se configura a composição familiar nas comunidades onde o Programa Pé-de-Pincha desenvolve suas ações, geralmente as mesmas são compostas pelos pais, irmãos, filhos e netos, obedecendo ao cultural modelo patriarcal.

Referente ao tempo no programa, a grande maioria já participa das atividades há 08 anos, exceto em 2 comunidades, onde o mesmo atua a apenas 2 anos.

Ressalta-se que os instrumentais construídos foram testados (pré-teste) antes de serem implementados, para que as correções necessárias fossem efetuadas.

Convém destacar que o período total de coleta de dados e informações compreende os meses de abril e maio de 2009. Depois da conclusão deste momento da pesquisa, é que foi possível o início da próxima fase.

2.3 Pós-Implementação

Esta fase representa o momento do tratamento dos dados e informações adquiridas. Houve a sistematização e tabulação para facilitar a análise de todo material e conteúdo obtido durante o processo de implementação. O momento em questão foi norteado pelo referencial teórico construído ao longo da pesquisa, seguindo os critérios científicos de análise.

Esta fase caracterizou-se como o momento da organização e classificação dos dados coletados, bem como a transcrição das entrevistas realizadas, onde foram tabulados e

sistematizados sob a forma de (gráficos, tabelas, quadros e categorização das questões abertas) todos os dados e informações de forma criteriosa e cuidadosa.

Processou-se a análise e interpretação do material coletado nas entrevistas, nesse sentido, analisaram-se os discursos e opiniões dos beneficiados quanto os serviços do programa, buscando identificar a compatibilidade dessas ações com a real necessidade da população-alvo, bem como com a Política de Extensão da Universidade, o que permitiria, também, mensurar o nível de *efetividade social/impactos sociais* do mesmo em relação às comunidades onde atua. Por fim, foi também observada a *eficiência* do programa a partir de questionamentos referentes à utilização dos recursos financeiros, humanos e organizacionais (BELLONI, 2003).

Após, o processamento e a interpretação dos dados e informações coletadas, durante todo percurso da pesquisa, foi construído o Relatório Final da Pesquisa, o qual contém, ainda, algumas proposituras e/ou recomendações acerca do programa, as quais foram possíveis construir por meio do processo de avaliação que se adotou para esta investigação.

Em epítome, tem-se em mãos um instrumento de publicização, que deve ser apresentado não somente a equipe técnica do programa, mas também aos beneficiários e à sociedade em geral, para que a cultura de avaliação seja percebida como um instrumento de aperfeiçoamento e potencialização de ações, seja de caráter extensionistas, seja de caráter políticas, econômicas e sociais.

CAPÍTULO III

O PROGRAMA DE EXTENSÃO PÉ-DE-PINCHA: AS DIVERSAS FACES DE UMA AÇÃO DE IMPACTO

Bem repletos de alegria/ Porque nós vimos soltar/ São milhares de quelônios/ No
nosso Rio Andirá/ Mas a luta continua/ E ninguém pode parar.

Alfredo Pontes para o Projeto Pé-de-Pincha

Inquietantes foram os momentos que nortearam todo o percurso trilhado na construção desta pesquisa, fomos instigados a mergulhar num referencial teórico até então pouco conhecido por nós, urgia a necessidade de conhecer e avaliar os impactos sociais do Programa de Extensão Pé-de-Pincha, dada a sua atuação na odisséia amazônica. Ao adentrarmos na compreensão acerca das categorias que direcionaram esse estudo, visualizou-se o porquê de se buscar alternativas de sustentabilidade, e dentro desta perspectiva de educação, para as comunidades que se circunscrevem na teia que configura a região amazônica, em especial a região do Alto Solimões.

Para tanto, o capítulo em tela tem como desígnio apresentar de forma ordenada e reflexiva os dados que se revelaram durante o movimento de interface entre: referencial arquitetado e a experiência vivenciada em todo o processo da pesquisa.

Assim, os dados obtidos durante o período de levantamentos das informações, foram trabalhados sob a luz do referencial teórico estudado no decorrer da pesquisa, o que segundo os dizeres de Minayo (1994), requer o potencial criativo do pesquisador. Buscou-se perceber o quão as ações do programa tem refletido na vida das comunidades, tendo como intento identificar as possíveis fragilidades que o mesmo tenha, bem como abrilhantar suas potencialidades, colaborando para o seu aperfeiçoamento.

Vislumbra-se que neste momento é que se pode lançar mão da essência teórica apreendida, para defrontar e/ou responder os questionamentos que orientaram a pesquisa, tendo como premissa que a pesquisa nutre a atividade de ensino, além atualizá-lo frente à

dialética que conduz as relações sociais da humanidade, atrelando pensamento e ação. (MINAYO, 1994)

Evidencia-se que os dados ora apresentados foram visualizados nos Relatórios de Atividades, os quais foram disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização – PROEXTI/UFAM, e demonstravam o processo de implementação do referido programa. Outras fontes de informações foram, também, essenciais para construção das análises feitas aqui, como reportagens em jornais, impresso e mídia, de circulação local, além das entrevistas realizadas nas comunidades e junto à equipe técnica que compõe o programa.

O Programa de Extensão Pé-de-Pincha teve suas atividades iniciadas em 1999, nesta fase este era ainda concebido como um projeto de extensão. O Pé-de-Pincha foi pensado a partir de um seminário denominado I Seminário sobre Manejo Sustentável de Tracajás, realizado na cidade de Terra Santa, no período de 21 a 22 de maio de 1999, o qual contou com a presença de comunitários, da prefeitura municipal de Terra Santa, do IBAMA e da UFAM, totalizando a participação de 255 pessoas durante o seminário. Tal assertiva pode ser visualizada na fala da coordenação do programa, a saber:

Ele foi pensado no dia 1º de janeiro de 1999, mas o seminário que deu início ao trabalho foi no dia 15(*sic*) de maio de 1999. (coordenação do programa)

O primeiro passo para elaboração do programa, só foi possível a partir do diálogo entre os sujeitos envolvidos na arquitetura do mesmo, haja vista sua complexidade e necessidade de participação mútua das comunidades a serem atingidas pelas ações do projeto. O diálogo sinalizado pode ser conferido nos relatos que a coordenação do programa anuncia para a elaboração deste:

Porque a idéia foi concebida por nós com os comunitários, nós apresentamos uma proposta à prefeitura de Terra Santa e o prefeito aceitou, aí nós trouxemos a idéia pra cá, eu escrevi um projeto pra extensão, foi aprovado na extensão e aí eu escrevi um projeto para o IBAMA, porque tinha que ter a participação do IBAMA pra seguir, então na verdade o seminário foi pra juntar, já que tava aprovado nas instituições que agente participava, [...] juntar as instituições e levar pra fazer uma

proposta mais ampla pra todas as comunidades, então foi quando nós tivemos a participação de todas as comunidades que tinham o interesse de trabalhar em Terra Santa e aí saíram as diretrizes pro plano final do trabalho, qual era a área, quem ia ajudar, como é que seria a logística, quem ia arrumar motor de poupa, barco, esse tipo de coisa, como é que seria feito o trabalho com os professores.

A fala pode ser ratificada a partir da imagem que se segue:



Figura 01: I Seminário sobre Manejo Sustentável de Tracajás – 1999
FONTE: Pesquisa Documental, 2009

Inicialmente, o projeto foi pensado como uma forma de subsidiar a conservação e manejo de quelônios, em que, para tanto, as ações eram pautadas numa tríade básica: “conservação da espécie, educação ambiental e estratégia de desenvolvimento sustentável”, segundo a coordenação do programa.

Neste ano de 1999, 07 comunidades foram beneficiadas por suas ações, destas 05 eram do município de Terra Santa e 02 do município de Nhamundá. Passados 10 anos de implantação do programa as 05 comunidades do município de Terra Santa ainda participam das atividades do mesmo, configurando-se como as comunidades mais antigas do Pé-de-Pincha.

Nos idos de 2000 e 2001, as ações do projeto foram ampliadas para outras localidades, quais sejam os municípios de Oriximiná/PA, Parintins/AM e Barrerinha/AM. E a partir de

2004, outros deram início ao desenvolvimento das ações do Pé-de-Pincha, que são Juruti/PA, Boa Vista do Ramos/AM e Faro/PA.

No período compreendido entre 1999 a 2009, houve uma ampliação das comunidades que participam das ações do Pé-de-Pincha. Assim sendo, em 2004, o Projeto⁴ de Extensão passa a dar visibilidade para o Programa⁵ de Extensão Pé-de-Pincha, vinculado a PROEXTI/UFAM.

A mudança de caráter da ação extensionista deu-se devido à demanda que emergiu da comunidade, conforme detalha o relato a seguir:

[...] quando nós fizemos esse projeto, ele era pra ser um projeto pra quatro anos, agente ia trabalhar quatro anos e depois ia sair, só que agente viu o seguinte, que saída naqueles quatro anos, que coincidia com o término do acordo de pesca no lago [...] as comunidades não iam ter uma sustentação, porque as relações com as outras instituições que davam apoio elas eram feitas através da universidade [...] agente não abandonou (a comunidade), na verdade o que dá suporte pra que essas pessoas façam o manejo do quelônio, é o trabalho técnico da universidade, coletar os dados, analisar, preparar relatórios e entregar pro banco, sem isso eles não poderiam fazer esse tipo de atuação. (coordenação)

É imperioso destacar que desde sua implementação em 1999 a 2006, o programa devolveu à natureza, por meio de suas ações junto as comunidades, cerca de 629.183 filhotes de quelônios, os quais já são fruto dos ninhos manejados. (ANDRADE, 2009)

O ano de 2009 assistiu ao lançamento do Livro “Criação e Manejo de Quelônios no Amazonas”, o qual foi organizado pelo Prof. MSc. Paulo Andrade, coordenador do Programa Pé-de-Pincha. A materialização deste livro só foi possível devido ao apoio que o Pro-Várzea/IBAMA deu ao Programa, e o mesmo tem como objetivo macro:

⁴ “Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.” (Extensão Universitária: organização e sistematização/ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007, p. 35)

⁵ “Conjunto articulado de projetos e outras ações (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.” (*idem*, p. 35)

“[...] servir de material didático e de consulta para produtores, técnicos do setor primário e estudantes de graduação, ou cursos técnicos, que desejam obter informações compiladas sobre as técnicas de criação e manejo de quelônios, resultado dos estudos realizados com os quelonicultores do Amazonas, nos últimos dez anos.” (ANDRADE, 2009, p.11)

A este respeito disso, Andrade (2009) revela que as informações contidas neste volume podem balizar as ações de comunidades que aspirem desenvolver atividades como as do Pé-de-Pincha.

Nesta fração de momento faz-se uma sucinta digressão, muito oportuna, mas breve, pois as informações sinalizadas por Andrade (2009) anteriormente convergem com a concepção que se tem de Tecnologia Social, esta enquanto produto sócio-histórico constituído por dimensões múltiplas sejam elas de ordem econômica, política, cultural, ideológica e científica, as quais caminham de forma interligadas e interdependentes.

As Tecnologias Sociais, conforme apontou a Prof^a Dr. Maria do Perpetuo Socorro Chaves, durante o I Fórum de Tecnologia Social da UFAM: Trocas de Saberes, Redes de Cooperação e Inclusão Social, realizado em julho de 2008, são concebidas como “Produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidos em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”. E ainda sobre as TS, a mesma continuou que as TS’s constituem-se a partir do (a):

- Diálogo permanente
- Definição e execução de ações conjuntas
- Crescimento coletivo
- Reconhecimento do saber popular como estratégico no processo de desenvolvimento de soluções
- Conexão de saberes

Partindo desse entendimento, foi proferido neste mesmo Fórum que as Ts's são como um 'conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções de transformação para inclusão social e melhoria das condições de vida'⁶, isto é, 'um espaço que possibilita troca de experiências e compartilhamento de conhecimentos entre pessoas e organizações'⁷.

As tecnologias sociais são valorizadas por sua eficácia na inclusão social e na melhoria das condições de vida, e essencialmente por seus impactos sociais, culturais e ambientais etc.

Desta forma, é imperioso pontuar que uma ação para ter características de TS, esta tem que ser capaz equacionar problemas ou necessidades sociais para as quais foi desenvolvida, assim, promovendo real melhoria nas condições de vida do público beneficiado. Entende - se, ainda, que tal melhoria passa pela inclusão social e/ou pelo fortalecimento da autonomia, apreendida como o poder de decidir o próprio destino e de viver pelo próprio esforço.

Diante dessa breve digressão é cabível a indagação acerca do Programa Pé-de-Pincha: O Programa é uma Tecnologia Social? Suas ações são replicáveis? Suas ações incidem na transformação social das comunidades onde o mesmo atua? Há neste movimento inclusão social? E melhoria das condições de vida?

Muitos foram os questionamentos a este respeito, os quais surgiram durante o contato com programa, contudo, não se teria fôlego para respondê-los, haja vista a necessidade de aprofundamento teórico nesta temática, além de aplicação de outros instrumentos de pesquisa e, ainda, a temporalidade que se tinha para conclusão deste trabalho.

⁶ Informação coletadas durante o I Fórum de Tecnologia Social da UFAM: Trocas de Saberes, Redes de Cooperação e Inclusão Social, realizado de 10 a 11 de julho de 2008 *apud* Juçara S. Pedreira, Ladislau Dowbor, Maia Takagi, Sandra Boudarovsky, Rogério Miziara e Sonia Kruppa, em seminário sobre tecnologias sociais promovido pela Fundação Banco do Brasil, 2004.

⁷ *Idem*, 2008.

O que pretende é evidenciar a necessidade de estudos relacionados às ações extensionistas que são desenvolvidas pela UFAM, a fim de verificar a compatibilidade destas com as TS's, desta forma contribuindo para o fortalecimento das referidas ações e destacando seu potencial de transformação social, inclusão e melhoria das condições de vida dos beneficiados pela Extensão Universitária.

Retomando a linha de raciocínio acerca do Programa de Extensão Pé-de-Pincha, o mesmo vem atuando em 06 municípios neste ano de 2008/2009 da Extensão, totalizando 54 comunidades. Os municípios e suas respectivas comunidades são: Barrerinha/AM – 13 comunidades, Barcelos/AM – 02 comunidades, Parintins/AM – 12 comunidades, Juriti/PA – 09 comunidades, Terra Santa/PA – 07 comunidades, e, Oriximiná/PA – 11 comunidades.

É importante destacar que a diminuição do número de municípios e comunidades atendidas pelo programa, ocorreu devido à falta de recursos do mesmo, pois segundo a coordenação do programa, este tem sido um dos principais entraves para execução das atividades propostas pelo Plano de Trabalho.

Tal informação foi ratificada a partir das entrevistas feitas junto à equipe que compõe o Pé-de-Pincha, pois quando indagados acerca da suficiência dos recursos estruturais e financeiros, os entrevistados apontaram a insuficiência dos mesmos, o que pode ser visualizado na tabela que se segue:

Sua avaliação quanto à suficiência dos elementos para o desenvolvimento das atividades			
Item	Suficiente	Insuficiente	Não Sabe
Equipamentos - Infra-estrutura	2	8	0
Recursos Humanos	8	2	0
Recursos Financeiros	0	9	1
TOTAL/MÉDIA	3,3	6,3	0,3
% GERAL	33%	63%	3%

Tabela 01: Suficiência de recursos físicos, humanos e financeiros.

FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

Tais dados podem ser ratificados pelos relatos da equipe entrevistada:

RECURSOS FINANCEIROS
Nem sempre é suficiente, porque na maioria das vezes você trabalha com mínimo de recursos então você trabalha com o mínimo de recursos, você não consegue prestar no caso assessoria a todas as comunidades da forma que deveria ser feita [...] você tem que passar mais rápido ou não passa numa certa comunidade porque você não tem recurso, mas dentro do possível sempre é realizado as atividades do projeto. (entrevistado 02)
É como eu falei pra você, cada ano existe uma nova comunidade, um novo município interessado então agente não consegue atendê-los justamente por falta desse recurso. (entrevistado 03)
[...] é a questão de logística mesmo, de compras de gasolina, o programa não tem esse dinheiro todo [...] então como em algumas viagens com quarenta pessoas, é muita gente pra conseguir dinheiro pra todo mundo, comida, hospedagem, rancho, sempre falta. Não da nem pra nós mesmos. (entrevistado 07)
São insuficientes, porque nós trabalhamos em muitas comunidades e todo ano vão entrando mais comunidades só que os recursos não aumentam, aumenta o número de comunidades, o trabalho, mas o recurso continua o mesmo. (entrevistado 10)
RECURSOS FISICOS
Como o projeto vem crescendo a cada ano que passa, e os materiais não são suficientes e agente precisa de um pouco mais. (entrevistado 01)
Não é suficiente pela área que agente abrange, quando iniciou, quando ainda eram poucas comunidades e municípios, dois locais, três locais, então o equipamento era suficiente, mas depois que aumentou, então o que agente tem hoje não da pra abordar toda a área, então hoje é insuficiente. (entrevistado 04)
Porque nós trabalhamos com muitas comunidades, então eu acho que para as equipes seriam divididos melhor pelas comunidades os trabalhos eu acho que deveria ter mais equipamentos, porque muitas vezes a equipe não pode se dividir devido à falta de equipamentos, então todo mundo tem que ficar junto. (entrevistado 10)

Quadro 18: Suficiência de recursos físicos e financeiros

FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

A Tabela 01, bem como o Quadro 18 evidenciam que os recursos disponíveis para a implementação do programa não se compatibilizam com o número de ações e comunidades a serem beneficiadas. Pois, segundo as falas apresentadas demonstra-se que os recursos disponíveis são insuficientes para realizar algumas atividades, causando limitações nas ações.

Ainda referente aos recursos que o programa dispõe para realizar suas atividades, é oportuno frisar que os valores/recursos disponibilizados pela PROEXTI correspondem a apenas, aproximadamente, 5% a 10% do total gasto pelo Programa durante o ano de execução das atividades, relacionados essencialmente as passagens fluviais utilizadas durante as etapas metodológicas. Os outros 90% advêm das parcerias que o programa tem com as Prefeituras,

por meio das Associações Comunitárias, em que este processo também ocorre com a Mineração Rio do Norte. Tal informação pode ser esclarecida na fala que se segue:

[...] no caso da Mineração Rio do Norte [...] contrato deles não é com a universidade, ele é com as associações comunitárias [...] os convênios foram feitos diretos com as associações, só que a universidade serve como uma espécie de supervisor desse convênio, se eles estão pegando aquele recurso, eles não recebem em dinheiro, mas recebem combustível, recebem isopor, rancho, esse tipo de coisa, então agente não tem como ser fiscal daquilo que eles estão fazendo e ajuda eles a elaborar o relatório deles pra que possa prestar contas com a Mineração, então isso faz parte da compensação ambiental da Mineração Rio do Norte para essas comunidades.[...] a prefeitura faz assim: ela emite um pedido num papel, um tanto de gasolina, um tanto de diesel, um tanto de arroz, tantos terçados; aí ela entrega pra pessoa aquele pedido, aquela ordem de compra e ela vai lá e retira isso no comércio, a prefeitura guarda isso, quando a nossa equipe chega a prefeitura disponibiliza uma cópia de todas as coisas que foram destinadas e aí agente vai ver se está sendo usado para aquilo lá ou não, normalmente é muito pouco, [...] da mesma forma agente tem uma cópia de tudo o que foi fornecido por eles e aí eu tenho que prestar conta pra prefeitura: olha a comunidade tal está trabalhando pro fulano de tal, tantas pessoas, eles já tem tantos órgãos, essa é a prestação de contas com a prefeitura, então a prefeitura sabe que aquilo que ela deu foi usado pra produzir aquele trabalho. (coordenação)

Outras parcerias acontecem junto as Instituições de Fomento, como FAPEAM e Pró-Várzea/ IBAMA, por meio de projetos de pesquisa.

Deste modo, pode-se inferir que os recursos disponibilizados para concretização das atividades da ação extensionista Pé-de-Pincha, provém, fundamentalmente, de organismos externos a Universidade, mas de caráter público, haja vista que uma das Diretrizes Universitárias preconiza que o financiamento majoritário da extensão tem que ser de responsabilidade governamental, uma vez que estas devem ser desenvolvidas em articulação com as administrações públicas, sejam elas municipal, estadual e/ou federal, confirmando que a universidade não pode substituir o poder público em suas funções constitucionais.

Por isso, avaliar a eficiência das ações extensionistas é condição necessária, à medida que se refere à escassez de recursos públicos no tocante a este tipo de atividade, exigindo racionalidade em seus gastos, além de exigir o número de pessoas atendidas pelas mesmas, evidenciando, ainda, o público que carecem destas, (ARRETCHE, 2001).

Destaca-se que não se buscou apurar acerca da rentabilidade, mas de se conhecer os processos de aplicabilidade dos recursos financeiros, verificando de que forma estes têm sido alocados, pretendendo visualizar se os mesmos têm possibilitado o alcance dos objetivos propostos, à medida que a avaliação da eficiência constitui-se como instrumento democrático, pois se trata do gasto de recursos públicos.

Outro ponto importante levantado durante a pesquisa de campo, que foi o apoio da PROEXTI ao Programa. Quando indagados acerca do apoio da Universidade ao Pé-de-Pincha, e em específico da Pró-Reitoria de Extensão, os entrevistados apresentaram uma posição negativa a este ponto, o que pode ser acompanhado no gráfico a seguir:



Gráfico 01: O apoio da UFAM, por meio da PROEXTI, ao Programa é:
FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

As informações sinalizadas no gráfico 01, são ainda reforçadas nas falas apresentadas:

[...] a universidade poderia apresentar o projeto de outra maneira, até porque nós divulgamos e muito o nome da instituição, no entanto a instituição na maioria das vezes faz o mínimo do mínimo pelo projeto, tanto que pra ser aprovado o programa e tudo mais [...] Pela grandiosidade hoje do projeto, pelas áreas que ele atinge eu acredito que a universidade poderia estar investindo um pouco mais no projeto, estar aproveitando melhor a idéia do projeto. (entrevistado 02)

Então, da forma que eles apóiam hoje é insuficiente, mas agente sabe que eles apóiam com o que eles podem apoiar. Agente sabe que é uma instituição publica, o recurso é pingado e tem que direcionar pra varias atividades, então no que eles podem apoiar eles apóiam, mas não é suficiente. (entrevistado 04)

Conforme os dados em análise, tanto o gráfico apresentando quanto os relatos, pode-se inferir que a PROEXTI não tem dado um apoio que o programa necessita para execução de suas atividades, o que nos leva a retomar o referencial teórico construído, quando este menciona que o exercício de “apoio sistemático à implementação e ampliação de todas as ações extensionistas institucionalizadas⁸” deve ser um compromisso da PROEXTI, o qual é preconizado pela POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE.

Continuando a análise dos dados apresentados na Tabela 01, quanto à suficiência dos recursos humanos para realização das atividades, os entrevistados sinalizaram, majoritariamente, que consideram suficiente o número de pessoas envolvidas na execução do planejamento. Apenas 20% sinalizaram que era insuficiente, trazendo como justificativa:

[...] porque na época que nós vamos trabalhar no projeto é a época também de aula na universidade, então muitas gente às vezes até tem vontade de participar, mas desiste porque tem as aulas e não pode perder, alguns professores não liberam, não são flexíveis com os alunos. (entrevistado 10)

Apesar de serem considerados suficientes os recursos humanos, é pertinente refletir acerca das informações acenadas na fala do entrevistado 10, haja vista que nos remete a necessidade de pensar a da extensão de forma indissociável do ensino e da pesquisa, pois é impossível falar de extensão sem o envolvimento dos colegiados dos cursos, uma vez que esta envolve os discentes na sua execução. Isto é, o “projeto político-pedagógico de cada curso deve ser construído em estreita consonância com a política de extensão da instituição, que o influencia e é por ele influenciado.” (FORPROEX: ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO, 2007, p. 50)

⁸ POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFAM. Diretriz de Número 11: **Apoio Sistemático à Implementação e Ampliação de todas as Ações Extensionistas Institucionalizadas, especialmente as do Interior do Estado.** Apoio técnico e financeiro da PROEXTI às ações de extensão institucionalizadas deve ser concebido como forma de estímulo à proposição de novas ações e como incentivo à ampliação e consolidação de ações já desenvolvidas, levando-se em consideração a necessidade de intensificação desse apoio às novas Unidades Acadêmicas Permanentes da UFAM no interior, sobretudo se analisadas as inúmeras dificuldades inerentes aos processos iniciais de implantação do PROGRAMA UFAM MULTICAMPI.

No entanto, esta é uma utopia a ser alcançada, pois é fundamental considerar a inclusão das atividades de extensão nos projetos político-pedagógicos, iniciando uma cadeia cíclica de oferta e demanda entre os executores do ensino e de extensão dentro da instituição, ampliando a participação tanto de docentes como, principalmente, de discentes.

A Flexibilização Curricular deve concretizar-se por meio de metodologias problematizadoras e produtoras de conhecimentos, que ao confrontados com a dialética da realidade, impliquem na:

- Democratização do conhecimento acadêmico;
 - Instrumentalização do processo dialético teoria/prática;
 - Promoção da interdisciplinaridade;
 - Participação efetiva da comunidade na Universidade;
 - Visão integrada do social;
 - Relação transformadora entre Universidade e as demais instâncias sociais.
- (FORPROEX, 2006)

Desta forma possibilitando uma efetiva relação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão.

Retomando a questão da suficiência da equipe que compõe o Pé-de-Pincha, indagamos os comunitários se estes consideram que o número de pessoas é suficiente para desenvolver as ações do programa, os quais sinalizaram que consideram:



Gráfico 02: Suficiência dos profissionais para desenvolver as atividades do programa, na visão dos comunitários.
 FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

O gráfico 02 corrobora com as informações sinalizadas pela equipe quanto à suficiência de pessoas para execução das atividades, em que 60% afirmam que o tamanho da é suficiente para realizar as atividades previstas, no entanto, 30% mencionam ser insuficiente e 10% não soube responder. Do percentil que acena para a insuficiência a justificativa foi: *“não é todas as comunidades que estão no projeto, mas agente tem esperança que vai entrar mais as comunidades dessa vez e se desenvolver naquilo que agente precisa né, sobre os bichos de casco”*. (comunitário 07)

O que mais uma vez nos reporta aos limites dos recursos financeiros e a indisponibilidade letiva dos alunos a participarem de todas as fases metodológicas do programa, uma vez que a insuficiência de pessoas, de acordo com Baptista (2000), pode ser um dos fatores que pode inviabilizar a sistematização e operacionalização das ações previstas pelo planejamento.

A propósito do planejamento das atividades do programa, muitas foram às indagações acerca de como acontecia à construção do planejamento das atividades, haja vista que é condição *sine qua non* ter um direcionamento a ser seguido, pois sem uma finalidade clara, corre-se o risco de se não chegar a lugar algum. Dessa forma, a escolha e delimitação do objeto no planejamento referem-se à localização das idéias básicas, das propostas e estratégias que nortearão e serão trabalhadas no decorrer do processo, permitindo uma apreensão contextualizada do que se vai enfrentar (BAPTISTA, 1981; PRATES, 2004).

O planejamento se realiza a partir de um processo de aproximação, seu conteúdo específico irá depender da estrutura e das circunstâncias particulares de cada situação. Para isso é necessário uma ação com atividades sistematizadas, pois o planejamento se fundamenta nos desafios por respostas mais complexas que aquelas construídas no imediato da prática.

A partir do momento que se começa a planejar, o movimento de reflexão-decisão-ação-reflexão, que o caracteriza, vai realizando concomitantemente as seguintes aproximações, segundo Baptista (2000):

- Construção/reconstrução do objeto;
- Estudo de situação;
- Definição de objetivos para a ação;
- Formulação e escolha de alternativas;
- Montagem de planos, programas e /ou projetos;
- Implementação;
- Controle da execução;
- Avaliação do processo e da ação executada;
- Retomada do processo em um novo patamar.

Partindo desse entendimento, questionamos os envolvidos com a execução das ações sobre dos processos que alicerçam a construção do planejamento de atividades do Programa Pé-de-Pincha, e obtiveram-se as seguintes falas:

Há sim, durante o ano todo. A partir de reuniões primeiramente com a equipe técnica e posteriormente quando chega em julho agente começa a avisar os alunos da graduação pra setembro estar tudo pronto pra viagem. (entrevistado 01)

Sim, ocorrem através de reuniões onde é feito um cronograma das atividades, essas reuniões geralmente são feitas dentro do laboratório semanalmente, toda quarta feira e são relacionadas todas as atividades dentro do laboratório com outras atividades. Já o Pé-de-Pincha quando chega à época das atividades nas comunidades é feito um treinamento dos voluntários também através de reuniões, às vezes é até duas vezes por semana, através de palestras, de treinamento prático, de apresentação e outras coisas. (entrevistado 02)

Nós temos uma reunião semanal, é feito o planejamento das atividades da semana relacionadas ao projeto e ao desenvolvimento das atividades, é o planejamento em si, a organização de materiais, vê o que ta faltando, o que poderia comprar, quantidade de pessoas, essas coisas. (entrevistado 05)

É importante sinalizar que o planejamento das atividades tem como pano de fundo o Plano de Trabalho apresentado a PROEXTI, durante a fase de inscrição de projetos. Assertiva pode ser visualizada na fala da coordenação:

[...] basicamente o plano de trabalho que é apresentado pra extensão ele é uma receita básica é o que ele faz todo ano, coisas a mais que agente vai fazer que não esteja previstas elas são acrescentadas no relatório, algum evento, algum seminário, as atividades, por exemplo, que agente faz que não tenha haver com o projeto, mas agente aproveita que a equipe está organizada e procura fazer normalmente final do ano, dia das mães, dia dos pais que é alguma atividade social, então são atividades extras, não estão previstas no plano. (coordenação)

A acuidade no planejamento das atividades aporta-se na compreensão de que por meio deste abrem-se as possibilidades de formulação, de reflexão e de novas proposições acerca da intervenção em curso, uma vez que realidade é dinâmica e na medida em que se desenha o objeto da ação, este vai se construindo e reconstruindo continuamente. A reflexão para ação é um processo essencial, somente através dele auxilia-se o usuário em seu processo de empoderamento, assim como envolvem os sujeitos envolvidos na ação em um diálogo com este usuário que toma a forma reflexão-na-ação recíproca. (BONDER, 2004)

Concorda-se com Barbosa (1991, p 28), que “o ato de planejar é uma postura dialética, onde o aqui e o agora são elementos a serem problematizados à luz de uma análise ou discussão reflexiva, a fim de que as conseqüências que resultarão do planejamento possam se constituir em respostas”.

Destaca-se que a proposta de trabalho do programa incide na construção de um planejamento participativo, em que há um planejamento mútuo entre comunidade e equipe do Pé-de-Pincha. Os entrevistados sinalizaram que são realizadas reuniões com vistas à construção do planejamento, bem como da cronologia que o mesmo deve acontecer. Tais procedimentos podem ser identificados na fala do entrevistado 04, exibida a seguir:

Às vezes agente sai daqui com um cronograma pronto, às vezes não, toda vez que agente vai pra campo, vai com um cronograma pronto, mas quando agente chega lá é uma outra realidade, todo esse cronograma muda de acordo com o que está acontecendo na comunidade [...] Eu não vou chegar numa comunidade, fazer o que tem que fazer e ir embora, eu vou chamar a liderança da comunidade, chamar o professor da comunidade, os representantes da igreja, que geralmente são os líderes, daí nos vamos fazer reuniões e vamos decidir. Então agente monta um novo cronograma em cima do que está acontecendo no momento. Às vezes acontece de chegar um ano e eles não quererem mais e agente ter que ir embora, agente não vai forçar a barra.

Sob esta lógica indagamos a comunidade acerca da participação desta no que concerne ao planejamento das atividades, e todos foram categóricos ao afirmar positivamente participam do planejamento das ações, o que pode ser visualizado na tabela abaixo apresentada:

Você é chamado para fazer o planejamento das atividades do Programa?		
Item	Freq	%
Sim	10	100%
Não	0	0%
Não sabe	0	0%
TOTAL	10	100%

Tabela 02: Participação da comunidade no planejamento das atividades.
FONTE: Pesquisa de campo – entrevista com as comunidades, 2009.

Para verificar se este movimento procede, indagamos os comunitários a justificaram como se dava participação destes no planejamento das atividades, e as respostas acenadas foram:

VOCÊ É CHAMADO PARA FAZER O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES?
Acontece que quando é pra soltura agente reúne no salão da comunidade, aí agente programa pra fazer tudo direitinho, cada qual no seu lugar, é tudo organizado. (comunitário 02)
Quando eles vêm, tem uma palestra e agente participa. Sempre se faz umas reuniões antes de começar o tempo da colheita pra ver quem que vai trabalhar e pra ver quem vai tomar conta de uma outra ou de outra, tem uns meninos que são responsáveis, rapazes né, são responsáveis aí. Eu sempre ajudo, vou levar a comida quando posso. (comunitário 05)

Ai agente conversa um pouco, defende o que agente entende um pouco pra ele. Eu gosto de participar de tudo, de todo movimento da comunidade. (comunitário 07)

Quadro 19: Participação das comunidades no planejamento das atividades do programa.

FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

Partindo do entendimento que o planejamento participativo tem a tarefa de contribuir para a construção de novos horizontes, transporem antigos obstáculos e, com isso, construir a sociedade e, quem almeja este tipo de planejamento deve ter em mente que muitas das dificuldades encontradas por nossa sociedade ocorrem, principalmente, pela falta de participação desta mesma sociedade no processo de planejamento, seja ele social, político ou econômico (BONDER, 2004), pode-se inferir que as atividades desenvolvidas pelo programa tem conseguido exercer o movimento de troca de opiniões e experiências para construir o planejamento das atividades que se propõe a realizar.

Deste modo, as diretrizes “Compromisso social da Universidade na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população⁹” e “Reconhecimento do saber popular e da importância da troca entre este e o saber acadêmico¹⁰”, tem sido efetivadas nas ações que norteiam o Programa. Reporta-se, neste momento, ao pensamento de Morin (2000), quando este sinaliza a necessidade termos a capacidade de ligar os saberes, de contextualizar e apreender de forma global, num movimento em espiral, o conhecimento.

A interação dialógica, que prevê a Política Nacional de Extensão, estabelece o desenvolvimento de relações entre a universidade e setores sociais, que estas sejam marcadas pelo permanente diálogo, troca de saberes e superação da retórica hegemônica da academia,

⁹ Ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo. (POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFAM vide www.ufam.edu.br, acesso em 21 de janeiro de 2009)

¹⁰ A troca entre o saber acadêmico e o saber popular potencializa a produção do conhecimento. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação da comunidade em face da atuação da universidade, articulando o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabilizar uma relação transformadora entre universidade e sociedade. (*idem*)

possibilitando uma aliança com os movimentos sociais de superação das desigualdades. (FORPROEX: ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO, 2007)

Ratifica-se, assim, que a Extensão Universitária na UFAM vem logrando êxito no que se refere ao caráter integrador da extensão, quando viabiliza a troca de saberes entre a academia e a sociedade, promovendo o contato dos docentes e discentes com a comunidade por meio de suas ações extensionistas, sejam elas projetos, programas, eventos etc.

Aprofundando a análise dos dados coletados, buscou-se conhecer as atividades desenvolvidas junto à comunidade, em que para obtermos tais informações traçamos alguns questionamentos, como: quais as atividades que os comunitários mais participam? De posse das informações, as mesmas foram categorizadas, em que as atividades que os comunitários mais fizeram alusão podem ser constatadas no quadro a seguir:

ATIVIDADES QUE HÁ MAIOR PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
Reuniões para planejamento das ações
Seminários com temas ambientais
Manejo de quelônios - Coleta, transferência, biometria e soltura
Palestras para as crianças
Atividades de Educação Ambiental - cursos, capacitação, palestras

Quadro 20: Categorização das atividades desenvolvidas na comunidade.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Ante as informações, foi solicitado um conceito acerca das atividades pontuadas anteriormente, em que se pôde perceber um grau de satisfação significativa, e ainda, quando questionados se desejavam continuar participando das atividades, foram unânimes em afirmar que sim. Em relação aos percentuais, as tabelas a seguir são esclarecedoras:

O que você acha das atividades de extensão como as do Pé-de-Pincha?		
Item	Fr	%
Ótimo	6	60%
Bom	3	30%
Regular	0	0%
Total	10	100%

Tabela 03: Conceitos dados as atividades do Programa
Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Você deseja continuar participando das atividades do Programa?		
Item	Fr	%
Sim	10	100%
Não	0	0%
Não sabe	0	0%
Total	10	100%

Tabela 04: Desejo de continuar nas atividades do Programa
Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

As atividades desenvolvidas pelo Programa Pé-de-Pincha são percebidas como ações positivas junto à comunidade, uma vez que tem despertado nestas o interesse em dar continuidade na execução das ações, desencadeando a procura de novas iniciativas a serem realizadas. Segundo o comunitário 07, novas iniciativas devem acontecer [...] *por causa que toda a comunidade ainda tem que participar do programa, pra saber como que é as coisas, que muitas vezes agente quer destruir, agente também tem que saber construir coisas boas.*

Outro importante aspecto a ser destacado é o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, esta enquanto um processo estratégico com o propósito de formar valores, habilidades e capacidades para orientar a direção em busca não somente da sustentabilidade – ecológica, social, econômica, geográfica e cultural ¹¹ –, mas na reconstrução coletiva e na reapropriação subjetiva do saber. Isto significa que não há um saber ambiental pronto e acabado, a educação ambiental inscreve-se como um processo educativo que fomenta a capacidade de construção de conceitos a partir dos sujeitos envolvidos, tendo como fundamento suas significações primárias e o exercício da reflexão crítica. Neste sentido, o processo educativo incorpora-se a constituição de novos sujeitos sociais, os quais deverão conduzir a direção de um futuro democrático e sustentável.

¹¹ A noção de sustentabilidade *ecológica* está ligada a aplicação dos recursos naturais; a social envolve a dimensão de equidade (não bastam soluções ecologicamente corretas se as mesmas têm o caráter de aprofundar a exclusão social); sustentabilidade econômica, identificada como a que adota melhores soluções de racionalização de processos e produtos; A geográfica diz respeito as soluções adotadas para a conservação; e por fim a cultural, considerada a mais complexa, implica que o processo de modernização deveria ter raízes endógenas, buscando a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos. (SACHS, 1997; VIEIRA, RIBEIRO e CORDEIRO, 1998, apud NEDER, 2002)

Para empreender esse processo educativo, é preciso ter sempre presente alguns princípios que devem ser levados em conta em cada momento:

- a) Explicitar e refletir a proposta ética que impulsiona a ação;
- b) Tornar compreensível a complexidade da relação dos aspectos sociais, econômicos e ecológicos da realidade;
- c) É preciso empreender um processo educativo o mais integrador possível;
- d) Integrar no processo educativo a tripla perspectiva resumida em conhecer, sentir, fazer;
- e) Favorecer a análise da realidade, a individual, a do entorno, como princípio metodológico, e fazê-lo em termos de causas e conseqüências;
- f) Fazer com que, na medida do possível, a população participe na avaliação, na apresentação de estratégias e na avaliação destas;
- g) Promover o trabalho individual e em grupo, o diálogo e cooperação;
- h) Empreender propostas concretas para favorecer a mudança de hábitos em nível individual e coletivo;
- i) A continuidade do processo educativo;
- j) A coerência como princípio de atuação educativa pela qual os meios, os recursos, as atitudes e comportamentos pessoais sejam conseqüentes com os valores e os novos comportamentos. (REIGOTA, 2007, p.35-36)

Tais princípios podem ser apreendidos dentro das atividades de educação ambiental que são desenvolvidas junto às comunidades onde o Pé-de-Pincha atua. As atividades são apresentadas ao leitor no quadro que se segue:

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Gincanas, trabalhos com crianças, apresentação com seriados que diz a receita de como se faz o manejo, e também agente leva a parte de manejo não só dos quelônios, mas o manejo de outras espécies de peixe como o pirarucu. (entrevistado 01)
A questão do lixo na comunidade, quando agente fala de lixo, agente fala da questão sanitária que entra na parte de saúde, então o projeto ta ajudando bastante. O projeto é voltado tanto pra parte de conscientização ambiental, quanto à parte da saúde, questão de lixo, questão da qualidade da água, questão do consumo da água, consumo de alimentos, nessa linha aí. (entrevistado 02)
Nós produzimos ações de como esse processo das interações existe através de bonecos, fantoches executando essas atividades, é uma forma diferente de fazer com que a comunidade entenda com isso. (entrevistado 03)
É, agente faz cursos, agente faz aquelas limpezas convocando toda comunidade pra limpar, faz as palestras com as crianças, tenta dizer como eles devem tentar mais ou menos trabalhar com o lixo que eles produzem, até a fossa que eles fazem que não é da maneira correta. (entrevistado 07)

Quadro 21: Atividades de Educação Ambiental desenvolvidas na comunidade.
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Diante dos dados em análise pode-se inferir que não existe a possibilidade de se promover o desenvolvimento sustentável sem o desenvolvimento da saúde e educação que são ações interligadas. Pois, educação é complementar a saúde, pois, educar as comunidades, possibilita que se pratiquem, de forma correta, as regras de higiene, cuidem para que o lixo seja descartado de forma correta etc. Não se pode pensar em proteção ao meio ambiente sem se educar o povo que habita os locais a serem preservados.

A educação é, parafraseando SILVA (2006), um processo de desenvolvimento de capacidades individuais permanente, com a finalidade de permitir ao indivíduo social aproveitar as oportunidades oferecidas para transformar-se, realizando seu projeto de vida pessoal, com base nos limites da sustentabilidade. Na visão recente do desenvolvimento, é necessária uma elevação da população para estabelecer um projeto de vida e promover sua realização a partir do presente.

A educação, além de produzir e repassar saberes prepara as pessoas para o exercício de seu papel político na sociedade, na busca pela cidadania plena. Deste modo, a educação ambiental é importante para influenciar os meios de implantação do desenvolvimento sustentável, pois pode ajudar com um trabalho de conscientização da responsabilidade que todos devem ter com o desenvolvimento e preservação do ambiente, não afetando o ecossistema em que se vive. (SILVA, 2006)

No que concerne à capacitação da equipe para desenvolver as atividades expostas no decorrer desta produção, tanto a equipe quanto os comunitários afirmaram, como se fossem uma só voz, que são realizadas capacitações acerca das temáticas junto à equipe do Pé-de-Pincha, onde os comunitários creditam que a mesma é preparada para o desenvolvimento das atividades que se direcionam, os resultados estão expostos nas tabelas a seguir:

São realizadas capacitações para docentes e discentes sobre temáticas trabalhadas pelo programa?		
Item	Fr	%
Sim	10	100%
Não	0	0%
Não sabe	0	0%
Total	10	100%

Tabela 05: Realização de capacitações junto à equipe do programa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Você considera que a equipe é preparada para desenvolver as atividades?		
Item	Freq	%
Sim	10	100%
Não	0	0%
Não sabe	0	0%
TOTAL	10	100%

Tabela 06: A equipe do é preparada para desenvolver as atividades do Programa

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Os dados tecidos acima permitem fixar a idéia que é nesta perspectiva que trabalhar a questão ambiental é importante, pois a Universidade, por ser um espaço privilegiado de informação e produção de conhecimento, constitui-se como um importante contexto, pois é fundamental que os sujeitos envolvidos na ação, principalmente os professores e alunos, estejam informados e capacitados para discutir e refletir sobre as questões ambientais. (SILVA, 2006)

Ainda sobre a informação de capacitação da equipe, solicitou-se dos membros que compõe o programa que sinalizassem seu entendimento do que seja a extensão universitária, e os relatos coletados abrilhantaram de forma significativa o conceito de extensão universitária, os quais estão listados no quadro, a saber:

QUAL O SEU ENTENDIMENTO SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA?
Extensão é quando no caso um técnico como nós chega até a comunidade rural e agente aplica esses nossos conhecimentos que nós aprendemos aqui, aplicam esse conhecimento na comunidade, porque a comunidade só tem aquele conhecimento, e nós levamos aquele conhecimento técnico pra essas comunidades de uma forma que haja a falta de comunicação. (entrevistado 01)
Levar até comunidade o conhecimento, [...] sair da universidade e apresentar formas, alternativas para processos da vida que nós levamos pra comunidade, dar e exibir alternativas. (entrevistado 03)

Então pra mim o principal foco da extensão universitária é de realmente passar algo que você sabe, algo que você aprendeu dentro de uma instituição para as pessoas que estão fora, que não tiveram a oportunidade de obter esse mesmo conhecimento. Mas não é só você chegar e jogar um pacote tecnológico, extensão pra mim não é só isso [...] é interagir, você expõe a sua teoria e os comunitários vão expor o conhecimento deles que é prático e mesclar, integrar tudo, juntar o conhecimento científico com o conhecimento popular e formar um trabalho mais compacto, um trabalho que envolva mais a comunidade [...] extensão é isso, troca de conhecimento, não é só levar. É levar conhecimento, obter conhecimento e dar valor para o conhecimento local. (entrevistado 04)

[...] extensão universitária é você levar o conhecimento adquirido na sala de aula até as comunidades, então historicamente a extensão começou nos Estados Unidos aonde foi um programa do governo que queria levar e aumentar a produção das comunidades, produção agrícola inicialmente, e veio pro Brasil na década de 50, 60 e aqui não deu muito certo porque os recursos que eles utilizavam para extensão lá não davam certo aqui porque a questão de material de estudo, as pessoas não sabiam ler, não sabiam escrever, então criou-se uma outra metodologia de extensão, onde você conversando, através de palestras você consegue passar aquelas informações. (entrevistado 05)

Bom, extensão é levar o conhecimento aqui de dentro do campus, o conhecimento técnico e integrar com a comunidade seu conhecimento. (entrevistado 08)

Eu acho que a extensão universitária é fazer uma troca de informações com a comunidade, é levar a universidade pra dentro de uma comunidade, de tecnologias, por exemplo, o ribeirinho ele tem a técnica dele lá que é aquela coisa bem ultrapassada e agente que está dentro de uma universidade agente sabe que tem novas tecnologias e isso pode facilitar muito a vida deles lá, então agente levando essa tecnologia pra eles pra facilitar, eu acho que é um meio de levar a universidade até lá e quando agente chega lá também agente aprende muita coisa com eles, coisas assim que dentro da universidade não é ensinado e lá fora não, lá fora agente vê e consegue até enxergar, então é uma troca. (entrevistado 10)

Quadro 22: Entendimento acerca da extensão universitária.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Partindo dos relatos e do entendimento de que a extensão universitária é uma forma de aproximar a universidade da sociedade, especificamente das comunidades pautadas nessas ações, é essencial reconhecer que o Programa de Extensão Pé-de-Pincha tem se constituído como um instrumento capaz de promover o movimento de interação dialógica entre universidade e comunidade, à medida que permite a universidade cumprir sua função social por meio da extensão.

A universidade deve atuar de modo a romper com a dimensão apenas formativa da academia, operando no sentido de ampliar as oportunidades da sociedade em construir uma consciência crítica, a qual seja capaz de ultrapassar as barreiras que engessam as práticas educativas e sociais da universidade. (OLIVEIRA, 2008)

Para tanto, ter profissionais capacitados para o atendimento das demandas conjunturais é desafiador, o que coloca em xeque as instituições de ensino superior, uma vez que tal

processo só será possível quando houver uma revisão dos planos pedagógicos, para que estes atendam as demandas postas pela contemporaneidade.

Outro aspecto também inquirido diz respeito à interdisciplinaridade das ações extensionistas, prevista pela Política de Extensão da UFAM, em que para analisar este aspecto indagou-se a equipe acerca das áreas de conhecimento presentes na arquitetura do Programa, e para tanto se elegeu as seguintes falas:

Temos cientistas naturais, temos biólogos, agrônomos, zootecnia, engenharia de pesca e engenharia florestal, são as principais áreas. (entrevistado 01)

Bom já participou o pessoal da medicina em 2003, já participaram alunos de ciências naturais, ciências biológicas, as ciências agrárias em geral principalmente e hoje o que eu tenho conhecimento foram só esses cursos que tem trabalhado.(entrevistado 02)

Sim, aqui da faculdade de ciências agrárias atua: engenharia de pesca, agronomia, zootecnia, engenharia florestal, tem participação dos biólogos, tem participação do pessoal das ciências, o pessoal de medicina já viajou com agente, no município de Parintins teve o pessoal de sociologia, de jornalismo lá da UFAM de Parintins, pessoal de geografia também, então são vários cursos. (entrevistado 04)

A extensão, enquanto espaço que propicia a realização de atividades acadêmicas, tem viabilizado a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento, além do desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais, assim, o Pé-de-Pincha tem se suas ações pautadas em uma das diretrizes na UFAM que é o Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas.

Contudo, oportuniza-se destacar que as ações do programa estão atreladas intrinsecamente as ciências agrárias. Deve-se ter em mente que a ação interdisciplinar que deve ir além disso, deve mobilizar sujeitos das mais diversas áreas do conhecimento existentes na universidade, especialmente as de caráter ambiental, uma vez que suas ações podem potencializadas a medida que outros “olhares” possam contribuir no aprimoramento das atividades realizadas nas comunidades.

Segundo Leff (2001, p. 127), “o saber ambiental emerge, assim, como uma consciência crítica que avança com um propósito estratégico, transformando os conceitos e

métodos de uma constelação de disciplinas e construindo novos instrumentos para implementar projetos e programa de gestão ambiental.”

A complexidade da questão ambiental remete-nos, inexoravelmente, ao caráter interdisciplinar, pois, “[...] nela se entrecruzam o conhecimento técnico-científico; as normas e valores; o estético-cultural, regidos por razões diferenciadas, porém não dicotômicas.” (SANTOS, 2007)

Esse princípio legitima-se por meio da diretriz extensionista *flexibilização curricular*, a qual propõe que as disciplinas se transformem em ferramentas para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, que possa oferecer aos discentes um concreto e decisivo processo de transformação. (FORPROEX, 2006)

Aprofundando nossa investigação acerca da extensão, esta enquanto um campo capaz de contribuir para a formação acadêmica, lançando mão da possibilidade se para trabalhar a partir da realidade concreta, investigou-se se o programa tem oportunizado aos acadêmicos envolvidos na execução das atividades, um processo ensino-aprendizagem à medida que há permite uma interação com a realidade. Referente a este ponto, todos os entrevistados posicionaram-se de forma positiva quanto à possibilidade de exercer este movimento de ensino-aprendizagem. O que pode ser constatado na tabela a seguir:

O programa contribui para que os docentes e discentes ampliem sua percepção da realidade dos usuários?		
Item	Fr	%
Sim	10	100%
Não	0	0%
Não Sei	0	0%
Total	10	100%

Tabela 07: O Programa contribui para compreender a realidade dos usuários?

Fonte: Pesquisa de campo – entrevista com as comunidades, 2009

Com base nos dados apresentados na tabela 07, confirma-se que a extensão permite que os discentes entrem em contato direto com a realidade de vida das comunidades, suscitando um olhar acurado para as condições de vida das comunidades, bem como de conhecer como estas se articulam. Para tanto, o discente exercita sua capacidade política de intervenção, sua capacidade crítica de diálogo, transformando a realidade e sendo transformado por ela através de uma atuação efetivamente crítica, conforme acena Oliveira (2008). Tal assertiva pode ser ainda justificada na fala do entrevistado 02, a saber:

Tanto contribuindo com o conhecimento científico [...] o contato que você tem com as comunidades você adquire muito conhecimentos [...] e isso na parte como profissional eu também acredito como pessoa, o projeto tem um lado muito bonito, que ele toca muito no coração de quem trabalha, tem a parte que meche com a sensibilidade de cada um que é a parte que as pessoas acabam gostando do trabalho e acabam se doando na verdade, porque não é um trabalho fácil, é um trabalho até difícil digamos assim, porque você tem que passar quinze a vinte dias no campo às vezes, longe do luxo que tem na cidade, longe das regalias e você se dispõe a fazer um trabalho desse voluntariamente então meche muito com a sensibilidade de cada um. E não só contribuindo pro lado profissional como pro lado pessoal, que é a parte que eu acho mais legal no projeto, que cria um elo muito grande entre a pessoa e a comunidade. (entrevistado 02)

Ainda a este respeito, a tabela 07 é reforçada nos depoimentos dos membros da equipe, em que quando perguntados se o programa, por meio de suas ações, contribui para a formação do perfil profissional que um discente pretende ter, pôde-se perceber o potencial de sensibilização que o programa tem em relação à formação acadêmica. A extensão tem propiciado aos discentes um momento ímpar de experimentar a práxis profissional, aproximando-o de seu futuro locus de trabalho, além de subsidiar o protagonismo do discente, em sua formação profissional e formação cidadã, como previsto nas Diretrizes para Extensão Universitária. (FORPROEX, 2006)

Sob esta lógica foram traçadas indagações acerca dos resultados (efetividade) alcançados pelo programa na formação dos profissionais que passaram e/ou passam pelo desenvolvimento de ações junto às comunidades do Médio Solimões, por conseguintes tiveram-se os seguintes relatos, apresentados no quadro abaixo:

QUAIS OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PROGRAMA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS?
Deixa o profissional preparado pra atuar na área de manejo, não só de quelônios, mas na concepção de manejo de animais silvestres em geral. (entrevistado 01)
[...] mudar um pouco a visão capitalista de quando se sai da universidade [...] você está totalmente inserido no mundo capitalista, dentro do âmbito profissional, o projeto muda um pouco essa visão porque faz com que o profissional enxergue que aquele ribeirinho que está isolado no meio do mato, faz pensar: o que eu posso fazer pra melhorar a vida dos caras. Então muda a tua visão como profissional, você deixa um pouco a visão capitalista pra ver bastante um pouco do lado social da coisa, dentro da sua área o que você pode fazer pra melhorar, o que eu posso fazer pra contribuir. (entrevistado 02)
Pra mim falando como profissional foi ótimo, porque agente estar viajando por vários municípios, viajando por vários lugares, agente faz vários contatos com essas pessoas nesses lugares e o aprendizado eu não conseguiria dimensionar o tanto que eu aprendi lá com eles, na minha vida como acadêmica eu viajei todos os anos, para todas as etapas, então eu aprendi muita coisa, pude tirar muita coisa que hoje eu aplico como profissional. (entrevistado 04)
Acho que fez agente entrar em contato com a comunidade e conseqüentemente agente colocar em prática o que agente aprendeu na teoria na sala de aula. (entrevistado 05)

Quadro 23: Resultados alcançados pelo programa na formação profissional.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

As informações apresentadas reforçam os elementos que direcionam aos impactos que o programa tem gerado na formação não apenas profissional, mas também, e principalmente, pessoal dos sujeitos envolvidos na execução de suas atividades.

Na contemporaneidade, urge a necessidade de formar de profissionais que atuem como educadores ambientais em face dos crescentes problemas ambientais, e por isso a busca de alternativas e/ou estratégias para essas questões. Portanto, cabe a universidade, enquanto instrumento de gênese profissional, formar educadores que tenham como princípio basilar: o compromisso com o futuro, tendo sua práxis voltada tanto para área urbana como rural; estejam em constante movimento de reformulação metodológica e conceitual, assumindo o conhecimento enquanto processo dialético resultante da interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento; e, estar em consonância com os pressupostos da educação ambiental, como interdisciplinaridade, visão holística, participação, contextualização e conceito pluridimensional do meio ambiente. (CASTRO; SPAZZIANI e SANTOS, 2008)

Pensar em ações que viabilizem a concretização das atividades-fins da Universidade requer ponderar acerca da importância da avaliação contínua durante todo o processo de

execução de uma ação, uma vez que, sendo uma das diretrizes da extensão, a avaliação das ações de extensão visam monitorar e analisar as potencialidades e distorções das ações, de maneira sistemática, participativa e quanti-qualitativa.

A avaliação é, segundo FORPROEX (2001), “um instrumento pedagógico que, ao avaliar o mérito, os efeitos e resultados concretos das ações, possibilita também a identificação das fragilidades, cujos mecanismos de avaliação devem estar associados ao desenvolvimento e conclusão das mesmas”. Aportando-se nesse entendimento é avaliação das ações de extensão deve ser intrínseca à rotina acadêmica da instituição, haja vista que objetiva nortear as políticas institucionais, democratizando informações e aprimorando ações.

A avaliação da extensão universitária deve, além de perceber as particularidades de cada instituição, conter três níveis inter-relacionados, quais sejam:

- O compromisso institucional para estruturação e efetivação das atividades;
- O impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros;
- Os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão.

Deve conter ainda as seguintes dimensões:

- Dimensão 1 – Política de gestão;
- Dimensão 2 – Infra-estrutura;
- Dimensão 3 – Relação Universidade – Sociedade;
- Dimensão 4 – Plano acadêmico;
- Dimensão 5 – Produção acadêmica.

A investigação apresentada contempla, mesmo que de forma preliminar dado o tempo que se possuía para concretizar a pesquisa, tanto os níveis de avaliação, quanto as dimensões necessárias para avaliar a extensão universitária.

Para tanto a pesquisa ora exposta, buscou perceber se no projeto havia sistema de monitoramento das ações. Os dados que se seguem nos revelam que as ações são avaliadas continuamente, conforme os relatos que se seguem:

Sim, toda vez que agente chega de uma viagem de campo agente reúne e vê o quê que deu certo e o que não deu pra melhorar na próxima viagem e pra avaliar, todo mundo avalia o que fez e as áreas que foram trabalhadas. (entrevistado 04)

Sempre que acontece o retorno das atividades de campo é feito uma grande reunião no caso do pé de pincha, onde vem todas as pessoas, tanto bolsistas quanto voluntários, expõem as situações que aconteceram, boas ou não e agente procura resolver os problemas e melhorar para as próximas viagens. (entrevistado 05)

A cada etapa quando agente volta, agente se reúne e faz uma avaliação do que aconteceu. (entrevistado 06)

Ela acontece nas reuniões, os comunitários principalmente na época da soltura que acontece em fevereiro ou março, então são feitas reuniões onde todas as comunidades se reúnem e vão fazer essa avaliação, como é que foi o trabalho, se teve queda, se teve perdas, como é que são os números mesmo de filhotes, o que errou, o que precisa melhorar, então tudo isso é debatido dentro das reuniões pra que no próximo ano agente possa estar consertando isso daí. (entrevistado 10)

No que se refere à avaliação das atividades do programa, buscou-se identificar se era utilizada alguma metodologia. O quadro a seguir apresenta a metodologia utilizada para avaliar o desempenho das atividades:

Metodologia e Critérios
Relatórios e registros das atividades
Discussões em grupo entre a equipe
Discussões em grupo entre a equipe e as comunidades
Reuniões de avaliação da comunidade
Alcance dos objetivos de cada etapa metodológica

Quadro 24: Metodologia e critérios utilizados para avaliar as atividades do programa.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

No tocante à existência de relatórios de avaliação das ações desenvolvidas, a coordenação do programa mencionou que as informações referentes à avaliação das atividades estão contidas no Relatório Semestral e Anual das Atividades do Programa Pé-de-

Pincha, o qual é entregue a PROEXTI, semestral e anualmente, respectivamente. Acerca desses dados, quando se indagou sobre a existência de Relatórios específicos de avaliação, a coordenação pontua:

Não, nós temos um mecanismo, todo ano é o seguinte, nós nos avaliamos em reunião, então todo ano quando agente volta nós temos uma reunião aqui que normalmente dura a tarde, um pedaço da noite, é quando agente vai ouvir de cada aluno que participou, quais foram os seus problemas, o que ele viu de bom, mas não é uma avaliação do projeto, é uma avaliação das equipes sobre o trabalho que elas executaram, pra saber se foi interessante pro aluno, se ele teve algum problema, esse tipo de coisa, então esse é o nosso mecanismo de avaliação pra funcionar. Com as comunidades agente tem a avaliação nas reuniões, Barreirinha tem esse mecanismo, eles elegem uma das solturas pra fazer uma reunião que é um dia todinho também, tem aquela conversa de comunidade, mas que sai resultado tem ata tem tudo. Oriximiná também tem mecanismo de avaliação porque eles têm um comitê igual ao de Barreirinha. Terra Santa eles tem a reunião lá com os agentes ambientais que não é tão frutífera, mas serve, então cada local tem seu ponto de avaliação que normalmente nós participamos dessa atividade, então assim o projeto não é avaliado como um todo, ele é avaliado em cada área pra gente saber onde errou e o que pode fazer pra melhorar em cada lugar.. O que não é feito é uma sistematização dessa informação.

É necessário que as ações de extensão da UFAM, tenham como exercício a construção ferramentas avaliativos, tendo como base indicadores e variáveis, a partir da diretriz conceitual que preconiza que haja instrumentos quanti-qualitativos para aferição de resultados no decorrer das ações extensionistas. E que este exercício se materialize em relatórios e registros específicos da avaliação de atividades.

Importante sinalizar, neste momento, que o Programa Pé-de-Pincha, foi monitorado e avaliado pelo PRÓ-VÁRZEA/IBAMA, durante quatro anos, em que a partir disso foram elencados os indicadores que devem nortear os procedimentos de avaliação das atividades desenvolvidas pelo programa, que são: práticas de conservação e manejo participativo de quelônios; educação ambiental nas áreas de abrangência do projeto; manejo intensivo: instalações comunitárias; e apoio às iniciativas e a promoção da capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável.

Com base nesse raciocínio, questionou-se se as ações do projeto foram reavaliadas em alguma etapa, em que se obtiveram percentuais positivos quanto a esta questão, e quando

justificavam o redimensionamento das ações a partir da avaliação, alcançou-se o seguinte relato:

Bom, o projeto tem uma metodologia própria, só que o projeto não chega pronto na comunidade, o projeto vai se moldar de acordo com as necessidades da comunidade, até porque tem comunidade que é mais fácil de você trabalhar, mas outras são mais difíceis, então nesse ponto agente molda o projeto de acordo com as necessidades da comunidade, ele não chega totalmente pronto, a questão da metodologia ela já está pronta, tá tudo bonitinho, só que conforme as necessidades de determinadas comunidades ele vai se moldando e vai se desenvolvendo. (entrevistado 02)

Diante dos dados apresentados e as fala do entrevistado 02, verifica-se que a equipe tem buscado alternativas com vistas ao aprimoramento de suas ações, por meio da avaliação, embora tenham faltado sistematização e organização das idéias.

Nesta lógica, buscou-se identificar, se a equipe do programa tem dimensão da importância de avaliar as ações do Pé-de-Pincha. Para tanto, elaborou-se uma questão com opções gradativas, conforme apresentado no gráfico a seguinte:



Gráfico 03: Importância do monitoramento e da avaliação do Programa.
FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

Com base nos percentuais apresentados no gráfico anterior é possível perceber que as equipe do programa compreendem a importância da avaliação para as ações, pois, de acordo com o gráfico, 100% dos entrevistados muito importante a avaliação das ações.

Este percentual significativo coaduna-se com a noção de que a avaliação representa “[...] um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos ou grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente sempre com vistas ao futuro”. (BELLONI, 2003, p. 14)

Ainda nesta perspectiva, Aguillar e Ander-Egg *apud* Belloni (2003, p. 21) apontam que o processo de avaliar as ações serve de alicerce “[...] para tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatos associados ao êxito ou fracasso de seus resultados”.

A participação dos sujeitos, envolvidos na execução das atividades, na avaliação de uma ação, conforme pontua Brant de Carvalho (2001, p. 91), “[...] garante à avaliação maior densidade [...] permite “correções de rota” [...] detectar precocemente falhas ou estratégias inadequadas e alterá-las objetivando melhorar sua eficácia.”

A propósito, investigou-se a percepção dos entrevistados (bolsistas e voluntários) sobre a importância destes no processo de avaliação dos projetos, onde 100% dos entrevistados foram unânimes em dizer que consideram muito importante, pois entendem que eles contribuem bastante para que os projetos obtenham êxito em seus objetivos e metas, como fica explícito na fala a seguir:

Eu acho que a importância principal é porque agente toma as decisões juntos, então quanto mais pessoas estiverem participando e pensando em conjunto o acerto pode ser maior, e também quando erra, é um erro coletivo e não pega muito só pra uma pessoa, lógico que vai pegar mais pro coordenador geral do projeto, o Paulo que ta a frente de tudo, mas só que a vantagem disso é que agente vai acertar mais, agente participa, decide, às vezes uma pessoa tem uma idéia melhor que a outra e vai encaixando e melhorando o trabalho.(entrevistado 04)

Corroborando com a assertiva do parágrafo anterior, foi perguntado sobre o alcance dos objetivos do programa, em que os percentuais referentes a este ponto podem ser apreciados no gráfico abaixo:

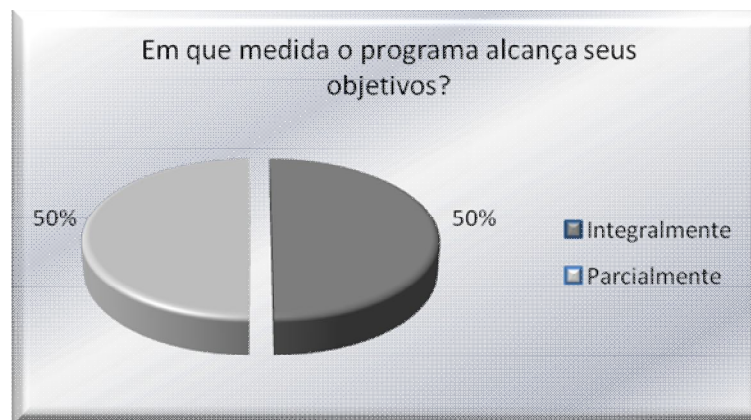


Gráfico 04: O Programa alcança seus objetivos? .
FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

Com base nos percentuais apresentados, retomam-se as inferências sinalizadas pelos entrevistados a respeito do alcance dos objetivos propostos, haja vista que 50% afirmam que o alcance foi integral e outros 50% afirmam que foi parcial. Primeiramente sinalizam-se as inferências do percentil que diz respeito ao alcance integral das atividades, a saber:

Integralmente. Agente pode dizer que estão sendo alcançados de forma integral, porque se você chega com intenção de manejar um recurso numa comunidade, implantar o projeto numa comunidade e você consegue no primeiro ano conscientizar dez, quinze pessoas você já está alcançando seus objetivos de forma integral, por mais que você não consiga atingir 100% numa comunidade, mas o fato de você já estar trabalhando, você estar inserido na comunidade e aquilo estar se disseminado ali dentro, então você já está com os seus objetivos alcançados integralmente, daí pra frente à questão é você trabalhar, estruturar o projeto dentro da comunidade pra se fortalecer, então com relação aos objetivos hoje em dia é de forma integral. (entrevistado 02)

Integralmente. Pelos resultados obtidos, o aumento da população de quelônios nos rios pelo menos nos locais que foram trabalhados, a questão da educação daquelas pessoas a desenvolver atividades que não sejam de predador, a questão de levar conhecimento técnico para aquelas comunidades. (entrevistado 05)

No que concerne ao percentil de alcance parcial dos objetivos, as inferências a este respeito foram:

Parcialmente. Mais pela questão financeira porque agente tem que prestar bastante atenção porque agente investe bastante na área da coleta e é onde tem bastante pessoas, quando chega na fase da eclosão a equipe não é aquela mesma da coleta, a equipe principalmente da eclosão é uma equipe pequena, então poucos viajam, então não se consegue atingir todas as comunidades 100%, então isso é uma dificuldade, agente não consegue atingir todas as comunidades como era pra ser no termo da eclosão, na contagem dos que já nasceram, quando chega aqui pra ajustar os dados ninguém de imediato tem aquele resultado final, aí que se perde um pouco do projeto, resumindo ocorre perda de dados.

É parcialmente, porque nem todo mundo aceita de cara o projeto, agente já teve muitas dificuldades, hoje em dia já melhorou muito, depois de dez anos tem melhorado, por que às vezes tem muita gente que desiste no meio do caminho porque não é um trabalho fácil, as pessoas chegam a dizer que é fácil, mas não é, porque você sai de madrugada da sua casa, você poderia muito bem estar dormindo lá no quentinho, mas não, você sai de madrugada, vai para as praias, vai retirar os ovos de lá, no outro dia vai transplantar e quando nasce você tem que cuidar, ficar dando ração, poderia muito bem estar fazendo outra coisa, mas optou por fazer isso, e muita gente vê isso e desiste, desestimula porque às vezes agente não tem recurso pra ajudar também e eles também não têm e isso desestimula e muita gente desiste no meio do caminho então eu acho que é parcialmente. (entrevistado 10)

Ao relacionar as inferências apresentadas podem-se pontuar algumas questões:

- Considerando que o Programa de Extensão Pé-de-Pincha tem como objetivo Conservar as populações de quelônios dos municípios onde o mesmo atua, de forma participativa, envolvendo comunidades e instituições locais, através do incentivo e acompanhamento da UFAM, pode-se inferir que os resultados têm sido alcançados à medida que a comunidade pontua as mudanças que ocorreram a partir de sua participação nas atividades do programa. Tal assertiva está contida na fala do comunitário 06 “[...] *logo que eu vim pra cá, eu não pensava na colheita dos ovos, eu queria saber era de comer e comer e vender, ai depois que veio esse projeto pra cá, então mudou muita coisa na minha vida porque eu já comecei a pensar em colher e enterrar ali pra mais tarde sair aqueles tracajazinhos.*” E é reforçada na fala do comunitário 05,

[...] porque depois dessas coisas que apareceram do projeto sobre a preservação do meio ambiente, foi uma coisa muito boa, porque de primeiro não tinha lei, o pessoal matava era tudo, assim como era caça, era peixe, era tudo. Então eu acho que foi uma coisa muito boa, pelo menos eu sei que aqui no nosso meio, eu acho que já aumentou foi muito.

- Quando se pontua que o mesmo tem alcançado seus objetivos apenas parcialmente, os entrevistados relacionam este déficit à escassez de recursos, infere-se que a extensão universitária da UFAM ainda enfrenta alguns limites, dentre os quais, o de disponibilizar um valor satisfatório para os programas e projetos que desenvolve.

- Outro aspecto, também levantado, para o não alcance total dos objetivos foi comungação de toda a comunidade no que tange ao desenvolvimento das atividades. O que é compreensível à medida que, historicamente, as populações amazônicas possuem fortes tradições culturais, enraizadas no consumo de animais silvestres presentes na região, alimentando-se dos recursos da fauna amazônica

- Pertinente destacar que não foi possível, ainda, a legalizar a comercialização dos quelônios manejados pelas comunidades, devido à burocracia presente na legislação atual, onde a regulamentação da questão fundiária tem sido o vetor principal para esta dificuldade. Neder (2002, p. 62) pontua “[...] a importância de assegurar a efetiva presença das populações tradicionais e responsabilizar o Estado pela sua proteção e promoção, a começar da regularização fundiária das unidades de conservação e manejo.”

Tecidas algumas considerações, estas pautadas na pesquisa de campo, retoma-se os questionamentos referentes ao processo de monitoramento e avaliação das atividades. Para tanto, averiguou-se qual tem sido a participação das comunidades no processo de avaliação, e esta se dá a partir das reuniões que são realizadas nas comunidades, mencionadas em outro momento. Nestas reuniões os comunitários verbalizam sua percepção sobre o programa, equipes envolvidas, bem como acerca das ações realizadas.

Conforme assevera Barreira (2002, p. 13), “O processo de apropriação da avaliação pelos participantes beneficiários leva a um fortalecimento de sua auto-estima, de sua capacidade de decisão e de transformar a vivência de seus problemas em busca de soluções.”

E autora continua afirmando que:

A avaliação envolve a subjetividade das perspectivas dos participantes diretos, respeitando suas crenças e a sua experiência de vida [...] se aprofunda, se enriquece e no final é mais útil na prática quando é produzido coletivamente. Para tanto exige a produção de instrumentos capazes de serem utilizados por todos os participantes. (BARREIRA, 2002, p. 99)

Reafirma-se a partir dos dados que a troca de saberes e experiências têm sido exercidas cotidianamente nas ações que são realizadas pelo Pé-de-Pincha

Sobre a concepção dos possíveis limites do programa, o gráfico a seguir é esclarecedor:

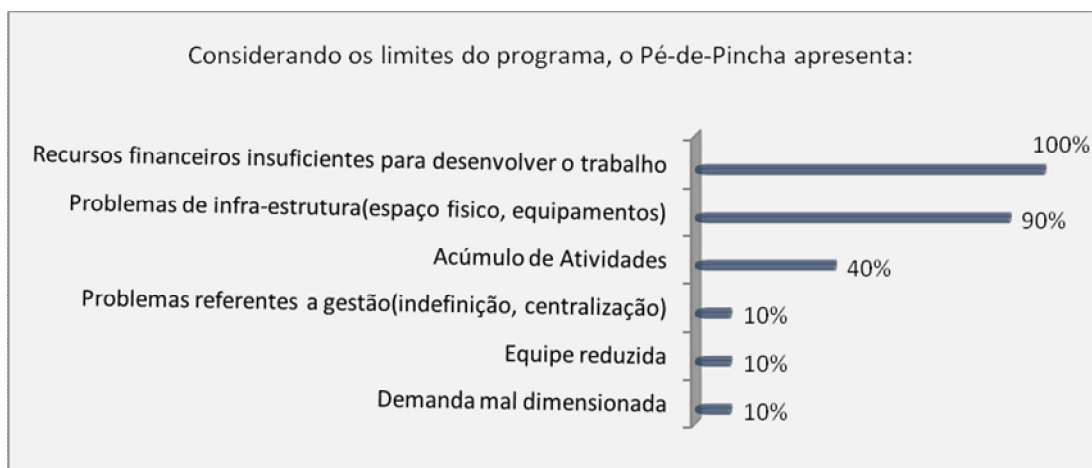


Gráfico 05: Os limites do Programa.

FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

Os limites demonstrados no gráfico são reforçados pelos pontos fracos, sinalizados pela equipe técnica, que o programa apresenta durante a execução de suas ações. O entrevistado 04, como se num movimento inconsciente, conseguiu categorizar os relatos de todos os outros entrevistados em seu relato:

Primeiro: permitir que o projeto crescesse de uma forma tão rápida e tão grande que depois agente não teve tanto controle. Não foi por falta de pessoas para trabalhar, mas por falta de recursos mesmo. Agente não consegue estar em campo tantas vezes quanto agente gostaria de estar, porque agente não consegue chegar a todos os lugares ao mesmo tempo por falta de recursos;

Segundo: aumento de comunidades e municípios. Agente não passa o tempo que agente gostaria de passar em cada lugar e isso nós somos cobrados pelos comunitários;

Terceiro: é a falta de recurso, tem que ter mais apoio dos órgãos que trabalham com o meio ambiente e privado também.

Quarto: eu acho que o apoio da própria instituição UFAM, agente sabe que a universidade tenta apoiar o máximo que ela pode, mas às vezes eu não sei se eles não têm noção da dimensão do trabalho que agente faz, da grandiosidade do trabalho, então eu acho que um apoio melhor da UFAM.

E o quinto: o apoio das prefeituras locais, porque agente trabalha com UFAM, IBAMA e alguns postos locais nos ajudam e agente precisa também da grande ajuda da prefeitura dos municípios, e às vezes os prefeitos e secretários do meio ambiente, parece que eles não têm noção do que agente tá fazendo, então se eles tivessem a noção da máquina que é o Pé-de-Pincha. Agente pode ter o recurso que for, o dinheiro que for, apoio de todos os lados, mas se não tiver o apoio dos comunitários agente não vai poder fazer nada.(entrevistado 04)

Realizou-se um movimento semelhante questionando a comunidade acerca dos pontos fracos que esta percebe na execução das atividades do programa, os quais estão listados no quadro a seguir:

PONTOS FRACOS DO PROGRAMA
Apresentar mais iniciativas as comunidades
Dispor de mais parcerias
Atender mais comunidades
Maior equipe
Mobilizar para maior participação das comunidades

Quadro 25: Pontos fracos do programa.

FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

As informações sinalizadas do gráfico 05, nas falas dos entrevistados e no quadro 25 permitem inferir que as fragilidades presentes no programa, são conseqüências da falta de recursos, uma vez que este novamente tem se mostrado como um dos maiores entraves que o programa apresenta para concretizar suas ações junto as comunidades.

No que concernem as potencialidades do programa, o gráfico a seguir desenha a percepção da equipe acerca disso:

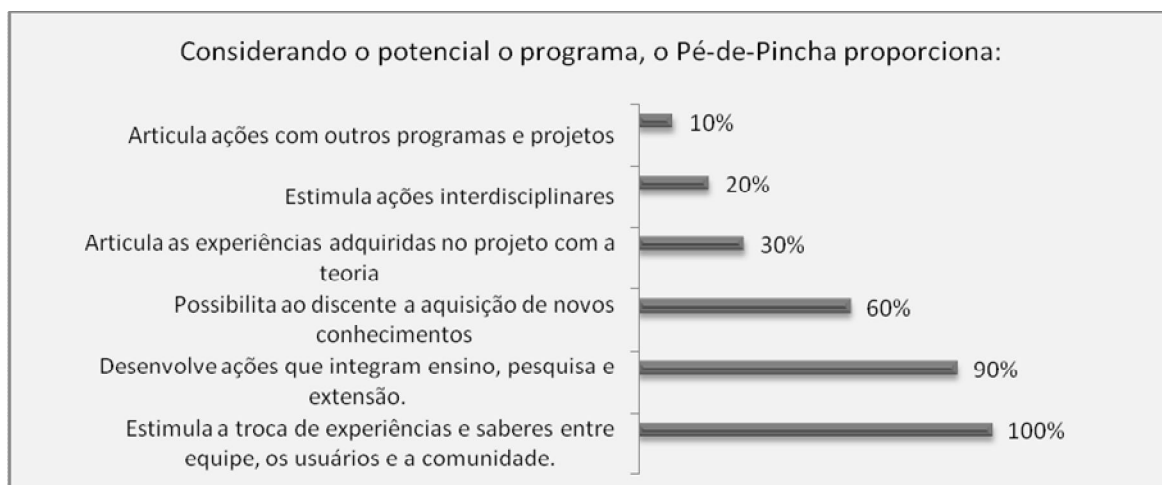


Gráfico 06: As potencialidades do Programa.

FONTE: Pesquisa de campo, 2009

Para consubstanciar as afirmações sobre as potencialidades, foi solicitado dos entrevistados que elencassem 05 (cinco) pontos fortes do programa. E estes podem ser visualizados a seguir:

Primeiro: a participação comunitária, esse é um dos objetivos principais do projeto, envolver a comunidade, por que se agente trabalha com a comunidade agente consegue ter melhores resultados do que com um trabalho individual.

Segundo: a parte do manejo em si, que agente vê que vem aumentando a quantidade de animais em determinadas áreas que antigamente não tinha esse recurso, isso agente consta entrevistando os comunitários, conversando com eles e andando nos lugares que realmente aumentou.

Terceiro: agente faz esse trabalho com o objetivo de que esses comunitários tenham esses recursos para o seu próprio sustento, sua própria alimentação.

Quarto: o trabalho de extensão que agente leva para esses lugares mais distantes. Agente esta dentro de uma universidade [...]. Então eu to podendo levar através desse trabalho de extensão o que eu aprendi em sala de aula, aplicar com eles e aprender com eles.

Quinto: nós os alunos voluntários que viajam pra campo, levam o que aprenderam para fazer o trabalho de extensão e lá agente aprende com eles o que agente não aprende em sala de aula, o trabalho em comunidade, atividades de campo, coisas simples como remar, pescar, conhecer espécies nativas da região de peixe, de caça, da floresta, tudo. Então agente aprende muitas coisas no convívio, coisas curiosas que agente não ia aprender em literatura, no trabalho pé-de-pincha com o manejo de quelônios, o manejo sustentável, agente aprende com eles só que da forma deles, uma forma simples e direta, bem prática. (entrevistado 04)

No tocante aos pontos positivos, partindo da percepção dos comunitários, as respostas obtidas estão organizadas no quadro adiante:

PONTOS POSITIVOS DO PROGRAMA
Conscientização das pessoas
Proporcionou uma renda as comunidades
Esclareceu muitas informações em relação ao meio ambiente
Recuperação do que já era quase extinto - os quelônios
Preparar as comunidades para o futuro
Preservação não só dos quelônios, mas de peixes e caças
União de diversas comunidades na execução das atividades do programa

Quadro 26: Os pontos positivos do Programa, a partir da percepção das comunidades.
 FONTE: Pesquisa de campo, 2009

Relacionando os dados apresentados a respeito das potencialidades do programa, tanto a partir da equipe técnica quanto das comunidades, tem-se um ponto em comum que é a troca de experiências entre os saberes acadêmicos com os tradicionais, a possibilidade de construção de conhecimentos científicos eminentemente tradicionais tem sido o potencial transformador da realidade dos membros que compõe o programa, bem como da realidade das comunidades que formam a teia amazônica. Ratificando, assim, o compromisso social da universidade.

Aportando-se nas informações apresentadas no escopo desta produção, é fundamental aprofundar nossa investigação acerca dos impactos sociais que a ação extensionista Pé-de-Pincha tem proporcionado as comunidades amazônicas.

Mas torna-se necessário reportarmo-nos a Barreira (2002, p. 98 apud Brant de Carvalho, 1995) quando esta pontua que para realizar uma avaliação, é fundamental conhecer o objeto a ser investigado, buscando “[...] apreendê-lo a partir de sua formulação, implementação, execução, resultados e impactos/mudanças realizadas.”

De posse das informações acerca da formulação, implementação, execução e resultados, é condição *sine que non*, verificar os impactos sociais, as mudanças significativas que acontecerem nas comunidades a partir da intervenção do Pé-de-Pincha.

Para tanto, fundamenta-se em Roche (2002), em que a avaliação de impacto prediz verificar se as questões que envolvem recursos, atividades planejadas e executadas, bem como os resultados alcançados, correlacionam-se com os possíveis impactos as serem identificados, com vistas a perceber se há um vínculo lógico entre o processo e o impacto gerado.

Nesta lógica, *avaliar impactos* é analisar se os resultados alcançados foram previstos ou não, desde modo identificando as suas causas que deram propulsão a tal acontecimento, tendo como centro às mudanças quantitativas e qualitativas decorrentes de uma determinada ação sobre as condições de vida de uma população, utilizando como critério a efetividade (SILVA, 2001).

O alicerce da avaliação, além da análise sistemática, é a apreciação das mudanças significativas ocasionadas pelas ações do programa. Desse modo, segundo Roche (2002, p. 40), são mudanças que ocorrem “[...] devido a uma combinação de atividades de determinado projeto ou programa com a contínua dinâmica do contexto no qual as atividades ocorrem”.

Apresentado alguns os autores que pautaram as análises construídas, adentra-se nas questões relativas às mudanças ocasionadas a partir das ações do programa. Diante disso, foi perguntado a equipe sua percepção sobre os benefícios que foram obtidos pelas comunidades a partir da intervenção do programa, em as inferências feitas podem ser contempladas a seguir:

O pé-de-pincha também já capacitou agente ambiental em várias comunidades trabalha a conscientização das crianças, é feito um trabalho nas escolas rurais. (entrevistado 01)

Eles adquiriram conhecimento, conseqüentemente esse conhecimento o objetivo é gerar renda para os comunitários e essa renda efetivamente que eles geram com outros recursos vem conseqüentemente tirar a pressão sobre a natureza, sobre os animais da fauna e tal. (entrevistado 05)

O benefício maior que agente sempre deixou ressaltado é para os próprios comunitários, o objetivo de você preservar as espécies que são daquele local e que eles usam para a própria subsistência pra que aquilo não se acabe e que eles tenham mais uma opção pra explorar pra própria subsistência, então é isso. (entrevistado 07)

Para dar consistência aos relatos anteriormente descritos, fez-se o mesmo questionamento aos comunitários, com vistas a conhecer as possíveis mudanças que ocorreram na vida da comunidade à medida que ações foram desenvolvidas, e as informações apontam:

Nós começamos a ter consciência de preservar, hoje em dia agente já consegue ver, agente se sente estimulado porque antes não via tantos filhotes, hoje se você quiser ver, é só ir em cima dessas toras de pau, agente encontra bastantes filhotes, agente vê que o trabalho que agente fez foi gratificante, os nossos filhos já aprendem a gostar do trabalho, também já tem aquela consciência de preservar e assim agente vai passando aos outros, tanto que começou aqui e hoje já tem nas outras comunidades mais próximas, então foi proveitoso o trabalho. (comunitário 01)

Eu acho que mudou porque eu vejo esse lado da união das três comunidades, que trabalham juntas e isso cresceu muito tanto no trabalho da coleta dos ovos, na fiscalização dos lagos e também a união da comunidade. (comunitário 02)

Agente começou a ter outro tipo de pensamento, tivemos muitas melhorias, começamos a pensar nas gerações futuras. (comunitário 04)

Mudou assim por causa que antes como no tempo do meu pai, era só tirar pra comer, não botava assim pra chocar, pra depois tirar os filhotes pra criar não, a coisa era só mesmo pra destruir, aquilo era só pra agente comer [...] aquilo já estava acabando com os bichos de casco.(comunitário 07)

Mudou assim que todo mundo começou a se unir, para ir pra frente às coisas, conversam, todo mundo ajudando, ai foi melhorando. (comunitário 08)

No contexto desses dados, ter qualidade de vida é ter acesso aos conhecimentos produzidos durante as ações, é agir coletivamente, ter autonomia, ter consciência de estar inserido em um espaço ambientalmente ativo na preservação, ter acesso à informação, a educação, a saúde, ou seja, ter acesso a condições mínimas para a subsistência de qualquer ser humano, e que são essenciais para a perpetuação da humanidade.

Dado as mudanças até o momento expostas, indagou-se sobre o envolvimento das comunidades, ou ainda, o nível de participação da mesma junto às atividades do programa, em que os percentuais obtidos, a partir de uma escala gradativa, a saber:

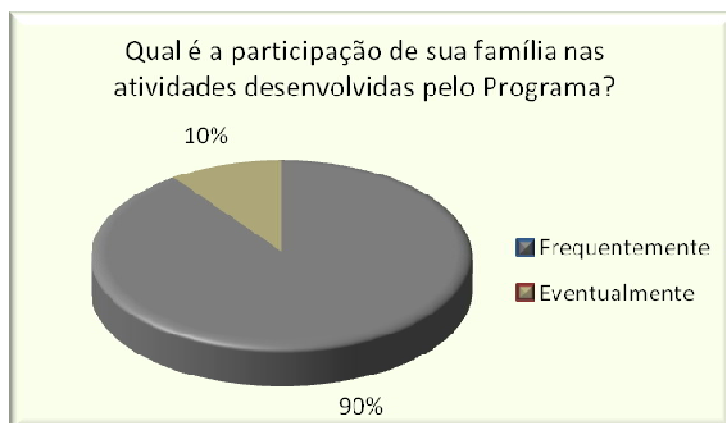


Gráfico 07: Participação das famílias nas atividades desenvolvidas.
 FONTE: Pesquisa de campo, 2009

Do percentual apresentado no gráfico anterior, 90% das famílias dos comunitários que cederam entrevista a esta investigação, participam das ações. No entanto, é importante salientar que quando se menciona família, faz-se referência a pelo menos mais duas pessoas, além do comunitário entrevistado, participam das atividades.

A representatividade da participação dos comunitários nas ações é positiva, à medida que as mudanças/benefícios podem ser correlatos a execução do planejamento e aos resultados alcançados na vida dos beneficiários do Pé-de-Pincha.

A propósito disso, perguntou-se a equipe quais os resultados do programa na vida das comunidades, e os dados que surgiram deste questionamento podem ser vislumbrados no quadro a seguir:

QUAIS OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PROGRAMA NA VIDA DAS COMUNIDADES?
Fica a conscientização de não depredar, agente trabalha na conscientização e é o que fica pra eles, principalmente para as crianças. (entrevistado 01)
Acho que mudanças de opinião, a organização, acho que seriam os principais. (entrevistado 02)
[...] essa interatividade entre aluno, professores, diversas comunidades e essa troca de conhecimento [...] a discutir as idéias. (entrevistado 03)
Eu acho que eles ganham muito [...] o conhecimento que agente leva daqui, tornaram a coisa mais científica, o trabalho que eles fazem lá com a visita de vários técnicos, de várias áreas diferentes, então agente passa o que agente aprende pra eles, e isso ajuda na atividade diária deles. (entrevistado 04)

Modificou a visão que eles tinham da natureza como um todo, do manejo, da vivência com a comunidade, e em comunidade. (entrevistado 05)
[...] quando chegamos lá os outros comunitários das outras comunidades, eles ficaram admirados, eles que organizam [...] eles fazem uma equipe que faz coleta, uma equipe de fiscalização, aí tem aquela coisa, geralmente depois que trabalham com agente eles deixam de fazer as coisas deles, procurar pescar pra alimentação, cuidar de suas hortas, então eles mesmo se organizam e formam suas equipes pra fazer justamente esse trabalho, então nessa questão é muito importante porque é a comunidade mesmo que ajuda e eles estão vendo que aquilo ali está sendo benéfico pra eles e sabe que aquilo não vai servir só pra eles, mas também para as gerações futuras. (entrevistado 06)
Na parte de limpeza, a comunidade se uniu mais, por interesse da comunidade, eles eram muito individualista, então o projeto fez com que a comunidade se unisse [...] Conscientização ambiental como um todo, não só das espécies que agente trabalha, mas da natureza como um todo [...] agente trabalha muito com crianças nessas comunidades, acredita que vai chegar um ponto que não precisa mais estar lá tanto tempo lembrando que eles precisam preservar então, eles mesmos vão dar conta. (entrevistado 07)
Aumentou o número de filhotes de quelônios, as comunidades já estão andando com os próprios pernas, eles não esperam mais que as equipes cheguem pra começar o trabalho, agente chega nas comunidades e o trabalho já começou, já tem a chocadeira, porque antes agente tinha que fazer a chocadeira, até o berçário agente tinha que construir e hoje não, eles já andam com as próprias pernas e também já dão assistência para as novas comunidades que querem fazer parte do projeto. (entrevistado 10)

Quadro 27: Resultados alcançados pelo programa na vida das comunidades

FONTE: Pesquisa de campo, 2009

Esse é o momento em que todos os aspectos dos resultados e impactos de uma intervenção são tomados como referência, buscando verificar a sustentabilidade e durabilidade dos resultados na vida dos beneficiários.

Nos discursos até aqui apresentados acerca dos resultados do projeto, os entrevistados afirmam que o impacto gerado está num plano coletivo, à medida que a comunidade tem sentido uma mudança de postura a diversos aspectos, sejam eles ambientais, culturais ou sociais.

Sob esta perspectiva, perguntou-se se os beneficiários acreditam que a partir da participação no projeto ocorreram mudanças em suas vidas em relação ao meio ambiente, o que será mais bem compreendido, a partir da própria fala destes:

Houve sim, eu vejo assim pela limpeza da comunidade, não tem mais aquilo de deixar o lixo jogado, garrafas, agente tem esse cuidado de não fazer isso, porque isso é muito ruim, então isso foi muito bom porque agente teve aquele conhecimento das coisas que agente não sabe. (comunitário 02)

[...] despertei já com o incentivo de preservar os quelônios, aí já veio um incentivo de dentro de mim de ver um reflorestamento daquelas áreas que agente não vê mais tanta vegetação. (comunitário 03)

Começamos a pensar no futuro, ter mais consciência das coisas. (comunitário 04)

Sim porque o meio ambiente é uma coisa que agente deve preservar, então depois de participar, aí que eu vim ter a consciência de que agente deve sempre preservar as coisas da natureza, e isso foi uma mudança né. (comunitário 06)

Mudou que antes não tinha a preocupação de preservar, tudo eles queriam jogar as coisas pra cá, não queriam saber de preservar nada. Agora não, mudou muita coisa. (comunitário 08)

É a partir justamente dessas impressões individuais que se busca conhecer se os resultados gerados em suas vidas estão casualmente relacionados com a ação interventiva ou, ainda, se esses resultados teriam sido conseguidos sem a realização da mesma.

Outro aspecto levantado foi à repercussão das atividades em relação aos aspectos culturais e sócias das comunidades, em que foram encontrados presentes significativos neste ponto, os quais estão desenhados a seguir nos gráficos:

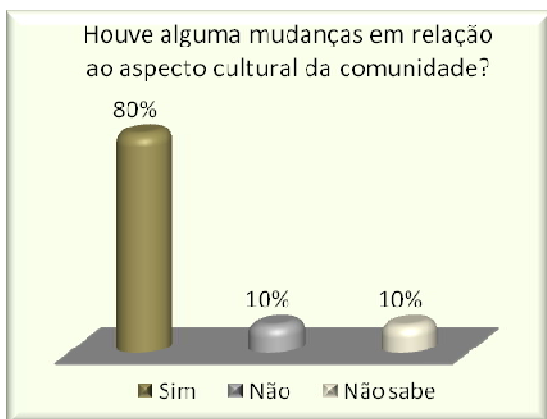


Gráfico 08: Mudanças no aspecto cultural.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.



Gráfico 09: Mudanças no aspecto social

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Os gráficos em tela indicam que houveram mudanças significativas em relação aos aspectos sinalizados, haja vista o percentual majoritário de tais existência mudanças, para justificar as mudanças referendadas obteve-se os relatos listados abaixo:

Houve algumas mudanças em relação ao aspecto cultural da comunidade?	Houve algumas mudanças em relação ao social da comunidade?
É como um atrativo turístico. (comunitário 01)	Eu acredito que acima de tudo o trabalho foi feito em cima da conscientização das pessoas, isso fluiu muito, contribuiu muito para o fortalecimento da nossa comunidade, inclusive gera renda na época da soltura é aquela movimentação. (comunitário 01)
Agente aqui não, já faz uns quatro ou cinco anos que eu não sei o que é comer um tracajá, porque agente não vai atrás deles, graças a Deus aqui tem muitos outros meio de alimentação. (comunitário 03)	Sim, porque agora quando eles vieram eles falaram assim sobre o ambiente da gente, que agente tem que ter também as coisas limpas, colher todo aquele lixo pra gente não ta queimando, agora não agente tenta ter mais cuidado das coisas de, juntar os lixos principalmente (comunitário 07)
Depois que começamos a participar nós fizemos a festa da soltura, agente consegue arrecadar dinheiro para a comunidade. (comunitário 04)	A convivência mudou muito. Porque há uma conversa muito grande sobre projeto e com isso agente vai se envolvendo mais e acreditando que isso é verdadeiro mesmo, eles dão qualquer coisa. (comunitário 08)
Porque às vezes eles pegavam um pouco mais, até mesmo vendiam, agora não, parou com isso, eles pegam só de uma mesmo pra comer. (comunitário 09)	Mudou muito dessa maneira, nós fomos até trabalhar sobre a higiene na cozinha da comunidade, mudou muitas coisas, porque muitas vezes vinham e reclamavam e agora não, agente já sabe como trabalhar. (comunitário 02)

Quadro 28: Mudanças sociais e culturais a partir das ações do programa.

FONTE: Pesquisa de campo, 2009

A partir das análises dos dados é possível inferir que os impactos das atividades do programa na vida das comunidades é positivas tanto em relação à postura individual (sensibilização e autonomia) como grupal (convivência com os comunitários de dentro das comunidades, mas também de outras regiões próximas), ou seja, foram evidenciados efeitos diretos e indiretos do programa não só na vida dos participantes, bem como na vida das famílias que os acompanham nas atividades.

Neste sentido, o programa em tela é importante para as comunidades, pois tem possibilitado o desenvolvimento de algumas habilidades e potencialidades, conseqüentemente, permitiu que fossem desenvolvidas ações que vão de encontro com o que era realizado historicamente, como, por exemplo, comer os quelônios, o que demonstra a presença de mudanças significativas na qualidade de vida dessas pessoas.

No decorrer destes dez anos já foram realizadas uma gama de pesquisas tendo o como objeto o Programa Pé-de-Pincha, conforme dados a seguir:

ITEM	QUANTIDADE
TRABALHOS EM CONGRESSOS	Aproximadamente 40
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	14
ARTIGOS PUBLICADOS	02
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	1
MONOGRAFIAS	05
LIVROS	01
CARTILHAS	01

Quadro29: Produções científicas do Pé-de-Pincha

FONTE: Pesquisa documental e de campo, 2009.

Tais dados coadunam-se com a diretriz extensionista que é a difusão e publicação das ações extensionistas, em que há uma socialização dos resultados que envolvem o conjunto de ações de extensão, principalmente quando se trata de ações implementadas junto aos beneficiados, tais procedimentos devem efetivar-se através da utilização de diferentes formas de divulgação, inclusive quando se tratar da mídia escrita e/ou falada, como: anais, revistas, jornais, programas de TV etc., conforme demanda planejamento sistemático e qualitativo.

Tais produções são importantes, pois estimulam acadêmicos e profissionais a investir na pesquisa, produzem e disponibilizam ricos conhecimentos na área de comunidades tradicionais tanto para a academia e como para a sociedade. Tais, produções são ferramentas válidas para demonstrar que trabalhar com a complexidade ambiental por si só é uma tarefa complexa, mas extremamente estimulante.

Pois, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação que busca beneficiar a coletividade a partir do equacionamento de problemas específicos por meio do inter-relacionamento entre os campos da economia, do espaço, da saúde, da educação, da cultura e do meio ambiente.

Conquistar e manter o desenvolvimento sustentável significa construir sociedades que satisfaçam suas aspirações e necessidades no presente, sem diminuir as chances de iguais privilégios para as gerações futuras. Nesse aspecto, é importante reafirmar que a sociedade deve entender que o desenvolvimento sustentável implica em democracia política, equidade social, eficiência econômica, conservação ambiental e diversidade cultural, para influenciar o comportamento dos atores individuais e coletivos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação apresentada foi produto de um labor que exigiu mais que um esforço intenso, exigiu um abdicar de preconceitos, paradigmas e temores, exigiu um olhar até então cortinado pelas falácias acerca do cotidiano ribeirinho, exigiu ainda um saber olhar, buscando a essência dos movimentos que alicerçaram toda a trajetória desta pesquisa.

Avaliar um programa de extensão da UFAM, não foi tarefa fácil, haja vista que a avaliação de programas e projetos sociais, sejam de extensão ou não, tem caráter eminentemente político, e como tal, fazê-lo neste ano do centenário da universidade constituiu-se num processo tensionado por relações de força e poder. Para materializar esta investigação foi necessário um debruçar cotidiano nas pesquisas bibliográficas e documentais, leituras, além da aplicação dos instrumentais em lócus foi fundamental para aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo desta pesquisa.

Desta forma, buscou-se alicerçar o conhecimento na área da avaliação, extensão universitária e desenvolvimento sustentável, dando ênfase à educação ambiental, os quais eram, a priori, superficiais.

O contato com a equipe técnica possibilitou não apenas conhecer o programa, mas apreender a repercussão deste na formação acadêmica e pessoal dos sujeitos que cruzam por ali.

O pequeno momento de interação com as comunidades foi mais que aplicar um instrumental, foi rever conceitos, refletir acerca da práxis que se quer ter enquanto profissional, foi algo que está além de ter sido apenas rico, propiciou exercer o potencial criativo do pesquisado, que Minayo faz referência, uma vez que possibilitou o bailar das subjetividades presentes no cotidiano das comunidades amazônicas.

Neste sentido, pode-se perceber o quão é importante este trabalho para estas comunidades, pois, além, de ser uma atividade acadêmica, possibilita o desenvolvimento de ações que incidam sobre a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica.

Findar esta investigação significa transformar-se, à medida que se compreendeu uma gota a mais no conhecimento acerca dos movimentos dialéticos que orientam a humanidade.

A seguir, serão tecidas algumas considerações finais sobre esta intensa trajetória:

A Amazônia destaca-se em nível mundial por possuir a maior massa florestal contínua, o maior estoque de biodiversidade do planeta, contudo devido à exploração desordenada desses elementos tem-se a necessidade urgente do estabelecimento de um modelo de desenvolvimento que considere as potencialidades da região, bem como de sua população.

O constante processo de construção da concepção e do entendimento do conceito de meio ambiente, oscilou entre várias tendências, ora restrito aos aspectos biológicos e físicos, ora ampliado, em que e consideram como essenciais os aspectos econômicos e socioculturais, enfatizando a relação entre eles.

Atualmente, o meio ambiente é considerado como um entorno vital, o conjunto de fatores físico-naturais, estéticos, culturais, sociais e econômicos que interagem entre si, com o indivíduo e com a comunidade em que vive, determinando sua forma, caráter, comportamento e sobrevivência. Neste sentido, deve ser entendido como o conjunto de condições naturais e sociais que resultam das relações de troca entre sociedade e natureza em espaço e tempo concretos.

A tendência da nova concepção de meio ambiente deve prever que novos paradigmas de desenvolvimento contemplem a equidade política, econômica e social. A potencialidade desta perspectiva suscita uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer. Um novo processo do conhecimento tende à abertura, a transcendência, a convicção de que

precisamos trilhar caminhos que respeitem os saberes, as culturas, as alternativas socioambientais e, acima de tudo os valores éticos.

Com a possibilidade de reconstrução de uma nova concepção de sociedade, é que a educação pode exercer seu papel, questionando e apontando caminhos; promovendo a consciência ambiental e a justiça social como requisitos para o exercício da cidadania; aguçando o senso crítico, de tal modo que os sujeitos sociais tornem-se promotores de valores socioambientais das transformações necessárias.

É nesta lógica que a Universidade Federal do Amazonas reitera incessantemente seu compromisso social com a sociedade, o qual tem sido possível por meio das ações de Extensão. A este respeito destaca-se o Programa de Extensão Pé-de-Pincha, o qual trabalha na conservação e manejo participativo de quelônios em algumas comunidades do Amazonas e do Pará.

Oportuniza-se registrar que o Pé-de-Pincha, enquanto programa de extensão, foi avaliado e monitorado em outro momento, 2004 – 2008, contudo tal avaliação tinha como intento averiguar os impactos ambientais do mesmo, deste modo, urgia a necessidade de uma pesquisa avaliativa que permitisse apreender os impactos sociais gerados na vida das comunidades e na formação acadêmica desses dos discentes e docentes envolvidos no processo de execução do programa.

Em epítome, o momento a seguir traz uma breve síntese dos dados analisados, pontuando críticas de caráter salutar, além de apresentar algumas proposituras para o aperfeiçoamento e aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Pé-de-Pincha.

Os dados e informações analisados indicam a necessidade de ampliar as condições de infra-estrutura, como equipamentos, pois os existentes foram apontados como insuficientes para as demandas do programa. Tal fato se repete quanto à suficiência de recursos financeiros,

pois diante de um mosaico que atende 86 comunidades quando há recursos, este inviabiliza-se quando faltam materiais, sejam de consumo ou não.

Urge a aquisição de materiais específicos, bem como a manutenção permanente dos existentes.

Avaliou-se, também, que o programa necessita de um carro para dar melhor andamento as ações, visto que estes dispõe de um, mas que não está em condições de uso.

Traz-se como propositura um maior apoio da extensão, no sentido viabilizar caminhos para a construção de parcerias que garantam o pleno desenvolvimento das ações, sem causar prejuízos às comunidades, haja vista que o programa, por vezes é percebido pelas comunidades como única forma de superar suas condições de exclusão e esquecimento.

Recomenda-se que o planejamento do programa contemple não apenas a realização de avaliações periódicas, mas de organização e sistematização dessas informações, para que estas não se percam no tempo e espaço. Além de ser uma das diretrizes da extensão universitária.

As atividades programa acontecem junto às comunidades durante as etapas metodológicas do Pé-de-Pincha, e as atividades da equipe acontecem cotidianamente no laboratório, que serve de base para o programa. Reitera-se a necessidade de apoio financeiro para que as ações do programa possam acontecer conforme o planejamento realizado.

Propõe-se, ainda, a ampliação das áreas de conhecimento no programa, possibilitando a abertura para profissionais das áreas de ciências humanas, sociais aplicadas e de educação, objetivando a complementaridade das áreas que já atuam no Pé-de-Pincha.

Considera-se fundamental a publicização das ações desenvolvidas pelo programa para demonstrar importância do trabalho extensionista, realizado na UFAM.

Revela-se, deste modo, a magnitude que o programa tem para as comunidades, em que, apesar das fragilidades existentes, o mesmo traz e trará mudanças significativas na vida

dos comunitários contemplados por suas ações, além de ser um meio para a qualificação de profissionais diversos que vislumbrem atuar nesta área.

O Programa Pé-de-Pincha, contribui para fortalecimento de alternativas sustentáveis, fazendo uso do saber ambiental, de forma participativa, vindo a ser referência para a implementação e execução de Políticas, Planos, Programas e Projetos a serem desenvolvidos pelo poder público.

Destarte, os desafios elencados são pertinentes para que o programa reflita sobre novas alternativas de ação e de ampliação, para dar respostas ainda mais satisfatórias ao público alvo atendido, pois tais mudanças possibilitariam um novo olhar e caminhar para o programa. Portanto, é condição *sine qua non* que estas atividades permaneçam sob a lógica de uma sociedade sustentável, pois, na formação universitária, para além da introdução de temáticas pontuais e novas especialidades aplicativas, a “incorporação da complexidade ambiental implica na participação ativa nas transformações do conhecimento e na atualização dos programas curriculares para introduzir o ensino dos paradigmas emergentes do saber ambiental”. (LEFF, 2008, p. 109)

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Tradução de Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ANDRADE, Paulo César Machado. *Criação e Manejo de Quelônios no Amazonas*. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2009.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. *Guia para normalização de teses e dissertações*. Manaus:UFAM, 2003.

BAPTISTA, Myrian Veras. *Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Ed. Veras; Lisboa: CPITHTS, 2000; 155p.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. *Avaliação Participativa de Programas Sociais*. São Paulo: Ed. Veras; Lisboa: CPIHTS, 2000.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (orgs.). *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. São Paulo:IEE/PUC, 2001, 244p.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. 4. Ed, Petrópolis: Vozes, 2001

BARBOZA, Karina Freire; SILVA, Márcia Perales Mendes. *A Efetividade do Programa de Atividades Motoras para Deficientes (PROAMDE) sob o Olhar dos Impactos Sociais*. Relatório Final do PIBIC, UFAM, 2008.

BELLEN, Hans Michael. *Indicadores de Sustentabilidade, uma análise comparativa*. Ed. UGV. RJ, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Anne Joyce Angher, coordenação. São Paulo: Rideel, 2003.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luzia da Costa. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. 3ª. Ed. São Paulo: Cortes, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 75).

BONDER, Cintia. O assistente social e o planejamento participativo. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 78, p.69-81, jul 2004

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *Avaliação participativa: uma escolha metodológica*. In: RICO, Elizabeth M. et al. (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. IN: PINTON, Florence (org.). *Faces do tópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. UFPA. NAEA. Belém, 1997.

CASTRO, Ronaldo e SPOZZIANNI, Maria de Lourdes. Universidades, Meio Ambiente e Parâmetros Curriculares Nacionais. IN: *Sociedade e Meio Ambiente: a educação em debate*. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4ª edição. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 2002.

CURY, Roberto Carlos Jamil. As Categorias. In *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª Ed.; São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

_____. *Os pescadores artesanais e a questão ambiental*. Proposta, n. 53, ano XVI, maio. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

FAGUNDES, José. A função social da universidade medida pela extensão. In: *Educação Brasileira*. Brasília: CRUB, s.d, p. 103-111.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Organização e sistematização/. Belo Horizonte:Coopmed,2007.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1999.

GOARD, O. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, Edna; PITON, Florence. *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1997.

HELLER, A. Para mudar a vida; felicidade, liberdade e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1982.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

----- A Complexidade Ambiental. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

----- Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável. IN: REIGOTA, Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão. 3. Ed. Petrópolis: 2008.

MACIEL, Kelly Cristina; ANDRADE, Márcia Irene Pereira. *Meio Ambiente uma Questão de Cidadania*. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário Nilton Lins, 2007.

MELO NETO, J.F. *Extensão Universitária: uma análise crítica*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

----- *Triangulação Metodológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MILLS, C. Wright. Do Artesanato Intelectual. In *Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 1997.

-----, *Terra Pátria*. . Rio de Janeiro: Bertrand; Brasília, 2000.

MORIN, Edgar *et al.* Educar na era planetária. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

NEDER, Ricardo Toledo. Crise Socioambiental. São Paulo: Fapesp, 2002.

NETO, Otávio Cruz. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: vozes, 1994.

OLIVEIRA, Suellen Ferreira de; SILVA, Márcia Perales Mendes. *Programa Diminuindo Contrastes: avaliar para caminhar mais longe*. Trabalho de Conclusão de Curso UFAM, 2008

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. São Paulo: Ipê, 1998

POLÍTICA DE EXTENSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UFAM, 2006.

POLÍTICA DE EXTENSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2007.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2001.

PRATES, Jane Cruz. Planejamento de pesquisa social. *Temporaless- Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 4, n° 7. Porto Alegre: ABESS, 2004.

PROJETO DO PROGRAMA PÉ-DE-PINCHA. Pró-reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2008.

REIGOTA, Marcos. Prefácio. *Serviço Social e meio ambiente*. GÓMES, J. Andrés Dominguez, AGUADE, Otávio Vázquez, PÉREZ, Alejandro Gaona (Orgs.). São Paulo, Cortez, 1998.

-----, *Meio Ambiente e Representação Social*. 6. Ed. – São Paulo, Cortez 2004.

-----, Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão. 3. Ed. Petrópolis: 2008.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROGRAMA PÉ-DE-PINCHA. Pró-reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2007/2008.

RICO, Elizabeth de Melo (Org.). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001

ROCHE, Chris. Avaliação de Impacto dos trabalhos de ONGs. São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

SACHS, Ignacy. STROH, Paula Yone (org.) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

-----, *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Elisabeth da Conceição. Educação Ambiental. Manaus: UEA Edições, 2007.

SILVA, Cristian Luiz da. Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e Silva (Org.). Avaliação de Políticas e Programas Sociais – teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SILVA, Márcia P. M. A arquitetura da extensão na Universidade federal do Amazonas. Pró-reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2006.

TABARES, E. & HERNÁNDEZ, M. El mundo rural. Ámbito de intervención social, Madrid, CCS, 1993.

A EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. www.ucb.br/extensao_comunitarias/docgoiania.doc

A EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. www.ucb.br/extensao_comunitarias/docgoiania.doc

www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html, acesso em 20/01/2009

www.renex.org.br, acesso em 20/01/09

APÊNDICES

APÊNDICE A

INSTRUMENTAL I: ROTEIRO DE ANÁLISE PADRÃO PARA APLICAÇÃO JUNTO A COORDENAÇÃO DO PROGRAMA.

I- PERFIL DO ENTREVISTADO:

Nome completo: _____

Função: _____

Tempo na função: _____

Sexo: (X) feminino () masculino

Nível de escolaridade:

() Ensino fundamental () pós-graduação

() Ensino Médio () Mestrado

II- IDENTIFICAÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO:

- Início do programa: _____
- Público alvo: _____
- Qual o tempo mínimo e máximo de permanência do programa na comunidade
- Objetivos e metas do Programa

III- QUAIS OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO PROGRAMA:

- () Assistência aos usuários
- () Atendimento social
- () Atividades pedagógicas
- () Atividades culturais/ ou sócio- educativas

IV-CORPO PROFISSIONAL:

Nome	Formação	Função no programa	Tempo de atuação

V - EQUIPE DE BOLSISTAS DO PROGRAMA

Nome	Curso/ período	Tempo de atuação

VI - INFRA-ESTRUTURA

1. Instalações: salas, acessibilidade, escritório auditório, ambulatório, quadra.

- Recursos físicos:
- Transporte: como acontece?

São adequados para atender o público alvo _____

2. Equipamentos e bens móveis existente no programa:

Qtd	Equipamento/ bem móvel

--	--

3. Necessidades de equipamentos e bens móveis para melhorar as ações do Programa:

Qtd	Equipamento/ bem móvel	Especificação

4. Quais são os projetos que se articulam ao Programa?

5. Origem dos recursos do programa:

() próprio () Instituição externa () Poder Público () outros

Quem são os parceiros? Identifique-as:

6. A UFAM contribui de que forma no programa?

7. Qual a disponibilidade de recursos financeiros para a concretização dos objetivos do programa?

8. Qual o valor que as instituições disponibilizam? Como é o processo de transferência de recursos?

▪ Valor geral:

VII. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

1. O Programa possui plano de trabalho?

() Sim () Não () Não Sabe

Se positivo, como é elaborado o plano de trabalho?

Justifique:

2. Se o Plano de Trabalho não foi executado ou só foi executado parcialmente, justifique as razões:

(Resposta múltipla):

() Insuficiência de tempo;

() Problemas referentes ao desenvolvimento do programa/projeto vinculado

() gestão do projeto,

() atraso nos recursos,

() indefinição das atividades/responsabilidades);

() Acúmulo de atividades;

() Frágil orientação/supervisão;

() Reorganização das ações/atividades;

() Limites impostos pela instituição/comunidade/público-beneficiado;

() Frágil participação/compromisso do aluno;

() Outros: _____

3. Existem relatórios das ações desenvolvidas pelo programa?

() Sim () Não () Não Sabe

4. Possui sistema de Monitoramento e avaliação das ações (destacar quais as técnicas comumente utilizadas).

5. Existem relatórios de avaliação das ações desenvolvidas pelo programa?

Sim Não Não Sabe

Se positiva, qual a periodicidade?

Semanal Quinzenal Mensal
 Bimestral Semestral Anual

6. É feita algum redimensionamento das ações com base nos resultados obtidos no processo de avaliação?

Sim Não Não Sabe

Justifique:

7. Qual a importância da participação do bolsista no processo de monitoramento e avaliação do programa?

muito importante importante pouco importante não é necessário

Justifique:

8. Equipe de estagiários do Programa: Quantos? Todos são da UFAM?

9. Como acontece a seleção dos estagiários?

10. Qual é o perfil?

11. O programa apresenta características interdisciplinares?

Sim Não

Caso positivo, quais as áreas de conhecimento que atuam no programa?

12. O apoio da Universidade, através da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização, ao programa é:

Suficiente Insuficiente Não Sei **Justifique:**

13. O programa desenvolve atividades que promovam a sustentabilidade das comunidades onde o mesmo atua?

Sim Não Não Sei

Caso positivo cite as atividades realizadas nesse sentido:

14. Elenque as produções acadêmicas resultantes do programa nos últimos dois (02) anos: (AO COORDENADOR)

Itens	Quant	Títulos
Programa de Iniciação Científica/ PIBIC/ PIC		
Atividade Curricular de Extensão		
Apresentação Oral e/ou pôster		
Publicação de artigo e/ou resumo		
Outros		

15. Quais os resultados alcançados pelo programa:

- Na formação de profissionais:
- Na vida dos usuários:

16. Qual é o seu entendimento do que seja a extensão universitária? E onde o pé-de-pincha contribui neste contexto?

17. Conceitue o Programa Pé-de-Pincha?

APÊNDICE B

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA APLICAÇÃO JUNTO A COORDENAÇÃO, DOCENTES, DISCENTES (BOLSISTAS E VOLUNTÁRIOS) DO PROGRAMA.

I-Identificação

- Função no programa: () Bolsista () Voluntário
- Tempo de atuação no programa: _____
- Sexo: () feminino () masculino
- Nível de escolaridade: () Ensino fundamental () Especialização
() Ensino Médio () Mestrado () Nível Superior () Doutorado
- É beneficiado pelo programa com algum recurso financeiro?
() Sim. – () Bolsa pesquisador () Bolsa de Extensão () Bolsa Trabalho
() Não

II- Infra-estrutura/ Planejamento:

1. Assinale sua avaliação quanto à suficiência dos elementos do quadro para o desenvolvimento do trabalho junto ao público do programa:

Aspectos avaliados	Suficientes	Insuficientes	Não Sei
Equipamentos			
Recursos humanos			
Recursos financeiros			

Justifique:

2. Há planejamento das atividades desenvolvidas pelo Programa?

() Sim () Não () Não Sei () Não respondeu

Caso positivo, qual a periodicidade de planejamento das atividades do Programa?

() Anual () Semestral () Trimestral () Mensal () Quinzenal () Semanal

() Outros _____

Justifique:

3. É feito algum redimensionamento das ações com base nos resultados obtidos no processo de avaliação?

() Sim () Não () Não sabe

Justifique:

4. Os bolsistas participam do processo de monitoramento e avaliação?

() Sim () Não () Não sabe

5. Qual a importância da participação do estagiário no processo de monitoramento e avaliação do Programa/projeto?

() Muito importante () Importante () Pouco importante () Não é necessário

6. São realizadas capacitações para os profissionais/ docentes e discentes sobre as temáticas

trabalhadas pelo programa?

Sim Não Não Sei Não respondeu

Caso positivo, citar uma capacitação realizada pelo programa:

7. Elenque cinco pontos fortes e cinco pontos frágeis do Programa:

N.o	Pontos Fortes	Pontos Fracos
1		
2		
3		
4		
5		

III. Avaliando a atividade de Extensão Universitária

1. Qual o seu entendimento de extensão universitária?

2. Quais os benefícios obtidos pelos usuários com as ações desenvolvidas pelo Programa?

3. Como se dá a participação dos usuários no planejamento das ações do programa?

Na concepção? Sim Não

No desenvolvimento? Sim Não

Na avaliação? Sim Não

Não participa? Sim Não

4. Os usuários têm solicitado novas iniciativas do programa?

Sim Não

Caso positivo, Quais? _____

5. O programa contribui para que os docentes e discentes ampliem sua percepção da realidade dos usuários, indicando novas iniciativas a serem desenvolvidas?

Sim Não

Caso positivo justifique:

6. O programa contribui para a formação do perfil ou características do profissional que um discente pretende ter?

Sim Não

7. O programa apresenta características interdisciplinares?

Sim Não

Caso positivo, quais as áreas de conhecimento que atuam no programa?

VI. Tecendo a Avaliação

01. Você sabe quais são os principais objetivos do Programa Pé-de-Pincha?

Sim Não Não fui informado

Caso positivo, Elenque-os:

02. Em que medida o Programa Pé-de-Pincha alcança seus objetivos?

Integralmente Parcialmente Não alcança Não Sei

Justifique:

03. O apoio da Universidade, através da Pró- Reitoria de Extensão e Interiorização, ao programa é:

Suficiente Insuficiente Não Sei

Justifique:

04. Considerando o potencial do programa assinale três (03) opções que considerar mais pertinentes, em ordem de prioridade. O programa Pé-de-Pincha:

Estimula a troca de experiências e saberes entre a equipe, os usuários, a comunidade.

Possibilita ao discente a aquisição de novos conhecimentos;

Desenvolve ações que integram ensino, pesquisa e extensão;

Avalia de forma crítica o processo de formação acadêmica;

Estimula ações interdisciplinares;

Articula as experiências adquiridas no projeto com a teoria.

Articula ações com outros programas e projetos.

Outro (s): _____

05. Considerando os limites de atuação do programa assinale três (03) opções que considerar mais pertinentes, em ordem de prioridade. O Programa Pé-de-Pincha enfrenta:

Problemas referentes a gestão (indefinição das atividades/responsabilidades dos membros da equipe);

Recursos financeiros insuficientes para desenvolver o trabalho;

Pouca capacitação da equipe;

Fragilidade no planejamento das atividades;

Demandas mal dimensionadas;

Acúmulo de atividades;

Frágil orientação/supervisão; Equipe reduzida;

Problemas de infra-estrutura (espaço físico, equipamentos)

Frágil participação/compromisso dos discentes - monitores;

Outro(s): _____

06. O programa desenvolve atividades que promovam a sustentabilidade das comunidades onde o mesmo atua?

Sim Não Não Sei

Caso positivo cite as atividades realizadas nesse sentido:

07. Assinale três (03) atividades mais desenvolvidas pelo programa com os usuários, em ordem de prioridade:

Reuniões com a comunidade; Palestras para crianças;

Seminários com temas ambientais; Transferência de Ninhos;

Manejo de quelônios; Atividades de Educação Ambiental;

Gincanas Ecológicas; Artesanato, Produtos lácteos e pescado

Apresentações Artísticas Encontro com as famílias;

Artesanato Outros _____

08. O programa desenvolve atividades que promovam a Educação Ambiental das comunidades onde o mesmo atua?

Sim Não Não Sei

Caso positivo cite as atividades realizadas nesse sentido:

09. O projeto realizou alguma palestra e/ou oficina com os usuários no último ano?

Sim Não Não Sei

Se positivo, assinale os temas já trabalhados nessas atividades:

10. Marque os espaços de debate dos quais o programa participa e/ou já participou:

Conferencia Municipal acerca do Meio Ambiente

Conferencia Estadual sobre o Meio Ambiente

Fórum Municipal

Congressos Estaduais

Congressos Nacionais

Convenções

Seminários

Outros_____

11. Quais os resultados alcançados pelo programa:

- Na formação de profissionais:

- Na vida dos usuários:

APÊNDICE C

INSTRUMENTAL III: FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA APLICAÇÃO COM OS BENEFICIADOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA

I. IDENTIFICAÇÃO

- Nome: _____
- Sexo: () masculino () feminino Idade: _____
- Escolaridade: () Iltrado () Ensino fundamental incompleto () Ensino médio () Ensino Médio incompleto
- Data de ingresso no Programa: _____ Comunidade/ zona que mora: _____

II. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

1. Você participa de algum benefício por parte do governo?
() aposentadoria () BPC () Pensão () Outros _____
2. Você reside:
() Comunidade () Outra comunidade () município () outros _____
3. Quantas pessoas moram na mesma casa?
() Vive só () Com o conjugue + Filhos + netos () Vive com o conjugue
() vive com filhos e netos () Outros _____

III. INFRA-ESTRUTURA / PLANEJAMENTO

1. Você gosta do local onde são realizadas as atividades?
() sim () não () não sabe Justifique:
2. Você é chamado para fazer o planejamento das atividades do Programa?
() sim () não () não respondeu Se positivo, como?
3. Marque as atividades que você participa no programa. Elenque três mais importantes pra você.
() Reuniões com a comunidade;
() Palestras para crianças;
() Ensaio de coral;
() Montagem de mural com fotos antigas e atuais;
() Artesanato;
() Alfabetização de idosos;
() Outros: _____
4. Como você escolhe esta atividade acima?
() As atividades me agradam () As bolsistas escolhem e aceito () Não sei porque escolhi
5. Você considera que os profissionais são preparados para desenvolver as Atividades?
() sim () sim, parcialmente () não () não sabe Justifique:
6. Os profissionais do programa são suficientes para desenvolverem as atividades propostas pelo Programa?

sim não não sabe não respondeu Justifique:

IV. AVALIANDO A EXTENSÃO

1. Qual o seu entendimento sobre extensão universitária?

sabe não sabe Justifique:

2. Foi comunicado que este Programa é de extensão Universitária?

Sim Não Não sabe Caso positivo, como?

3. Depois que você começou a participar do programa o que mudou em sua vida?

nada mudou muita coisa mudou não sabe Justifique:

4. O que você acha das atividades de extensão como a do Pé-de-Pincha, que é desenvolvida pela UFAM?

Bom Muito Bom ótimo Justifique:

V. TECENDO A AVALIAÇÃO DO PÉ-DE-PINCHA

1. Elenque três pontos positivos e três negativos que você observa no Programa Pé-de-Pincha?

N.o	Pontos Positivos	Pontos Negativos
1		
2		
3		

2. Você deseja continuar no Programa?

Sim Não não sabe Justifique:

3. Você participa de alguma atividade de avaliação do Programa Pé-de-Pincha?

sim não não sabe Se positivo, como?

4. Como você avalia este Programa?

Muito Bom Bom Regular Insuficiente Justifique:

5. Qual é a participação da família nas atividades desenvolvidas do Programa?

Frequentemente Eventualmente Raramente Nenhuma

Justifique:

6. Você percebeu alguma repercussão/mudança de atitude/comportamento, em relação ao meio ambiente depois que ele começou a participar do Programa?

sim não Não sabe Não respondeu

Quais?

7. Houve alguma mudança em relação a outras questões sociais e culturais?

sim não Não sabe Não respondeu

Quais?

8. A família gostou da iniciativa da Universidade em trazer a um projeto de extensão para a comunidade?

sim Não Não sabe Não respondeu

Justifique:

APÊNDICE - D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Eu..... tendo sido convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada Programa de Extensão Pé-de-Pincha: nas teias da avaliação de impactos sociais, recebi da pesquisadora Mara Talita Pereira de Sousa, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), da Universidade Federal do Amazonas, responsável por sua execução as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a conhecer os impactos sociais do “Programa Pé-de-Pincha”, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI), desenvolvido pela Faculdade de Ciências Agrárias.
- Que o estudo será feito da seguinte maneira: 1) pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema; 2) entrevista com as pessoas que participam do programa Pé-de-Pincha; 3) análise das informações levantadas.
- Que eu participei da seguinte etapa: entrevista com a pesquisadora/bolsista Mara Talita Pereira de Sousa.
- Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: dispor de tempo para a entrevista e ter dificuldade em responder alguma pergunta.
- Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: inexistentes.
- Que deverei contar com a seguinte assistência: esclarecimento de cada pergunta que tiver dificuldade de entender, sendo responsável por ela: a pesquisadora/bolsista Mara Talita Pereira de Sousa e a orientadora Profª. Dra. Márcia Perales Mendes Silva, do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade Federal do Amazonas.
- Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: contribuir com o aprofundamento da temática relacionada à avaliação de políticas sociais destinada às crianças e aos adolescentes, coordenada pela esfera municipal, em pleno funcionamento em Manaus.
- Que sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

Endereço do(a) participante-voluntário (rua, praça, conjunto): _____ Bloco: /Nº: /Complemento: _____ Bairro: _____ CEP/Cidade: /Telefone: _____ Ponto de referência: _____
--

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao: Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas.

End.: Rua Teresina – Faculdade de Enfermagem - Bairro Adrianópolis, Manaus-AM.

Manaus, de 2009.

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do(a) voluntário(a)



Impressão do dedo polegar direito
caso o responsável não saiba escrever
seu nome.